

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FAFICH  
MESTRADO EM HISTÓRIA – CULTURAS POLÍTICAS  
ORIENTADOR – JOÃO FURTADO**

**PATERNALISMO, PODER PRIVADO E VIOLÊNCIA: O CAMPO POLÍTICO NORTE-  
MINEIRO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA.**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao  
programa de pós-graduação em História da  
UFMG.**

**César Henrique de Queiroz Porto**

**BELO HORIZONTE, FEVEREIRO DE 2002.**

## **AGRADECIMENTOS**

Ao final desse trabalho, não poderia deixar de mencionar aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para este resultado final. Foram muitas pessoas e instituições. Começarei pelas primeiras.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Wilma Fagundes do Amaral, que na qualidade de chefe do departamento de História da Unimontes, me proporcionou as condições para que minha pesquisa fosse efetivada.

Agradeço também as professoras Márcia Pereira e Regina Caleiro pelo apoio prestado ao longo deste trabalho. Destaco também, o apoio recebido pelo colega e amigo Laurindo Mékie que me proporcionou sugestões de leituras importantes.

Devo um agradecimento especial ao meu orientador, professor João Pinto Furtado, pela sua destacável competência, bem como pelas suas recomendações e críticas, e, sobretudo, pela compreensão e atenção.

Não poderia deixar de mencionar os outros colegas do departamento e do mestrado pelo apoio prestado, bem como o apoio de minha família – em especial o de minha esposa Cláudia que teve paciência e compreensão nesses dois anos de trabalho.

Dedico este trabalho a minha filha Lara que nasceu nesse início de ano – Janeiro de 2002 – e que me proporcionou uma felicidade indescritível.

Este trabalho só foi possível em razão do apoio recebido pela Universidade Estadual de Montes Claros, a qual estou vinculado.

Finalmente, agradeço a colaboração valiosa das seguintes pessoas e instituições: Heron e Dalva, da câmara municipal de Montes Claros; Cida da biblioteca

do Conservatório de Música Lorenzo Fernandes; Filomena e Ivone da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes.

Não poderia deixar de mencionar a professora Eva Cunegundes, que teve a paciência de ler os capítulos e me fazer diversas sugestões acerca da redação dos mesmos.

A todos, meu agradecimento sincero.

## RESUMO

Este trabalho consiste em um estudo das práticas de poder em Montes Claros, Minas Gerais, durante o período da chamada Primeira República, entre 1889 e 1930. Seu objetivo principal é verificar aspectos da cultura política da cidade no período pesquisado.

Tendo o estudo do campo político local como referência primordial, realizamos uma análise das principais práticas políticas auferidas por alguns dos mais expressivos agentes políticos locais no período mencionado.

Utilizando como fontes principais, os jornais impressos na cidade, concluímos que o paternalismo, o personalismo e a violência constituíram elementos centrais da cultura política local. Concluímos também, que a presença dos bacharéis será outro componente bem presente nessa cultura política. Nos casos dos bacharéis, principalmente os médicos, a prática do paternalismo, configurará o elemento essencial de suas práticas de poder e contribuirá para suavizar a política local. Verificamos que o campo político da cidade era polarizado por dois grupos que tinham lideranças ausenteístas no comando de cada um.

Por fim, percebemos que mesmo a despeito da existência de bacharéis no comando da política local, e de práticas que suavizaram a atuação dos mesmos, a violência emergiu quando as duas facções não conseguiram se entender na divisão das vantagens auferidas pelo controle da câmara local.

# SUMÁRIO DA DISSERTAÇÃO

SUMÁRIO	02
INTRODUÇÃO	03
CAPÍTULO I – FOMAÇÃO POLÍTICA, <i>HABITUS</i> E CULTURA POLÍTICA: MONTES CLAROS DO PERÍODO COLONIAL ATÉ O ALVORECER DA REPÚBLICA.	12
1.1 - A Conformação do Espaço Político-Econômico Norte-Mineiro	12
1.2 - A Vida Política de Montes Claros no Império	25
1.3 - A Violência Como Recurso Político	38
1.4 - Liberais e Conservadores Dentro de Uma Nova Ordem	42
CAPÍTULO II – O FENÔMENO CORONELISTA LOCAL: AS PRÁTICAS POLÍTICAS NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930) EM MONTES CLAROS.	48
2.1- O compromisso coronelista.	48
2.2 - O Coronelismo Local	57
2.3 - A Década de 20: Entre a Concórdia e a Violência Armada	79
CAPÍTULO III – DAS REPRESENTAÇÕES DO PODER	94
3.1 – A Construção de uma Imagem pública: O Apóstolo da Caridade Sertaneja	96
3.2 – Ainda construindo uma imagem pública: O Cel. Antonio dos Anjos, o pacificador	106
3.3 – Outra imagem: Camilo Prates, o absenteísmo construtivo.	113
3.4 – Imagens do Progresso: Francisco Sá, o tocador de obras.	119
CAPÍTULO IV – AUTORIDADE, REPRESSÃO E PATERNALISMO: COMPONENTES ESSENCIAIS DA CULTURA POLÍTICA MONTESCLARENSE.	128
4.1 - O clima que antecede o “dia seis de fevereiro”.	128
4.2 - O tiroteio de seis de fevereiro	138
4.3 - A Batalha das representações	145
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.	161
VI – FONTES	169
VII – ANEXOS	170
V III – REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	171

## I – INTRODUÇÃO

A história política de Montes Claros foi pautada durante boa parte de sua existência como comunidade política, pelo predomínio de um grupo restrito de famílias que vão acabar controlando os principais postos de comando na política local. Nessa trajetória, percebe-se que há a predominância do elemento oligárquico como um componente essencial da cultura política local. Os proprietários de terra, juntamente com os médicos, bacharéis e outros profissionais liberais, serão personagens marcantes nessa trajetória<sup>1</sup> inscrita num quadro em que, um número relativamente pequeno de famílias, ligadas em sua maioria à propriedade da terra, é presença permanente no comando da política municipal. Representados, com frequência, pelos coronéis e seus doutores, esses grupos estruturaram historicamente determinadas práticas políticas que vão acabar configurando e modelando a cultura política local ao longo de todo o século XX.

Os principais valores – a violência, o personalismo e o paternalismo – que vão permear a cultura política da cidade se estruturam ao longo do processo de povoamento e ocupação e, conseqüentemente, estruturação da comunidade política local muito antes do advento do regime republicano. Entendemos que as primeiras redes de poder vão ser tecidas desde a primeira metade do século XIX na região de Montes Claros. Com a queda da monarquia e sua substituição pela república, os grupos

---

<sup>1</sup> Para ilustrarmos essa questão basta atentarmos para dois fatores. Em primeiro lugar, o atual executivo é dirigido por um dentista e pecuarista proveniente de uma das famílias mais tradicionais da região de Montes Claros. Em segundo lugar, mais de vinte por cento das cadeiras da atual legislatura são ocupadas por vereadores que têm na medicina a sua formação acadêmico-profissional. E se, observarmos a legislatura passada – 1997/2000 – iremos perceber que essa porcentagem chega a ultrapassar a trinta por cento.

detentores do poder vão se reestruturar para se inserirem na nova ordem, marcada pelo federalismo e pelo regime representativo de base maior.

Nessa nova conjuntura, os chefes locais, através do controle e manipulação dos processos eleitorais, determinarão um conjunto de práticas que, somadas às já existentes do período anterior – no caso o império – funcionaram como matriz na edificação de um certo *habitus* político local<sup>2</sup>, elemento modelador e configurador da cultura política montesclareense, o qual será aqui parte do objeto central de investigação.

Entendemos que a interpretação da esfera política local pode se dar através de um viés que privilegie a cultura política. Serge Berstein, reconhecendo a complexidade da noção de cultura política, cita uma definição de Jean-François Sirinelli. Para esse último autor, a cultura política trata-se de “*une sorte de code et d’ un ensemble de référents, formalisés au sein d’ un parti ou plus largement diffus au sein d’ une famille ou d’ une tradition politiques*”.<sup>3</sup>

Para Berstein, desse conjunto de referências formalizadas em um partido, família e ou tradição política, depende-se que as representações possuem um papel importante na cultura política – podendo a mesma ser expressa por um vocabulário, palavras chaves ou uma linguagem simbólica –, bem como, que essa chave de leitura do político possui um caráter plural.<sup>4</sup>

Além disso, conforme Berstein ainda, no interior de uma mesma nação pode existir uma pluralidade de culturas políticas, sendo que uma dentre elas pode ter

---

<sup>2</sup> Entendo o conceito de *habitus*, conforme Bourdieu salientou, como um conhecimento adquirido, um haver, um capital ou uma disposição incorporada. In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2000, p.61

<sup>3</sup> BERSTEIN, Serge. La culture politique. IN: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (orgs.) *Pour une Histoire culturelle*. Paris: Éditions du Seuil. P. 371-386.

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*.

um papel predominante, durante um certo tempo, em determinada sociedade. O autor fala em “osmose” das culturas políticas. Para ele

*Cette osmose entre des cultures politiques fort éloignées à l'origine implique que, loin de constituer une donnée fixe, synonyme de tradition politique, nous sommes en présence d'un phénomène évolutif qui correspond à un moment donné de l'histoire et dont on peut identifier la naissance, constater la période d'élaboration et suivre l'évolution dans le temps.*<sup>5</sup>

Assim sendo, não podemos encarar a cultura política como algo parado, imóvel, estático. Ela é um fenômeno evolutivo podendo, ao longo do tempo, sofrer um processo de elaboração, e até de adaptação.

A cultura política da cidade de Montes Claros, no decurso da primeira república, se inscreve dentro de uma conjuntura marcada por uma cultura política predominantemente coronelística. Contudo, o coronelismo local é fruto de uma realidade histórica própria, o que infere a cultura política local uma coloração sintonizada com a sua concretude histórica.

Dada a existência de certa continuidade ao longo da trajetória política da cidade, considero o estudo e análise das práticas de poder em Montes Claros na primeira república, fato de importância fundamental para a compreensão das tendências e características que se inscreverão no *habitus* político local, e por conseguinte, da cultura política local, tendo em vista que foi nesse período que os grupos políticos (re)elaboraram suas antigas práticas e se consolidaram enquanto oligarquias que praticamente irão monopolizar o controle político local no decorrer do século XX. Através do estudo das tendências inscritas no *habitus* político local, perceberemos

---

<sup>5</sup> BERSTEIN, Serge. Op. Cit, p. 377.

como, de fato, essas tendências estarão diretamente relacionadas com a estrutura do campo político da cidade no período compreendido pelo nosso estudo, pois

*“(...) o campo político, é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção. (...) a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e portanto tanto mais provável, quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação activa na política estão os simples aderentes – sobretudo, o tempo livre e o capital cultural”<sup>6</sup>.*

Devido a sua própria natureza, o campo político acaba limitando o universo do discurso político. Os profissionais inscritos no campo, no caso os agentes políticos, acabam elaborando um conjunto de intenções políticas diretamente relacionadas com a lógica do próprio campo, restringindo assim a atuação nesse espaço a um corpo restrito de “profissionais”, o que implica em um desenvolvimento e preparação especial de um certo tipo de *habitus*:

*“É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o corpus de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e uma certa retórica política, a do tribuno, indispensável nas relações entre profissionais”<sup>7</sup>.*

Bourdieu afirma ainda, que o campo político possui uma tendência para organizar-se em torno da oposição entre dois pólos. Segundo ele

---

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. p. 164

<sup>7</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. p.169

*O facto de todo o campo político tender a organizar-se em torno da oposição entre dois pólos (que, como os partidos no sistema americano, podem eles próprios ser constituídos por verdadeiros campos, organizados segundo divisões análogas) não deve fazer esquecer que as propriedades recorrentes das doutrinas ou dos grupos situados nas posições polares, “partido do movimento” e “partido da ordem”, “progressistas” e “conservadores”, “esquerda” e “direita”, são invariantes que só se realizam na relação com um campo determinado e por meio dessa relação”<sup>8</sup>.*

Montes Claros, durante boa parte do primeiro período republicano esteve dividida em duas facções que disputavam o controle da câmara municipal. Ambas as facções pertenciam ao partido republicano mineiro. A respeito disso, John Wirth vai resumir a conjuntura local em seu estudo sobre Minas Gerais no primeiro período republicano – na verdade, sua análise se estende até 1937. Através do seu pequeno comentário referente às relações políticas locais, podemos ver que a violência se consolidou como um dos aspectos marcantes da cultura política local. Segundo ele, a cidade de Montes Claros

*“(…) durante anos esteve dividida em 2 campos de batalha. Um deles, o ‘Partido do Alto’, situado na praça mais alta da cidade, era liderado pelos irmãos Alves, Honorato (1868-1948) e João José (1876-1935). Era deles a facção conservadora denominada “baratas”, herdada pelos irmãos de um médico cuja prática no Norte de Minas e Bahia os Alves continuaram. O outro, o chamado “Partido de Baixo” (por causa da outra praça), estava sob a chefia de Camilo Filinto Prates (1895-1940), professor de escola normal. Seu grupo remontava à velha panelinha liberal conhecida como os ‘molotros’. Cada facção tinha uma banda marcial, um jornal, seus assassinos contratados e aliados nas localidades vizinhas. As crianças cujas famílias pertenciam um partido não ousavam brincar com os filhos de membros de outro. Inevitavelmente, os 2 lados, em suas cores republicanas, receberam novos apelidos: os ‘carecas’ e os ‘metidos’. Em 1915, os primeiros anos de competição não violenta deram lugar à guerra aberta. Montes Claros, uma cidade de estação de ferro e mercado regional de*

---

<sup>8</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. Cit, p. 179.

*gado, cresceu e prosperou, apesar dos tiroteios de winchester e as explosões de bombas de dinamite”<sup>9</sup>.*

O trecho acima expressa muito bem o panorama da cidade no início do século XX. Percebe-se que a lógica do campo tende a se reproduzir no seio do partido republicano local por meio de suas divisões. Posteriormente, teremos a oportunidade de analisar com detalhes as relações entre os dois grupos – principalmente via imprensa e documentos da câmara municipal – e veremos que essas relações situam-se dentro de uma lógica própria determinada na conjuntura do campo político local.

Conjunturalmente, a estrutura do campo político de Montes Claros, no período compreendido pela nossa pesquisa – 1889-1930 – se insere dentro de um contexto bem mais amplo, marcado por uma conjuntura política tipicamente coronelista. Para a caracterização dessa conjuntura, nos reportaremos ao referencial teórico de Victor Nunes Leal<sup>10</sup>. Conforme esse autor lembra, o coronelismo é uma forma de adaptação de conteúdos residuais do poder privado a uma nova ordem política, marcada por uma extensão do direito de voto. Diante disso, o mesmo autor destaca ainda, que o fortalecimento do poder público contribui para a manutenção do coronelismo, o que infere uma característica nitidamente governista desse sistema.

É dentro dessa conjuntura – impregnada pelo sistema coronelista –, que devem ser enquadradas as disputas políticas em Montes Claros, onde ambas as correntes se declaravam fiéis ao governo estadual e a cúpula do Partido Republicano Mineiro. Ambas se digladiavam para receber os benefícios advindos do apoio governamental, benefícios esses que incluíam a chamada “carta-branca” concedida a corrente

---

<sup>9</sup> WIRTH, John D. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: paz e terra, 1982, p.224

majoritária pelo governo do Estado, e que se constitui em peça fundamental do esquema coronelista.

Na primeira parte do trabalho (primeiro capítulo), interessa-nos fazer um pequeno levantamento da história da cidade, para verificarmos quais são os agentes políticos, enfim, quais grupos vão controlar o poder local até o advento da implantação da República em 1889. Para tanto, nos reportaremos ao processo de povoamento e ocupação de espaço econômico norte-mineiro. Tal processo se enquadra dentro de um contexto marcado pela expansão das bandeiras do final do século XVII. Através desse levantamento, acompanharemos o processo de formação do campo político da cidade, desde seus primórdios, passando pela sua institucionalização – o advento da vila e, na seqüência, da cidade –, até o alvorecer da república – materializada na criação da intendência municipal. Para realizarmos esse levantamento, procederemos à utilização dos registros dos memorialistas locais – Urbino Viana, Hermes de Paula, Nelson Viana – bem como de alguns trabalhos, livros e dissertações que versam acerca da história local.<sup>11</sup>

Particularmente, os memorialistas foram de grande utilidade na reconstituição da “história cronológica” do município, pois através de sua leitura obtivemos algumas informações importantes em períodos da história da cidade que praticamente dispõe de pouca ou nenhuma documentação – isso vale para todos os capítulos –, como o período que compreende a primeira década do século vinte.

---

<sup>10</sup> LEAL, Victor Nunes. *O Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Alfa Omega, 1978.

<sup>11</sup> PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros, sua história, sua gente, seus costumes*. Montes Claros, 1979. VIANA, Urbino de Souza. *Monografia de Montes Claros: Breves Apontamentos Históricos, Geográficos e Descritivos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Montes Claros, 1916. VIANA, Nelson. *Efemérides Montesclarenses*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1964. OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes de. *Nova cidade, Velha política. Um estudo de poder sobre Montes Claros – MG*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1994 (dissertação de mestrado). MACHADO, Bernardo Mata. *História do Sertão Noroeste – 1690-1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. ANASTASIA, Carla

Nessa parte do trabalho, nos utilizaremos também de documentos da câmara municipal e do jornal *o Correio do Norte* – o jornal será utilizado para o período da instalação do regime republicano. Com relação à utilização da imprensa como fonte de pesquisa, Maria Helena Capelato<sup>12</sup>, deixou claro o significado dessa fonte para a historiografia. Estudar os jornais ou analisar os temas baseados nesse tipo de fonte, pode revelar aspectos políticos ou ideológicos de diferentes estratos da sociedade. Como instrumento de poder, o jornal tem importante função: modelador e manipulador da opinião pública.

O segundo capítulo aborda a prática do coronelismo em Montes Claros, bem como a configuração do campo político local, ou seja, a existência de duas facções políticas que se envolviam constantemente em disputas pela preferência do governo estadual. Os compromissos dos coronéis, as lideranças absenteístas, a “carta-branca”, as fraudes eleitorais, juntamente com os acordos patrocinados pelo Estado serão objeto de análise nessa parte do trabalho. Para fazermos isso, nos utilizaremos de alguns artigos da imprensa local, juntamente com alguns documentos da câmara municipal.

Os documentos da câmara municipal – Atas de reuniões da câmara, correspondências, projetos e moções de apoio –, embora quantitativamente poucos, foram importantes, pois possibilitaram a confrontação com algumas informações veiculadas na imprensa local.

O terceiro capítulo enfatizará as representações dos agentes do poder na cidade, bem como as especificações do capital político e os mecanismos utilizados para

---

Maria Junho. *Vassalos Rebeldes: Violência Coletiva nas Minas na Primeira Metade do Século XVIII*. Belo Horizonte: Editora com Arte, 1998.

<sup>12</sup> CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo – Imprensa Paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto – Edusp. 1988.

a sua expansão. Nesse capítulo, a imprensa constitui fonte indispensável para a nossa abordagem, principalmente pelo seu papel desempenhado na divulgação de uma imagem pública dos agentes políticos frente à comunidade. O objetivo do capítulo é também reconhecer algumas práticas dos agentes políticos locais que contribuíram para suavizar a dominação coronelista.

O quarto e último capítulo enfatizará os principais componentes da cultura política local existentes no período pesquisado. Através da análise podemos constatar que a ordem coronelista local se impregnava de elementos como a violência, a provocação, o mandonismo e o paternalismo. Novamente recorreremos aos artigos da imprensa local para subsidiar o capítulo.

Esse trabalho, não pretende ser a história política de Montes Claros no período em questão, mas um dos possíveis trabalhos e recortes proporcionados por esse objeto, que acreditamos ser bastante fértil. Por isso, é essencial não perder de vista a questão central da nossa abordagem em relação a esse objeto. E essa questão central, embora articulada via um estudo de poder local, prioriza a identificação de um determinado *habitus* político, ou seja, de componentes de um capital político acumulado via determinada realidade concreta e que atuaram como elemento modulador da cultura política local.

## CAPÍTULO I

### FORMAÇÃO POLÍTICA, *HABITUS* E CULTURA POLÍTICA: MONTES CLAROS, DO PERÍODO COLONIAL ATÉ O ALVORECER DA REPÚBLICA.

#### 1.1 - A CONFORMAÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO-ECONÔMICO NORTE-MINEIRO

As bandeiras constituíram um importante instrumento dentro do processo de expansão da colonização portuguesa no Brasil. Nessas expedições, mais do que nunca, estava presente o espírito de aventura do português, que, de certa forma, vai acabar por impregnar nossa tradição cultural.

Com bem frisou Sérgio Buarque de Holanda, nossa formação sócio-cultural é um prolongamento da formação sócio-cultural Ibérica, que é pautada por uma mentalidade onde o mérito pessoal e a responsabilidade individual constituem os valores dominantes<sup>13</sup>. Diante disso, decorre uma reduzida capacidade de organização social e, conseqüentemente, a solidariedade só vai existir nos círculos íntimos e domésticos (espaço privilegiado das relações sentimentais), trazendo consigo dois valores muito caros a essa tradição: a obediência e a vontade de mandar<sup>14</sup>. Essa exaltação da personalidade, característica luso-espanhola, é acompanhada de uma certa repulsa ao trabalho, pois o *“que ambos admiram como ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação”*<sup>15</sup>.

Esses valores nortearam toda a nossa formação cultural. A obra da colonização é marcada por esse caráter aventureiro, o que explica a ambição do português pelo enriquecimento rápido sem dispender esforços. Conforme o autor

---

<sup>13</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das letras, 1995, p. 37

<sup>14</sup> Idem, p.39

<sup>15</sup> Idem, p.38

citado salientou, essa predisposição à aventura, à ousadia, talvez herança da guerra de reconquista, acabou por facilitar a empresa colonizadora<sup>16</sup>.

Gosto pelo mando, princípio da disciplina pela obediência, forte personalismo, pouca disposição para o trabalho manual, esses são alguns dos principais atributos de nossa tradição colonial. Na prática, essa tradição vai se consolidar em todo um universo imaginário, carregado de representações que vão acabar estruturando uma verdadeira comunidade de sentido.

A ocupação da região norte do Estado de Minas, conforme já mencionamos, se dá dentro de um contexto de expansão dos Bandeirantes em fins do século XVII. Uma dessas bandeiras, a de Matias Cardoso, transitou pela região do rio São Francisco por volta de 1689. Essas bandeiras levaram à formação de currais, que se expandiram na região São Franciscana à custa da dizimação dos índios da região<sup>17</sup>.

Vale dizer que entre os historiadores que pesquisaram o processo de ocupação da região norte-mineira, surgiu uma questão polêmica: alguns pesquisadores afirmaram que a primazia no povoamento da região se deu graças não à corrente paulista, mas à corrente proveniente da Bahia, que, seguindo o curso do rio, se estabelece na região como criadores de gado. Carla Anastasia cita que Caio Prado Júnior, faz a afirmação de que esta região achava-se povoada pelos baianos desde o século XVII e que a ocupação realizada pelos paulistas não teve continuidade. Entretanto, a mesma Carla Anastasia vai refutar Caio Prado Júnior, afirmando que existem várias evidências documentais para se concluir que *“toda a área foi originalmente povoada pelos paulistas aos quais se deve também a sua dinamização”*<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Idem p.49

<sup>17</sup> MACHADO, Bernardo Mata. Op. Cit. p.34

<sup>18</sup> ANASTASIA, Carla Maria Junho. Op. Cit. p.63.

Outro historiador que pesquisou a região, Bernardo Mata Machado, adota uma posição conciliatória sobre essa questão. Machado diz que *“O que é importante ressaltar é que ambas as correntes de povoamento resultaram na instalação de grandes fazendas de criação e de que estas já haviam se firmado antes mesmo dos descobrimentos auríferos”*<sup>19</sup>.

No caso da povoação que dará origem à cidade de Montes Claros, temos um dos integrantes da já citada Bandeira de Matias Cardoso, o responsável pela instalação da fazenda, que, futuramente, se transformará em povoado: *“Antonio Gonçalves Figueira obteve por Alvará de 12 de Abril de 1707 uma sesmaria de uma légua de largo e três de comprido, sob as condições do Foral, não podendo alheiar terras, de não se apoderar das aldeias e terras dos índios, etc”*<sup>20</sup>.

Com a implantação da fazenda, desenvolve-se a atividade pastoril, marcada pela criação extensiva de gado. Contudo, desenvolve-se também uma agricultura de subsistência para o atendimento das necessidades internas através do cultivo, principalmente do milho e da mandioca<sup>21</sup>.

A partir do descobrimento de ouro nas minas, os sertões do Vale do São Francisco se dinamizam para preencher boa parte da demanda por gêneros de subsistência dos núcleos mineradores. Principalmente por sua posição estratégica, localizada em região onde existem vias naturais de acesso, no caso o rio São Francisco e seus vários afluentes, a região vai intermediar um fluxo grande de mercadorias entre as Minas de Ouro, Goiás e Bahia. Para Carla Anastasia a

*“dinamização da economia agro-pastoril do noroeste de Minas, no quadro do movimento de articulação interno entre as várias capitânicas promovido*

---

<sup>19</sup> MACHADO, Bernardo Mata. Op. Cit. p.36.

<sup>20</sup> VIANA, Urbino de Souza. Op. Cit. p.39.

<sup>21</sup> MACHADO, Bernardo Mata. Op. Cit. p. 32.

*pela mineração, resultou de uma dupla conjugação de fatores – posição estratégica, centro geográfico do intercâmbio que se estabelecia, localização às margens do São Francisco, marginado por uma rota terrestre já existente e via natural de acesso”<sup>22</sup>.*

Para o atendimento de uma demanda que se expandia rapidamente, se estruturaram na região enormes fazendas de gado, além de uma lavoura de gêneros de subsistência. Temos então um quadro econômico dessa vasta porção norte do Estado por volta do primeiro terço do século XVIII.

Atravessando essa vasta região, a estrada geral interligava a Bahia a Minas Gerais. Por ela transitavam em sentido às minas, produtos como farinha de mandioca, rapadura, cachaça, além de escravos e produtos importados provenientes do porto de Salvador<sup>23</sup>.

Por essa época, já temos então o surgimento e a consolidação de uma classe de grandes proprietários de terra, cuja organização política se fundamenta na sua riqueza e no seu poderio pessoal, pois nos *“domínios rurais, a autoridade dos proprietários de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica”<sup>24</sup>*. Nesses domínios, a autoridade do chefe proprietário era incontestável e se estendia aos escravos, agregados, dilatando assim o círculo familiar e alargando a autoridade do chefe. Para Sérgio Buarque, esse quadro familiar se estende para fora do ambiente doméstico, modelando toda nossa organização social e política. Ele afirma que a

*“Nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública todas as nossas atividades. (...) a família colonial fornecia a idéia mais normal do*

---

<sup>22</sup> ANASTASIA, Carla Maria Junho. Op. Cit. p.64.

<sup>23</sup> MACHADO, Bernardo Mata. Op. Cit. p.37.

<sup>24</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. Cit. p.80

*poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica. Naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família”<sup>25</sup>.*

A família patriarcal vai então fornecer o modelo que, transposto para a esfera política, vai resultar em uma invasão do domínio público pelo privado. Para Serge Berstein existem vários vetores responsáveis pela socialização da cultura política. Dentre os diversos vetores destacados pelo autor – escola, ambiente de trabalho, família – a família merece lugar de destaque em sua análise. Para ele é a família o local em que *“Où l’ enfant recoit plus ou moins directement un ensemble de normes, de valeurs, de réflexions qui constituent son premier bagage politique, qu’il conservera as vie Durant ou rejettera devenu adulte”*.<sup>26</sup>

É na família, o lugar em que a criança recebe suas primeiras noções acerca do universo político. Ali é construído grande parte do alicerce de seu edifício político, no qual, posteriormente, outros transmissores da cultura política se acrescentarão.

Outra marca característica dessa sociedade patriarcal colonial está em seu alto grau de violência. Efetivamente, a violência na região norte do Estado pode ser observada desde os primórdios da ocupação, quando os bandeirantes exterminaram e escravizaram a maior parte dos nativos. Entretanto, é durante os motins do rio São Francisco, na primeira metade do século XVIII, que os Potentados da região vão demonstrar que a violência se incorporou rotineiramente em suas práticas. Carla Anastasia investigou o papel desses Potentados nas revoltas do São Francisco. Para ela, a região norte do Estado escapava do feroz controle do poder público lusitano e, por

---

<sup>25</sup> Idem, p.82

<sup>26</sup> BERSTEIN, Serge. Op. Cit, p.379.

isso, o grau de violência na região foi muito alto. Nessas áreas *“foi facultado aos proprietários o exercício pleno da dominação ao nível interno, ao que se somou a ausência de mecanismos eficazes de subordinação externa”*<sup>27</sup>.

Como vimos, a violência se torna característica dos sertões do São Francisco. Essa violência vai acabar impregnando todos os setores da organização social, incrustando-se até na esfera cultural. Maria Sylvia de Carvalho Franco<sup>28</sup> demonstrou como o ajuste violento se consolidou na cultura sertaneja como uma forma tradicional de agir. A violência aparece integrada no cotidiano sertanejo, repetindo-se com certa regularidade principalmente nos setores fundamentais da relação comunitária. Para Maria Sylvia *“essa violência atravessa toda a organização social, surgindo nos setores menos regulamentados da vida, como as relações lúdicas, e projetando-se até a codificação dos valores fundamentais da cultura”*<sup>29</sup>.

Embora as análises da autora se concentrem em regiões paulistas no início do século XIX, entendemos que suas análises podem ser aplicadas também nos espaços do sertão mineiro desde meados do século XVIII. A conduta violenta acabou se incorporando à sociedade sertaneja e essa mesma sociedade vai acabar por valorizar tal tipo de conduta, devido, principalmente, ao *“fato, de circularem desimpedidas de juízos restritivos indica também que a violência é incorporada não apenas como um comportamento regular, mas positivamente valorado”*<sup>30</sup>.

Nessa situação de valorização da violência, determinada por um contexto onde as notícias sobre a violência circulam livremente, pode-se observar todo um

---

<sup>27</sup> ANASTASIA, Carla Maria Junho. Op. Cit. p.14

<sup>28</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

<sup>29</sup> Idem, p. 27

<sup>30</sup> MARIA, Silvia de Carvalho Franco. Op. Cit. pp. 53-56

sistema de valores centrados em atributos como a coragem pessoal, a honra, bravura e força. Enfim, a violência corresponde a todo esse sistema de valores instituídos socialmente<sup>31</sup>.

Nossa sociedade dominante local acaba por se inserir nesse contexto onde impera um alto grau de violência. Alia-se a isso, sua contra-face: a dominação pessoal exercida sobre os grupos subalternos, ou seja, pequenos proprietários e sitiantes, além de trabalhadores rurais e escravos. A respeito disso, temos a instituição de fortes vínculos entre o grupo dominante e o grupo dominado através do estabelecimento de relações de compadrio. O compadrio camufla relações de dependência e submissão pessoal<sup>32</sup>. Essa submissão ao grande fazendeiro vai acarretar um total comprometimento da autonomia dos pequenos agricultores, que, em termos políticos, vai se traduzir em total adesão para com os grandes potentados. O conformismo político também é outra grave consequência do processo de dominação pessoal, pois os dominados são reduzidos a um estado de completa inércia.<sup>33</sup>

Essa conjuntura histórico-social determinou os principais valores sociais que vão permear o imaginário coletivo local. Estrutura-se uma comunidade de valores, onde a violência e os fatores que a legitimam, o mandonismo e a dependência pessoal são normatizados e sancionados através de sistemas de representações que as fixam e as traduzem. As relações de dominação dependem de um imaginário coletivo para a legitimação de seu poder. Essas relações de dominação vão se caracterizar por forte investimento no campo do imaginário social coletivo. Os potentados vão procurar legitimar o seu poder e buscar seus referentes nessa comunidade de sentido. E essa

---

<sup>31</sup> FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. Op. Cit, p. 54.

<sup>32</sup> Idem, p. 85.

<sup>33</sup> Idem, pp. 94-95.

comunidade de sentido é determinante para a consolidação de uma tradição política local. Sobre a importância do imaginário na cultura política de uma determinada sociedade, Bronislaw Baczko deixa claro que *“nenhuma relação social e, por maioria da razão, nenhuma instituição política são possíveis sem que o homem prolongue a sua existência através das imagens que tem de si próprio e de outrem”*<sup>34</sup>. Esse imaginário atua sobre a coletividade sertaneja como uma espécie de código de conduta e comportamento sertanejo.

Essa comunidade de valores, verdadeira comunidade de sentidos, onde uma coletividade inteira se reconhece e se faz reconhecer, é traduzida por um edifício simbólico capaz de dotar a coletividade de coesão e uniformização social. Baczko assegura que: *“A Função do símbolo não é apenas instituir uma classificação, mas também introduzir valores, modelando os comportamentos individuais e colectivos e indicando as possibilidades de êxito dos seus empreendimentos”*<sup>35</sup>.

O imaginário da elite dominante (o potentado na colônia, futuro coronel no império) precisa se desdobrar em representações coletivas a fim de legitimar as relações de força e também efetivar a sua legitimação como prática política. Baczko faz referência a Weber, o qual afirma que a vida social produz valores e normas, da mesma forma que sistemas de representações que as fixam e traduzem. Ainda conforme Baczko

*“As relações sociais nunca se reduzem aos seus componentes físicos e materiais. Do mesmo modo, as relações políticas, enquanto dominação dos homens por outros homens, não se reduzem a simples relações de força e de poderio. Os três tipos de dominação política enunciados por Weber, a saber, a dominação tradicional, a carismática e a burocrática, exercem-se através de diferentes sistemas de representações colectivas nos quais se fundamenta a legitimidade dos respectivos poderes”*<sup>36</sup>.

---

<sup>34</sup> BACZKO, Bronislaw. *Imaginário Social*. Enciclopédia Einaudi Antrophos-Homem. Lisboa: Casa da Moeda, 1985 p.301

<sup>35</sup> Idem, p. 311.

<sup>36</sup> BACZKO, Bronislaw. Op. Cit. p. 307

A coragem, a honra, a valentia e a força constituem alguns atributos simbólicos que designam o potentado. Seus principais valores correspondem à ordem, à moral, à família, à propriedade e à tradição.

O potentado, como representante da classe dominante, vai através de uma produção simbólica impor a legitimidade de sua dominação. Assim, em uma determinada relação de dominação, a coletividade sertaneja, reconhece ser legítima a dominação do potentado. O grande “mandão” proprietário, por meio, também de seu poder simbólico, obtém assim o seu reconhecimento<sup>37</sup>.

Serge Bernstein também destaca a importância do universo cultural para a preparação do terreno do universo político. Para ele, a cultura política é adquirida

*au sein du climat culturel dans lequel baigne chaque individu par la diffusion de thèmes, de modèles, de normes, de modes de raisonnement que, par la répétition, finissent par être intériorisés et que lè rendent sensible à la réception d'idées ou à l'adoption de comportements congruents.*<sup>38</sup>

Nesse clima cultural, onde cada indivíduo absorve temas, normas, modelos e comportamentos, a cultura política passa por um verdadeiro processo de elaboração. Dessa forma, a cultura política é difundida através das gerações. Entretanto, o mesmo autor rejeita a idéia de que a cultura política seja algo imóvel, inerte. Para ele a cultura política

*c'est un corps vivant qui continue à évoluer, qui se nourrit, s'enrichit de multiples apports, ceux des autres cultures politiques lorsqu'elles paraissent apporter lès bonnes réponses aux problèmes du moment, ceux de l'évolution de la conjoncture qui infléchit lès idées et les thèmes, aucune culture politique ne pouvant survivre à terme à une trop forte contradiction avec les réalités.*<sup>39</sup>

---

<sup>37</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. Cit, p. 12-13.

<sup>38</sup> BERSTEIN, Serge. Op. Cit, p.379.

<sup>39</sup> BERSTEIN, Serge. Op. Cit, p.380.

Assim, uma dada cultura política pode sofrer um processo de evolução ou de adaptação dentro de uma nova realidade. O autor citado deixa claro que nenhuma cultura política pode sobreviver durante muito tempo em contradição com a realidade concreta.

A partir dos meados do século XVIII, a região passou a sofrer um processo de relativo isolamento. Para se evitar o contrabando do ouro – sabe-se que boa parte do ouro contrabandeado passava pelos cominhos que atravessavam a região em direção à Bahia –, a coroa portuguesa, através do regimento de 1702, proíbe o tráfego de produtos da Bahia para a região mineradora e, além disso, novas rotas comerciais ligando as minas a outras regiões fornecedoras são abertas. Para Carla Anastasia, esse relativo isolamento vai favorecer o mandonismo – já existente – dos grandes fazendeiros: “(...) *fora dos interesses da coroa e isentos da fiscalização inerente a política metropolitana, os grandes proprietários dessas áreas puderam exercer sua dominação política (...)*”<sup>40</sup>. Ou seja, diante da completa ausência do poder público, o poder privado dos grandes potentados atingiu uma enorme dimensão.

Por ocasião dos motins do São Francisco, os potentados da região forneceram uma amostragem de seu exorbitante poder, além do fato de os motins evidenciarem que o poder das autoridades coloniais portuguesas na região era puramente nominal. A instituição da cobrança da taxa de capitação no sertão do São Francisco levou os poderosos senhores da região a se levantarem contra as autoridades por duas vezes. A região de Montes Claros, inclusive, foi o epicentro de uma violenta

---

<sup>40</sup> ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A Sedição de 1736: Estudo Comparativo entre a Zona Dinâmica da Mineração e a Zona Marginal do Sertão Agro-Pastoril do São Francisco*. Belo Horizonte: Departamento de Ciências Políticas, 1993 (Tese de Mestrado). p. 42.

revolta liderada por um descendente do sesmeiro Gonçalves Figueira contra a autoridade da capitação.

Conforme Carla Anastasia:

*“O segundo movimento iniciou-se em princípios de maio no sítio de Montes Claros, junto ao Rio Verde, contra o comissário da capitação, André Moreira. Estes tumultos liderados por André Gonçalves Figueira, foram mais generalizados e mais violentos do que o da barra do Rio das Velhas”<sup>41</sup>.*

A reação dos potentados locais indica o elevado grau de autonomia em relação às autoridades de que esses poderosos do sertão desfrutavam. Realmente, a autoridade desses poderosos latifundiários ia muito além de seus próprios domínios particulares. Por isso, frente a uma tentativa do poder público de aumentar a sua influência na região mediante a extensão da capitação na área, a classe proprietária local reagiu violentamente na tentativa de resguardar a sua autonomia frente às autoridades. Como Carla destacou, a *“autonomia dos poderosos do sertão ficaria seriamente comprometida com a presença das novas autoridades instituídas para a cobrança do imposto”<sup>42</sup>.*

Entendemos também que, com a imposição da taxa de capitação, além do comprometimento da autonomia dos potentados do sertão, estaria seriamente comprometida a sua riqueza, pois a cobrança da taxa incidia sobre todo aquele que possuísse escravos. Embora a pecuária demandasse um baixo número de homens, não podemos esquecer que muitos desses potentados possuíam propriedades onde se destacava também a plantação da cana de açúcar para a produção de rapadura e cachaça. Conforme vimos anteriormente, essa produção chegou a ser exportada para a região

---

<sup>41</sup> ANASTASIA, Carla Maria Junho. Op. Cit. In: *Vassallos Rebeldes...*, p. 71.

<sup>42</sup> Idem, *ibidem*.

mineradora durante um certo período. Sendo assim, podemos afirmar que a grande maioria desses potentados possuía uma quantidade bastante razoável de escravos. Em função disso, a cobrança do imposto na região claramente reduziria a margem de acumulação desses grandes latifundiários. Esse fato ajuda a entender a natureza violenta da reação dos grandes latifundiários a essa investida do poder público na região sãofranciscana.

No século XIX, já esgotadas as jazidas de ouro na região mineradora, o norte de Minas Gerais passa a se voltar para si próprio, desenvolvendo atividades voltadas para a subsistência da população e ligadas à pecuária e à agricultura, aprofundando ainda mais o isolamento da região<sup>43</sup>. Nessa nova conjuntura, a situação econômica da região se fragiliza, pois conforme destacamos anteriormente, grande parte da produção da região atendia a uma demanda dos núcleos mineradores, que agora não mais existia. Posteriormente, teremos oportunidade para discutir que, em um contexto de maior fragilidade econômica e maior isolamento, o fenômeno do mandonismo será muito mais exarcebado.

Diante dessa nova situação, o povoado de Montes Claros emerge para ocupar um papel na região de crescente importância e destaque. Duas circunstâncias alavancam o desenvolvimento do povoado: *“uma, o fato de o arraial situar-se num dos ramos da estrada que, do Tejuco, seguia para a Bahia; a outra, o próprio Saint Hilaire no-la informa.”*<sup>44</sup>. O que chamou a atenção do naturalista francês ao passar pela região de Montes Claros foi à riqueza representada pela exploração de salitre. Contudo, é importante salientar que, na época em que Saint Hilaire passou pela região, a exploração

---

<sup>43</sup> MACHADO, Bernardo Mata. Op. Cit. p. 59.

<sup>44</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1971. p. 297.

do salitre já se findava, pois já era visível o esgotamento dessas jazidas ali. Fato este de que o próprio viajante se deu conta<sup>45</sup>.

Em sua passagem por Montes Claros, chamada então naquela época de “povoação das Formigas”, o naturalista francês nos oferece valiosas informações e descrições. Segundo ele, á

*“(...) povoação, que pode compreender atualmente (1817) duzentas casas, e mais de oitocentas almas é certamente uma das mais belas que vi na Província de Minas, mas não adquiriu certa importância senão depois que se começou a fabricar salitre na região, o que, por ocasião de minha viagem, não datava de mais de oito anos”*<sup>46</sup>.

A grande praça da cidade parece que causou uma certa surpresa ao viajante, pois, segundo ele, “*sua extensão, seria digna das maiores cidades*”<sup>47</sup>. Saint Hilaire observou ainda que grande parte das casas do povoado está erigida ao redor da praça de formato irregular. A praça, então, significa o coração da povoação de Formigas.

Conforme Baczko nos assegura, o imaginário pode usar vários tipos de linguagem, dentre elas a arquitetônica. Para ele “*Todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço. A sua organização espacial atribui um lugar privilegiado ao poder, explorando a carga simbólica das formas (o centro põe-se à periferia, o ‘acima’ põe-se ao ‘abaixo’, etc)*”<sup>48</sup>.

As famílias mais tradicionais da antiga Montes Claros, construíam suas casas ou sobrados nessa parte da cidade. Essa disposição espacial da maior parte das

---

<sup>45</sup> SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem Pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. P. 311.

<sup>46</sup> Idem, pp. 306-326

<sup>47</sup> Idem, p.326.

<sup>48</sup> BASZKO, Bronislaw. Op. Cit. pp. 312-313.

casas da classe dominante reflete a sua riqueza e o seu prestígio político. O viajante francês atestou que, por essa época, nas imediações de Formigas, existiam várias fazendas possuidoras de considerável número de cabeças de gado. Além disso, conta o viajante que, com relação à reputação dos habitantes do lugar, o povoado gozava, naquela época da *“pior das reputações no tocante à probidade”*<sup>49</sup>.

## 1.2 - A VIDA POLÍTICA DE MONTES CLAROS NO IMPÉRIO

Com o advento da independência, o hipertrofiado poder privado dos grandes proprietários e chefes locais continuou, a despeito do fortalecimento gradual do poder público. Após as medidas centralizadoras, as câmaras municipais passam a perder espaço e depender cada vez mais de suas províncias.

Em 13 de outubro de 1831, a povoação de Formigas foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila de Montes Claros das Formigas, pertencendo à Jurisdição da Comarca do Serro Frio<sup>50</sup>. Já na condição de vila, a comunidade passava a ter o direito de possuir uma câmara. E esta passa a ser o palco das disputas políticas locais. Os potentados vão procurar exercer o seu controle sobre essa instância de poder. Vão acabar modelando conforme os seus valores o espaço urbano local, tendo os principais serviços urbanos sob a sua influência e controle, pois diante da *“ausência de uma burguesia urbana independente, os candidatos às funções novamente criadas recrutam-se, por força, entre indivíduos da mesma massa dos*

---

<sup>49</sup> SAINT HILAIRE, Auguste de. Op. Cit. p. 327.

<sup>50</sup> VIANA, Urbino de Souza. Op. Cit. p. 58.

*antigos senhores rurais, portadores de mentalidade e tendência características dessa classe*”<sup>51</sup>.

O coronel Francisco Pinheiro Neves, futuro chefe conservador e coronel da Guarda Nacional, foi eleito o primeiro presidente da câmara da vila de Montes Claros das Formigas. A lei de 1824 determinava que o vereador mais votado fosse o presidente da câmara municipal.

Victor Nunes Leal nos assegura que, desde os tempos de colônia, as receitas das câmaras eram muito minguadas. No Império, já fizemos menção ao fato dos municípios estarem atrelados às províncias. Entretanto, a própria competência tributária das províncias era muito restrita, o que na prática significava uma situação de quase indigência na esfera municipal<sup>52</sup>. Tendo em vista essa situação de falta de recursos nos municípios, podemos concluir que tal situação implicava em redução da autonomia municipal, a não ser que os próprios chefes locais arcassem com os gastos necessários para o bom andamento da administração das municipalidades. Evidentemente, essa última alternativa remete à investida do público pelo privado.

A vila de Montes Claros testemunhou essa situação de dificuldades financeiras desde os primeiros tempos de sua existência, como mostra o documento enviado pelo primeiro presidente da câmara – por ocasião da primeira legislatura – ao governo provincial, pedindo recursos para a solução do problema da reforma da Matriz. Eis o teor do documento:

*“Ilmo.Exmo.Sr.(...) Devendo merecer a mais seria atenção desta Camara, e do Exmo conselho do governo, o estado de decadência e quase total ruína que apprezenta a matriz desta villa, único templo aqui existente e que urge o mais prompto reparo, afimde que não seja esta porção de habitantes*

---

<sup>51</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. Cit. p.88

<sup>52</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Alfa Omega, 1978, pp.135-140

*privada do culto Divino e do ministério eclesiástico; A mesma Camara em seção ordinária de hoje julgou da mesma importância levar isto mesmo ao conhecimento de V. Excia. de digna providência consignando a quantia que coube a esse município, deixada na lei do orçamento do anno financeiro proximo findo. Deus guarde a V. Excia como a providência há myster. Villa de Montes Claros de Formigas em seção ordinária de 28 de Abril de 1834. (...).”<sup>53</sup>*

Essa situação de fraqueza municipal implicava uma maior dependência em relação às outras esferas do poder – a esfera provincial e a imperial. Por essa época, iniciam-se as primeiras lutas políticas na região. Com a formação dos partidos que polarizarão a política imperial, os grandes proprietários locais passam a se articular com as instâncias superiores na defesa de seus interesses. Conservadores e liberais vão disputar o mando político da vila em meio às intolerâncias e desconfianças. No meio dessa renhidas disputas, muitas vezes vai sobressair a violência bem ao estilo dos potentados, que se levantavam contra a coroa portuguesa há mais de um século.

Evelina Antunes, em seu trabalho de mestrado, afirmou que essa polarização na cidade se dava mais em torno de negócios locais específicos, especialmente o controle do movimento comercial da época. Para ela, o caso

*“(...) da construção da sede do mercado municipal é ilustrativo: como importante entreposto comercial do Norte e Nordeste de Minas e do Sul da Bahia, a cidade necessitava de um local mais apropriado às transações comerciais do que os antigos ranchos de tropas. Logo, a edificação do mercado se tornou uma obra disputadíssima e o embate político durou nada menos que os últimos vinte e um anos do século passado.(...) Não se pode falar em hegemonia desses grupos, mesmo porque suas diferenças não são significativas. Ambos se assentavam sobre a pecuária e o comércio relativamente importante”<sup>54</sup>.*

Mesmo em se tratando dessa diferença entre aqueles que se dedicavam ao comércio e os que se dedicavam à pecuária, podemos dizer que não havia conflito em

---

<sup>53</sup> Documentos da Câmara Municipal – Arquivo Público Mineiro, caixa 143.

<sup>54</sup> OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes de. Op. Cit. p.17

relação a isso. Embora a cidade tenha se tornado um importante entreposto comercial desde meados do início do século XIX, mesmo o seu comércio tinha na pecuária a sua principal base, pois os principais produtos exportados eram o gado e os seus derivados. Além disso, grande parte dos comerciantes da vila, também eram criadores de gado.

Esses “mandões”, como bem mostrou Maria Isaura Pereira de Queiroz, mesmo a despeito da subordinação das câmaras municipais às assembleias provinciais, continuam a governar pelos sertões afora. Agora, com a criação da Guarda Nacional, verificou-se um reforço ao poder do mandão local, pois, geralmente, eram os chefes locais de maior prestígio, os recebedores dos postos mais altos dessas milícias<sup>55</sup>.

O uso político desse instrumento de dominação reforçava, em muito, o prestígio daquele que detinha o seu controle na localidade, além de aumentar o seu poder de coerção sobre os rivais na política local, pois

*“Era uma arma fortíssima nas mãos dos senhores rurais, não só porque legalmente se tornavam chefes militares, como porque em suas mãos estava mandar este ou aquele servir o exército; com a Guarda Nacional permanente eram ameaçados os revoltados contra o mandão local, os adversários”<sup>56</sup>.*

Contudo, somava-se com o seu uso político, o uso simbólico dos títulos da Guarda Nacional. Como bem realçou Bourdieu, toda e qualquer produção simbólica pode ser entendida como instrumento de dominação. A produção simbólica é uma radiografia da luta interclasse. A classe agrária dominante, tendo em vista a legitimação do seu poder de dominação, faz uso dos títulos da Guarda Nacional como instrumentos,

---

<sup>55</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. Pp. 66-70.

<sup>56</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Op. Cit. pp. 70-71

cujo simbolismo reforça, através da “violência simbólica”, a imposição de seus interesses<sup>57</sup>.

Percebemos a instituição da Guarda Nacional como um aumento do poder de mando dos chefes locais, principalmente tendo em vista o prestígio social que gozava aquele que detinha e ocupava o seu mais alto posto: o coronel. Tal dignidade efetivamente conferia um “poder simbólico” ao grande proprietário que a detinha porque

*“o poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário”<sup>58</sup>.*

A eficácia do poder simbólico reside, então, na crença na sua legitimidade, no reconhecimento, por parte de uma comunidade onde seus valores estejam estruturados e fortemente integrados.

A nomeação de um grande proprietário pela Guarda Nacional constitui em si um ato de imposição simbólica pelo fato da nomeação, como ato de investidura oficial, advir do estado, que é o detentor da violência simbólica legítima<sup>59</sup>.

Ressaltamos, ainda, que a Guarda Nacional (porta-voz do estado imperial), como instituição com poder de nomeação, acaba sancionando e fixando as hierarquias entre os agentes sociais. Enormes vantagens simbólicas são decorrentes de uma nomeação. O título de coronel é um capital simbólico institucionalizado, socialmente garantido e aceito. Dentro dessa perspectiva, a Guarda Nacional, como

---

<sup>57</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. Pp 9-12

<sup>58</sup> Idem, p. 14.

<sup>59</sup> Idem, pp 146-147

instituição com forte poder de nomeação, tende a congrega grupos de grandes proprietários para a promoção de seus respectivos interesses<sup>60</sup>.

O Coronel da Guarda Nacional, como detentor de poderoso capital político (quer a título de delegação ou nomeação), possui uma poderosa força de aglutinação e mobilização<sup>61</sup>. Nesse sentido, o coronel situa-se na comunidade como verdadeiro marco de referência sócio-política. O simbolismo de seu poderio atua como estrutura-estruturante na construção do mundo objetivo sertanejo, porque

*“Os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração ‘moral’”<sup>62</sup>.*

Em Montes Claros das Formigas, como de resto em todo o Brasil, os grandes potentados foram sendo atraídos pela Guarda Nacional. Seduzidos pelo prestígio de seus títulos e, é claro, pelo ganho simbólico advindo das nomeações, tratam de, em torno da patente de coronel, aumentar ou consolidar a sua chefia política na região. Por volta de 1850, temos o seguinte quadro de coronéis já nomeados pela Guarda Nacional:

Francisco Vaz Mourão	em 20 de agosto de 1833
José Pinheiro Neves	em 4 de outubro de 1838
Pedro José Versiani	em 1º de abril de 1840
Francisco José Sá	em 4 de novembro de 1845
Lázaro da Rocha Queiroz	em 29 de agosto de 1848
José Antônio Maria Versiani	em 7 de março de 1849

Fonte: PAULA, Hermes de. *Montes Claros, sua gente, seus costumes*. Montes Claros, 1979, p.287

<sup>60</sup> BOURDIEU Pierre. Op. Cit, pp.147-149.

<sup>61</sup> Idem, p.190.

<sup>62</sup> Idem. Op.Cit. p.10

Os dois primeiros coronéis que encabeçam o quadro são os chefes respectivamente do Partido Liberal e do Partido Conservador. Para Maria Isaura Pereira de Queiroz, além de o coronel ser ponto de referência sócio-política, ele é também o chefe de uma parentela<sup>63</sup>. A parentela então constituiria o núcleo original em torno do qual se estruturaria um dos pilares do poder e do prestígio dos grandes chefes políticos. Aqui podemos retomar também o já citado comentário de Sérgio Buarque de Holanda, que analisa a estrutura da família colonial e assevera que, nesse domínio, o princípio da autoridade do patriarca se fez de forma ilimitada.

Com relação à parentela, deve-se salientar que os indivíduos estão ligados não só por laços de parentesco carnal ou matrimonial, mas também por fortes laços de compadrio.

Mais uma vez recorremos ao estudo de Maria Isaura Pereira de Queiroz, para uma conceituação mais precisa da parentela brasileira, pois os seus estudos em torno do assunto constituem importantes referências para nossa instrumentalização. Para ela, as famílias que constituem a parentela podem estar separadas por grandes distâncias. Internamente, a parentela brasileira se apresenta estratificada constituindo em grupo político e grupo econômico, tendo sua solidariedade interna garantida pela lealdade dos membros para com os chefes<sup>64</sup>.

Outro aspecto importante da estrutura interna da parentela é a possibilidade de cisão devido a conflitos internos. Para a autora mencionada acima, a existência do “inimigo externo” reforça a parentela, pois “*O conflito entre parentelas surge então como importante fator de continuidade delas; o conflito as perpetua, pela*

---

<sup>63</sup> QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. *O Coronelismo numa interpretação sociológica*. In: FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano. Estruturas de Poder e Economia (1889-1930)*. H.G.C.B. 1 volume -tomo III, São Paulo: Difel, 1975. P.156

<sup>64</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Op. Cit. In: *O Coronelismo...* pp.165-167

*exigência de lealdade e apoio unânime que todos devem a todos em seu interior, tornando-se assim o determinante da continuidade das parentelas no tempo”<sup>65</sup>.*

Diante desse quadro, entende-se que as lutas interparentelas constituíram em tentativa de manter a coesão e a solidez das parentelas.

Retornando ao nosso estudo de caso (Montes Claros), temos em torno das famílias Chaves, Sá e Prates a estruturação de uma poderosa parentela, cuja importância política vai extrapolar as fronteiras do norte do Estado, além, é claro, de que, em torno dos interesses desse grupo, a política local muitas vezes estará condicionada. Acerca da origem e estruturação dessa parentela, Cid Rebelo Horta nos fala que os

*“(...) Sá, originariamente, de Grão Mogol e que se vão ligar em Diamantina aos Machado, Felício dos Santos, Pires e Lessa, São aliados e parentes em Montes Claros dos Prates, dos Chaves e dos Quadros. Um Chaves, Antônio Gonçalves Chaves, deputado na Assembléia da Província, foi o primeiro chefe liberal de Montes Claros, em luta contra os conservadores, em cujas fileiras se enquadravam os Veloso e Versiani. A Antonio Gonçalves Chaves, pai, segue-se na chefia Antônio Gonçalves Chaves Filho, que foi presidente da Província, deputado e senador da República, sendo substituído pelo seu cunhado Camilo Philinto Prates, deputado provincial e deputado federal na República(...)”<sup>66</sup>.*

O Cônego Chaves foi o primeiro grande chefe político da parentela, tendo assumido ainda na regência a chefia dos Liberais – embora o autor afirme que o cônego Chaves fora o primeiro chefe liberal, vimos anteriormente que isso não correspondia à verdade, pois o coronel Francisco Vaz Mourão, por pouco tempo, é tido como o primeiro chefe liberal. Por aproximadamente uma década (de 1841 a 1851), os

---

<sup>65</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Op. Cit. In: *O Coronelismo...* pp.169-170

<sup>66</sup> HORTA, Cid Rebelo. *Famílias Governamentais de Minas Gerais*. In: II Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte, 1957, pp. 79-80

liberais, tendo a frente Antonio Gonçalves Chaves, estiveram à frente da câmara da vila de Montes Claros.

O fato de Antonio Gonçalves Chaves, o cônego Chaves, deter uma poderosa força de mobilização em função de ter sido investido por uma instituição como a igreja – que investe os indivíduos através do sacerdócio vai ser de fundamental importância para o exercício da liderança na parentela. Como detentor de um tipo específico de capital político renovado constantemente pelo “carisma de função”<sup>67</sup>, o cônego Chaves reunia as condições de assumir a liderança no seio de sua parentela.

Temos também a estruturação do grupo conservador em torno de uma parentela cujo núcleo central se constituiria pela família Versiani – uma das famílias mais tradicionais de Montes Claros. Inicialmente, os conservadores estavam sob a liderança do coronel José Pinheiro Neves – até o final da década de 30. Após meados do século, a liderança passa para o controle da família Versiani na pessoa do médico Carlos Versiani, filho do coronel Pedro José Versiani. O doutor Carlos, como era mais conhecido, esteve juntamente com o partido conservador à frente da câmara municipal por quase vinte anos ininterruptos.

Aqui também temos um detentor de um tipo de capital específico. Para Pierre Bourdieu, os profissionais liberais são detentores de uma espécie de capital, ou seja, um certo capital pessoal de notoriedade e de popularidade, que é firmado no fato de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa – de ter um “nome”, uma “reputação”, etc – e também no fato de possuir um certo número de qualificações específicas, que são a condição da aquisição e da conservação de uma “boa reputação”. Ainda, o mesmo autor nos assegura que esse tipo de capital pode ser reconvertido para o domínio da política,

---

<sup>67</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. Cit, p.193

ou seja, qualquer “capital de notável”, acumulado lentamente no exercício de uma profissão liberal, possibilitará forte investimento no domínio da política, convertendo-se assim em capital político<sup>68</sup>.

O homem político é um homem de honra, pois é detentor de um capital específico que depende diretamente da representação, da opinião, da crença e da fides. Como homem de honra, seu capital político é uma forma de capital simbólico, pois o seu crédito é firmado na crença e no reconhecimento. Sendo assim, o seu capital tem que ser conservado mediante um trabalho constante para que se possa acumular o crédito e assim evitar o descrédito.

A nosso ver, o médico detentor de um determinado tipo de capital, cuja produção e acumulação se dá de forma lenta, mas contínua e constante, é um agente privilegiado dentro do campo político. Além disso, se detentor de uma certa notoriedade ou popularidade, o médico detém a título pessoal uma poderosa força de mobilização. Sua força política é diretamente proporcional ao seu reconhecimento por parte da sociedade onde está inscrito.

A tradição política local evidencia esse fato, ou seja, o indiscutível prestígio dos médicos. Tanto no império quanto na primeira república, esses doutores controlaram e lideraram um partido – na monarquia, o partido conservador; na república, uma ala do P.R.M. local. No próximo capítulo, teremos oportunidade de mostrar o indiscutível prestígio de que gozavam os irmãos Alves (dois médicos), no comando de uma facção do partido republicano local, durante a chamada primeira república.

---

<sup>68</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. pp, 190-192

Voltando ao período monárquico, o simples fato já mencionado de que o médico Carlos Versiani esteve no comando da municipalidade por quase vinte anos é um atestado de sua projeção política local. Quando de seu falecimento em 1906, um adversário político da época do império assim se manifestou:

*“Findou-se, hoje (...), com cerca de 84 anos, o importantíssimo cidadão Sr. Dr. Carlos José Versiani, distinto médico que há mais de cinqüenta anos prestava seus serviços de medicina ao povo desta cidade e circunvizinhanças, muito pouco recebendo de seu trabalho... Foi o chefe supremo do partido conservador neste município no tempo da Monarquia, partido que dirigiu com muito tino e de quem era idolatrado pelas suas excelentes qualidades de homem de bem. Ocupou vários cargos públicos, entre os quais o de deputado geral, deixando de ser senador do Império porque cedeu esse lugar, para o que seria eleito impreterivelmente, seu amigo político, o Sr. Carlos Fonseca. A pobreza perdeu o seu médico e o município de Montes Claros um de seus melhores filhos. O rabiscador destas tristes linhas reconhece, de ciência própria, tudo quanto aqui escreveu; o sentimento de pesar por tão fatal acontecimento é profundíssimo!(...)”<sup>69</sup>.*

“Médico da pobreza”. Assim ficou conhecido o dr. Carlos, principalmente por atuar de graça perante a comunidade de baixa renda. Alia-se a isto o fato de pertencer a uma das mais tradicionais famílias da região. Eis aí os ingredientes principais do político Carlos Versiani. Quando da primeira eleição municipal do novo regime em 1892, com o seu prestígio, conseguiu assegurar a vitória para a sua corrente política, demonstrando também que, mesmo depois da mudança institucional, continuava a conservar a sua reputação, o seu “nome” e a sua honra no campo político.

Com a emergência do bacharel Antônio Gonçalves Chaves Júnior ao comando do Partido Liberal local – sucedendo a seu pai, o cônego Chaves<sup>70</sup> – os dois agrupamentos políticos da cidade vão ser dirigidos por profissionais liberais. Tal dado

---

<sup>69</sup> PAULA, Hermes de. Op. Cit. p.165

<sup>70</sup> Embora pareça estranho, o fato de um cônego conferir nome e sobrenome ao filho, está referido no processo de número 29, arquivado no Centro de Documentação da Unimontes.

constitui reflexos de uma certa tradição cultural ibérica calcada no forte personalismo que impregna a cultura política brasileira.

Sérgio Buarque de Holanda fala em verdadeira “praga do bacharelismo”, que infesta à vida brasileira. Ele adverte que tal fenômeno não é exclusivo dos brasileiros. Para ele, “*o que importa salientar aqui é que a origem da sedução exercida pelas carreiras liberais vincula-se estreitamente ao nosso apego quase exclusivo aos valores da personalidade*”<sup>71</sup>. Esse personalismo, conforme já aludimos, faz parte de nossa herança portuguesa e sedimentou-se em nosso povo desde os primórdios da colonização.

Raymundo Faoro, citando Gilberto Freyre, afirma que, desde os períodos bem remotos da colônia (século XVI), desenvolve-se um verdadeiro gosto pelo título de bacharel, ou seja, estrutura-se uma mentalidade no grupo dominante calcada por uma cultura bacharelesca. Para o autor, o bacharel é fruto do estado Patrimonial, onde o “*alvo seria o emprego e, por via dele, a carruagem do Estamento burocrático, num processo de valorização social decorrente do prestígio do mando político*”<sup>72</sup>.

Para Faoro, uma das conseqüências mais visíveis dessa ordem estamental burocratizada é uma verdadeira “caça ao emprego público”, pois este nobilita, eleva o nome oferecendo poder e glória ao seu detentor que “*se torna letrado para conquistar o cargo, para galgar o parlamento, até que o assento no Senado lhe dê o comando partidário e a farda ministerial, pomposa na carruagem solene*”<sup>73</sup>.

---

<sup>71</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. Cit. pp.156-157

<sup>72</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação patronato político brasileiro*. Vol1/ 10 ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000 (grandes nomes do pensamento brasileiro). Pp.438-439

<sup>73</sup> FAORO, Raymundo. Op cit. p.440

Ainda falando a respeito do prestígio das carreiras liberais na política brasileira, temos a importante contribuição de Nunes Leal. Analisando a estrutura da política municipal brasileira, ele conclui que os

*“chefes políticos municipais nem sempre são autênticos coronéis. A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilita à chefia. Mas esses doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos coronéis”<sup>74</sup>.*

Maria Isaura P. de Queiroz vai observar que as profissões liberais constituíam um importantíssimo canal de ascensão social. Ela também concorda com Nunes Leal quanto ao fato de esses doutores serem aliados dos coronéis, integrando-se nessa estrutura política tradicional por meio de alianças, casamentos ou por outros laços.

Para ilustrarmos a presença de profissionais liberais na política local – juntamente com a presença de sacerdotes – confeccionamos um quadro, com aqueles que ocuparam os mais altos cargos políticos na cidade, ao longo do século XIX:

Carlos Versiani	Médico	Presidente da Câmara entre 1853-1864 e 1869
Joaquim Onofre	Médico	Dep. Provincial (1873-1878)
Antonio Gonçalves Chaves Junior	Advogado	Dep. Provincial/Presidente da Província (MG e SC)
Justino de Andrade Câmara	Advogado	Presidente da Câmara/Deputado Providencial
Antonio Augusto Veloso	Advogado	Deputado Provincial eleito em 1886
Camilo Prates	Professor	Deputado Provincial eleito em 1886
Felipe Pereira de Carvalho	Padre	Presidente da Câmara
Antonio Gonçalves Chaves	Padre	Presidente da Câmara/Deputado Provincial
Antonio Teixeira de Carvalho	Padre	Vereador
Padre Siqueira	Padre	Vereador

<sup>74</sup> LEAL, Victor Nunes. Op. Cit. Pp.21-22

### 1.3 - A VIOLÊNCIA COMO RECURSO POLÍTICO

Podemos dizer que já nessa época a violência era um componente sempre presente na cultura política local. Ambas as correntes (liberal e conservadora) se envolviam em constantes acusações mútuas, brigas e arruaças. Soaria como pretensão de nossa parte fazer um levantamento de todos os atritos e violências que permearam a trajetória política de Montes Claros. Contudo, demonstraremos que a violência política fazia parte da conduta da elite local através de dois exemplos ocorridos no Império. Para fazermos isso, recorreremos à obra de dois memorialistas da cidade. Como primeiro exemplo, podemos citar Nelson Viana, que escreveu sobre um atentado ocorrido em Montes Claros em 1839, nesses termos:

*“Cerca das 8:30 horas da noite, é consumado um atentado contra a vida do cel. José Pinheiro Neves, vice-presidente da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas, com um tiro de emboscada que o atingiu. A causa do referido atentado seria o acirramento das lutas políticas, na ocasião”<sup>75</sup>.*

O atentado não chegou a vitimar o cel. José Pinheiro Neves. No entanto, é bastante elucidativo em relação ao clima político do período. Deve-se levar em consideração que se tratava de um dos elementos mais importantes da política local, tendo sido o presidente da primeira câmara municipal da vila há bem pouco tempo. Por isso a câmara municipal tratou de se reunir para deliberar sobre o acontecimento:

*“O vereador Chaves propôs medidas a serem tomadas. O presidente padre Felipe propôs que o melhor meio de combater as dissidências era a cooperação dos cidadãos influentes com o exemplo, os quais seriam seguidos por seus correligionários”<sup>76</sup>.*

---

<sup>75</sup> VIANA, Nelson. Op. Cit. Pp.188-189

<sup>76</sup> PAULA, Hermes de. Op. Cit. p.154

Os dois vereadores citados acima expressavam o mal estar causado pelo atentado contra a vida do vice-presidente da câmara. Eram representantes locais dos partidos políticos atuantes na monarquia. Ambos chegaram à conclusão de que o fato punha em risco a segurança da vila. Parece que por unanimidade a câmara solicitou um pedido de reforço em homens para efetuarem a segurança da vila, pois o governo da província de Minas Gerais acabou enviando oito praças para guarnecerem a vila<sup>77</sup>.

Nosso segundo exemplo é relatado na obra do memorialista Hermes de Paula. Segundo ele, em 1849, época de predomínio liberal, ocorreu a dissolução por parte de D. Pedro II da câmara dos deputados e das assembléias provinciais. Novas eleições foram marcadas para agosto do mesmo ano, e aos redutos dominados pelos liberais foram enviados delegados especiais. Montes Claros, na época, se encontrava sob o controle dos liberais e por isso para cá veio o Alferes Pinto Paca, que, conforme nos relata o autor, “*cometeu os maiores desmandos de que se tem notícia*”<sup>78</sup>.

Além disso, o mesmo memorialista nos afirma que tal fato teve sérias implicações para a posteridade, a ponto do nome do Alferes ser relacionado a arbitrariedades durante muito tempo, pois “*passados já cem anos, quando se quer referir a injustiças, maldades e falta de garantias públicas, ainda se repete: ‘No tempo do Paca’(...)*”<sup>79</sup>. Diante desse fato, fica evidenciado que a violência faz parte dos instrumentos de mando, bem como das representações coletivas de nossa sociedade. O acontecimento marcou e, de certa forma, se incrustou no imaginário coletivo da população da cidade.

---

<sup>77</sup> VIANA, Nelson. Op. Cit p. 491

<sup>78</sup> PAULA, Hermes de – Op. Cit. P.166

<sup>79</sup> Idem, ibidem.

Por essa época, temos a elevação da vila de Montes Claros à categoria de cidade pela lei de número 802, de três de julho de 1857<sup>80</sup>. Isso demonstrava que a localidade adquiria uma certa importância política, que foi materializada na concretização da elevação ao posto de cidade. Além disso, o número de vereadores da câmara municipal estaria acrescido de mais duas vagas (o status de vila conferia apenas sete vereadores). Até a proclamação da República, as duas facções locais vão se alternar no comando da municipalidade. Tanto liberais quanto conservadores vão eleger representantes na câmara provincial.

Contudo, um dado que atesta o crescimento do peso político da elite de Montes Claros, ao final do período monárquico, foi a nomeação de um montesclarenses, pertencente ao partido liberal, para o cargo de governador da província de Minas Gerais para o período que vai do dia 7 de março de 1883 ao dia 4 de julho de 1884: o Dr. Antônio Gonçalves Chaves (filho do cônego Chaves), que era o chefe liberal local.

Depois de atuar no serviço público como promotor de justiça em Montes Claros, o bacharel Antônio Gonçalves Chaves ingressa no Partido Liberal assumindo logo a chefia da agremiação na cidade. É eleito deputado provincial por mais de uma legislatura. Antes de administrar a província de Minas Gerais, governou a província de Santa Catarina no início de 1883.<sup>81</sup> À época da proclamação da República, o Dr. Antônio Gonçalves Chaves era indiscutivelmente a liderança de Montes Claros de maior projeção no cenário mineiro e nacional. Mais adiante, quando nos referirmos à transição da Monarquia para a República, mostraremos a sua importância principalmente durante o período alvinista.

---

<sup>80</sup> VIANNA, Urbino – Op. Cit. P. 167

Entretanto, mesmo a despeito de um membro da elite local ter galgado altas posições na política provincial e imperial, a cidade caminhava para o final do século XIX com alguns problemas que, de certa forma, obstruíam o seu crescimento econômico. Cabe ressaltar que a questão do transporte era apontada como um dos maiores entraves para o desenvolvimento do comércio, principalmente para a exportação da maior riqueza da região: o gado vacum. Quanto a isso, foi publicado na revista do Arquivo Público Mineiro do ano de 1893 (Ano II) um pequeno levantamento da situação das vias de comunicação da cidade. Resgatamos um pequeno trecho do artigo para ilustrar melhor o que afirmamos:

*“Nenhuma estrada regularmente aberta existe no município de Montes Claros, por onde simples caminhos, apenas trilhados à pata de animais, sem trabalho aparente do homem, excepto raras e toscas pontes ou estivas de madeiras, levam da cidade aos arraiaes e mais logares, através de grandes distancias, em que não se depara sinão, de longe em longe, uma ou outra insignificante obra pública(...)”<sup>82</sup>.*

O gado da região, assim como o de todo o norte da província de Minas, era levado para ser comercializado na Bahia através da antiga estrada colonial. Devido à falta de vias de acesso relativamente transitáveis para o sul, ficava impossibilitado de atingir mercados que se expandiam cada vez mais (principalmente após a inauguração de Belo Horizonte). Por isso, fica claro que uma ligação ferroviária com o sul vai se constituir na maior reivindicação de *fin de siecle* da classe dominante de Montes Claros junto ao governo<sup>83</sup>.

Apesar das dificuldades de transporte, Montes Claros já iniciava a sua primeira experiência fabril em 1882. Naquela época, foi montada uma sociedade

---

<sup>81</sup> VIANNA, Nelson. Op. Cit. p.591

<sup>82</sup> - Revista do Arquivo Público Mineiro, 1893, ano II, p.589

<sup>83</sup> WIRTH, John D. – *O Fiel da balança – Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982, p.107

denominada Rodrigues, Soares, Bittencourt, Veloso e Cia, cuja fábrica se destinava à produção de tecidos de algodão<sup>84</sup>. Dentro desse quadro econômico, obstruído pela carência de vias de transporte, se dá a mudança de regime no Brasil. Em Montes Claros, tal mudança acaba reestruturando o grupo dominante local dentro dos quadros do Federalismo da carta de 1891. Veremos a seguir, como se acomodaram as forças políticas locais diante da mudança institucional.

#### 1.4 - LIBERAIS E CONSERVADORES DENTRO DE UMA NOVA ORDEM

As notícias acerca da Proclamação da República chegaram a Montes Claros com alguns dias de atraso, em relação a várias cidades do país. Somente no dia 20 de novembro de 1889, é que circularam as primeiras notícias e manifestações acerca do evento. Conforme o jornal “Correio do Norte”, circulou, na tarde do mesmo dia um boletim proveniente de Diamantina, enaltecendo o novo regime e comunicando a existência de um “governo provisório” para o novo regime, além da necessidade de se convocar uma assembléia constituinte<sup>85</sup>.

Ainda segundo o boletim, Minas Gerais também tinha passado por mudanças governamentais nos escalões mais altos. A nota terminava por tranquilizar a população da cidade, demonstrando que a mudança se restringia a esfera institucional.

Os poucos republicanos existentes na cidade, se manifestaram aclamando o novo regime, sem ofender e provocar aos membros dos antigos partidos monárquicos.

---

<sup>84</sup> OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins Rodrigues, Luciene – *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*, Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000, p.198.

<sup>85</sup> *Correio do Norte*. Montes Claros, 24 de novembro de 1889, p 1, número 277.

O vice-presidente da câmara naquela época, Casimiro de Azevedo Pereira, era o presidente do clube republicano local.

No entanto, os republicanos históricos da cidade logo se decepcionaram com o rumo que a situação tomou. A razão dessa decepção, por parte dos históricos, reside nas escolhas para a composição da nova câmara municipal da cidade. Para o governo de Minas Gerais, foi indicado o ex-liberal, Cesário Alvim, que dissolve as antigas câmaras municipais e, em seu lugar, vai criar as intendências no interior da província. Essa política de Cesário Alvim se enquadrava dentro do espírito conciliatório conhecido como “conciliação alvinista”. Os resultados dessa política – principalmente no tocante a dissolução das antigas câmaras e criação de intendências – acabam por não ser o esperado. Tanto republicanos, quanto monarquistas, preteridos nas nomeações vão deixar claro seus descontentamentos com a nova situação, pois a

*“derrubada de monarquistas encastelados nas câmaras municipais ampliou a oposição tanto no plano estadual quanto municipal, Os republicanos por sua vez repudiavam as intendências nomeadas que representavam o poder discricionário do governo provisório e a negação da autonomia municipal”<sup>86</sup>.*

Em Montes Claros, a intendência municipal foi entregue ao ex-deputado provincial e ex-liberal, Camilo Filinto Prates. O responsável por essa nomeação foi outro ex-liberal: Antônio Gonçalves Chaves, que já havia sido governador da província de Minas Gerais e desfrutava de grande prestígio na época da mudança de regime, pois era ligado a

*“Cesário Alvim pela militância no Partido Liberal, ele tornou-se “o orgam consultivo do governo de Minas, durante o regimem provisório, em tudo o*

---

<sup>86</sup> REZENDE, Maria Efigênia Lage. *Formação da Estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982, p.60.

*que concernia à política do Norte do Estado”. O fato aumentou-lhe o prestígio pessoal e deu-lhe posição entre os principais diretores da política mineira na fase de organização. Quando se operou a cisão entre os republicanos mineiros, Gonçalves Chaves colocou-se francamente ao lado de Alvim, tornando-se um dos principais líderes alvinistas. Seguiu a política alvinista em todas as suas conseqüências, solidarizando-se com o Golpe de 3 de Novembro e mantendo-se na oposição a Floriano Peixoto”<sup>87</sup>.*

Ora, já aludimos ao fato das famílias Chaves, Sá e Prates possuírem ligações que remontam aos primeiros momentos da história da cidade de Montes Claros – tais ligações remontam a época em que a povoação adquiriu o estatuto de vila. Acrescenta-se a isso, outro aspecto importante, que aproxima ainda mais Camilo Prates de Gonçalves Chaves: O primeiro era casado com Amélia Gonçalves Chaves, irmã do segundo.

A indicação de um antigo liberal para a intendência da cidade acabou desagradando, tanto aos republicanos históricos da cidade, quanto aos ex-monarquistas locais de tendência conservadora – ex-conservadores. Esses setores descontentes acabaram expressando seu desagrado no jornal local “Correio do Norte”, que era de propriedade de um antigo membro do partido conservador, nos seguintes termos:

*“Senão vejamos de que modo se organizou nesta cidade a Intendência Municipal. Os dois primeiros membros dela são liberais; o ultimo, republicano, e que, já consta, não aceita a nomeação. Talvez seja substituído por algum irmão ou cunhado dos dois primeiros, porque assim fica mais bem arranjado o tal entendimento ou intendência (...)”<sup>88</sup>.*

O porta-voz dos antigos conservadores fazia referência ao fato de Alberto Cassimiro de Azevedo, que era o representante dos republicanos locais, ter seu nome preterido a favor de um nome liberal. Resta-lhe apenas uma posição secundária na nova

---

<sup>87</sup> Idem, pp. 97-98

<sup>88</sup> *Correio do Norte*. Montes Claros, 26 de fevereiro de 1890.

composição do legislativo municipal. Alberto Cassimiro de Azevedo não aceita a sua nomeação e é exonerado logo em seguida, pelo novo chefe do executivo mineiro, João Pinheiro da Silva.

Para agravar ainda mais os ânimos locais, foi fundado um novo clube republicano com elementos fiéis ao intendente nomeado, sob diversos protestos dos históricos. Estes últimos chegaram a publicar uma nota na imprensa, arrogando-se que muito tempo antes do advento

*“da República, nesta cidade, formou-se um club republicano, o qual funcionando regularmente, com as forças de que dispunha, compareceu ao pleito de 31 de agosto, e sufragou o candidato do partido. Sofreu as agruras dos últimos tempos da monarchia, e não se intimidou com a prohibição policial de dar se vivas à republica. Proclamada esta festejou o seu advento, e, continuando a funcionar, elegeu seu representante perante o congresso Republicano de Ouro Preto o illustre e honrado cidadão Dr. T. Ottoni. Entretanto agora consta-lhe que pessoas que então eram frenéticas sustentadoras do gabinete do decahido Visconde de Ouro Preto, promoveram e organizaram um club republicano, dando como extinto o dos genuínos republicanos! Que façam seus clubs, não nos importamos – exercem o direito de reunião – e podem tomar as denominações que quizerem, menos a que nos cabe de direito, porque não queremos aqui homonymos. Somos republicanos sem mira de posição officiaes e rendosas”<sup>89</sup>.*

Em torno da legitimidade do clube republicano local era travada uma batalha que resumia os descontentamentos de uma parcela da elite, formada pelos republicanos históricos e conservadores, contra os adesistas e as respectivas nomeações. Os antigos liberais locais se inseriram na nova ordem com ampla margem de vantagem, pois passaram a desfrutar de importantes instrumentos de poder advindos dos cargos para os quais foram nomeados. Esses cargos transformaram-se em importante capital

---

<sup>89</sup> *Correio do Norte*. Montes Claros, 7 de julho de 1890, p.4.

político e vão se constituir em fortes elementos motivadores das disputas políticas na cidade.

Pensamos que, a câmara municipal constitui importante fonte de institucionalização do capital político. Aqueles que a controlam, instrumentalizam esse tipo de capital que a instituição lhes outorga. Conforme Bourdieu destacou,

*a delegação do capital político pressupõe a objetivação desta espécie de capital em instituições permanentes, a sua materialização em “máquinas” políticas, em postos e instrumentos de mobilização e a sua reprodução contínua por mecanismos e estratégias<sup>90</sup>.*

O mesmo autor enfatiza ainda que, esse tipo de delegação do capital político é próprio de empreendimentos políticos que acumulam um importante capital político objetivado. Temos então, nas instâncias de poder local, um perfeito exemplo disso. Por isso, o campo político da cidade de Montes Claros, se configurou como um palco onde se estruturaram duas correntes que, ao longo de boa parte do período compreendido pelo nosso estudo, terminarão por se debater em torno da disputa pelo controle dessa importante fonte de capital político objetivado, a saber, a câmara municipal.

Dentro da nova conjuntura verificada com a derrubada da Monarquia e a implantação da República, é que podemos entender a (re)articulação do campo político local, rearticulação essa que, teve na luta travada pelo controle da câmara municipal, um dos seus mais importantes momentos.

Conforme verificamos, logo após a mudança de regime, ocorreram as nomeações para os ocupantes da intendência. Tais nomeações acarretaram descontentamentos em boa parcela da elite dominante montesclarenses. Os grupos

---

<sup>90</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. Cit, p.194

excluídos, ficaram alijados – pelo menos momentaneamente – das benesses que o controle do poder público podia conferir. Enquanto isso, os ex-liberais, agora adesistas do novo regime, tratavam de se aproveitar da situação para aumentar e reforçar o seu prestígio político. A manipulação da intendência atenderia aos seus imperativos, através da objetivação de um importante capital político: as nomeações por parte do intendente municipal, para a ocupação dos mais variados tipos de cargos na cidade.

Camilo Prates ao controlar a intendência vai acabar favorecendo, nas nomeações, pessoas ligadas ao seu grupo político, principalmente membros de sua parentela. Além disso, todo um universo de favores podia advir do governo do Estado. Como exemplo, podemos citar a aquisição de verbas, a remoção de funcionários e a obtenção de melhoramentos para a cidade.

Tratando-se de nomeações para a ocupação de cargos no município, temos na mão do intendente, futuro agente executivo – depois da constituição estadual – um importante mecanismo de dominação política, que mais à frente vai prefigurar um dos pilares do sistema coronelista, ou seja, “a carta-branca” concedida pelos governos estaduais aos coronéis.

Acerca desse sistema que vai impregnar a vida política brasileira, e por conseguinte, montesclareense, dedicamos o próximo capítulo, no qual procuraremos demonstrar como o coronelismo impregnou a cultura política local, bem como as características que ele assumiu na cidade de Montes Claros durante a primeira fase da república brasileira.

Analisaremos algumas práticas existentes em Montes Claros, ao longo da primeira república, que se agrupam perfeitamente dentro do sistema que a historiografia tradicional consagrou como o “coronelismo”.

## CAPÍTULO II

### O FENÔMENO CORONELISTA LOCAL: AS PRÁTICAS POLÍTICAS NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930) EM MONTES CLAROS.

#### 2.1 - O COMPROMISSO CORONELISTA.

A primeira república, no Brasil corresponde, em termos políticos, ao funcionamento do sistema consagrado por um bom número de historiadores, como sistema coronelista. A política local se estruturou conforme esse sistema, assumindo seus aspectos essenciais e, também, uma conotação ditada pelas circunstâncias do local.

A estrutura desse sistema é organizada em torno do compromisso entre os agentes políticos locais e as situações estaduais e federais, conforme verificou Victor Nunes Leal<sup>91</sup>. Na base desse compromisso deve-se levar em consideração, principalmente, a sobrevivência do privatismo em função do sistema representativo, bem como o enorme peso eleitoral das áreas rurais que constituem o grosso do eleitorado brasileiro. O mandonismo, o filhotismo, o clientelismo, a fraude eleitoral são alguns dos resultados desse tipo de compromisso.

Sendo assim, Victor Nunes Leal define o “coronelismo” como o

*“(...) resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa”<sup>92</sup>.*

---

<sup>91</sup> Seus estudos acerca do tema, ainda constituem em nosso entendimento, o mais completo referencial empírico e teórico. LEAL, Victor Nunes. Op. cit. p.20

<sup>92</sup> Idem, ibidem.

O autor esclarece que o fenômeno do “coronelismo” não pode ser resumido ao poder privado dos grandes potentados que, em nossa trajetória colonial adquiriu dimensão exorbitante. Acima de tudo, o fenômeno coronelista é uma forma de acomodação dos resíduos desse poder privado a uma nova ordem institucional, baseada em uma maior representatividade do regime de 1891. Portanto, a nova ordem vigente pós 1891 é que vai cristalizar os ingredientes principais do compromisso coronelista.

Esses resíduos de poder privado estão associados diretamente ao prestígio que gozam os grandes proprietários no período compreendido (1889-1930). Conforme Leal, esse mesmo prestígio teria na concentração fundiária o seu fator primordial, pois cerca de setenta e três por cento dos estabelecimentos agrícolas pertencem aos grandes proprietários rurais. Uma enorme massa rural praticamente despossuída encara o grande proprietário como um indivíduo extremamente rico, mesmo sendo este endividado e tendo grande parte de suas terras hipotecadas. A massa rural formada por posseiros, agregados e pequenos proprietários acaba supervalorizando o coronel (que geralmente é um grande proprietário rural) e assim projetando a sua influência<sup>93</sup>.

As vilas e pequenas cidades do interior situam-se como o ambiente ideal para o fenômeno coronelista. Na maioria dos casos elas são reflexos e prolongamentos das áreas rurais ao seu redor. Nesses pequenos núcleos, verifica-se todo um trabalho público dos coronéis. Victor Nunes nos alerta para o equívoco de encarar o coronel como um indivíduo que não possui sentimento público. Escolas, estradas, igrejas e outros melhoramentos são obtidos devido a sua influência. Uma parcela também do

---

<sup>93</sup> LEAL, Victor Nunes. Op. cit. p. 25-29

prestígio desses chefes do interior depende da obtenção desses melhoramentos para a sua comunidade<sup>94</sup>.

Por isso, os chefes do interior chamados de coronéis, aderem normalmente as situações estaduais. Eles precisam obter o apoio dessas situações para manterem o seu prestígio. Alia-se a isso, outro fato que contribui para manter os coronéis ao lado das situações estaduais: as restrições à autonomia municipal, decorrentes do espírito federalista da constituição de 1891. A proposta de descentralização da constituição acaba ficando restrita apenas aos Estados, que através de suas constituições, vão acabar regulando e reduzindo a autonomia dos municípios. A consequência dessa redução da autonomia municipal, se traduz em um grande esvaziamento das atribuições dos municípios. Tal fato contribui para manter o sistema coronelista com uma feição nitidamente governista. Ainda segundo Nunes Leal, esse governismo é um sistema

*“(...) de reciprocidade: de uma lado os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros, de outro lado, a situação política no Estado, que dispõe de erário, empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça”<sup>95</sup>.*

Essa reciprocidade pode e deve ser entendida como uma dependência mútua entre governos estaduais e os coronéis. Eis aí a essência do compromisso coronelista: os chefes locais apóiam, incondicionalmente aos candidatos oficiais tanto na esfera estadual, quanto na federal, e em troca, vão receber da situação do Estado “carta-branca” em todos os assuntos do município. Como exemplo dessa “carta-branca”, concedida pelos governos estaduais aos coronéis, temos o movimento de indicação de funcionários públicos no município. Esse movimento se efetiva por indicação do chefe

---

<sup>94</sup> LEAL, Victor Nunes. Op. Cit, p.37.

local, junto ao governo estadual. A subordinação de delegados e subdelegados de polícia aos chefes locais, também é parte importante do compromisso<sup>96</sup>.

Tal política de compromisso ou reciprocidade implica também em uma fraqueza relativa das partes envolvidas. De um lado, a liderança política estadual precisa dos votos controlados e fornecidos pelos grandes proprietários, o que, de certa forma, representa a fraqueza do Estado. Do outro lado, os coronéis necessitam do prestígio de empréstimo do governo estadual para reforçar o seu próprio prestígio local, o que acaba evidenciando a fraqueza social e política dos coronéis.

No entanto, alguns historiadores enfatizam muito o aspecto do mandonismo dos coronéis em suas obras. Chegam inclusive a associar o coronel do período republicano, ao grande potentado, senhor absoluto durante boa parte do período colonial. Nessa linha de raciocínio, Eul Soo Pang se destaca porque para ele o coronelismo

*“(...) é um exercício do poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseiam em seu status, de senhor absoluto, e nele se fortalecem, como elemento dominante nas instituições sociais, econômicas e políticas, tais como as que prevaleceram durante o período de transição de uma nação rural e agrária para uma nação industrial”<sup>97</sup>.*

Soo Pang, então, atribui ao coronel, status de senhor absoluto e enfatiza a dimensão do mandonismo no sistema. Em um artigo sobre coronelismo, Victor Nunes leal refuta a perspectiva de Soo Pang e reafirma a decadência sócio-econômica dos senhores rurais. Para ele era

---

<sup>95</sup> LEAL, Victor Nunes. Op. Cit. p.45

<sup>96</sup> Idem, pp.45-50

<sup>97</sup> PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquias. 1889-1943 – A Bahia na 1ª República brasileira*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1978, p.20

*“(...) exatamente a fraqueza dos coronéis, a fraqueza do senhoriato rural, na Primeira República, era isso que proporcionava ao governo do Estado – em troca de apoio eleitoral – o ensejo de utilizar o seu poder, a sua força, os seus recursos, os seus empregos, os seus soldados, as suas escolas, as suas professoras, enfim, toda a sua parafernália de violência e de redistribuição e benefícios, para fortalecer a posição dos senhores rurais – a uns contra os outros – na disputa política local”<sup>98</sup>.*

Maria de Lourdes M. Janotti também enfatiza o aspecto do compromisso na análise do coronelismo. Para ela essa política consistia no estabelecimento de uma cadeia de compromissos entre o governo federal e as oligarquias estaduais. Era nos municípios que os candidatos das oligarquias eram sufragados, por isso, os coronéis que revestidos da autoridade em seus municípios comandavam o “eleitorado de cabresto”, conseguindo os votos necessários. Em troca, os governos estaduais reconheciam a sua autoridade política.<sup>99</sup>

Ela também estabelece uma linha de raciocínio em sua análise que evita a vinculação do coronelismo apenas ao mandonismo local, pois o

*“(...) aumento do eleitorado, embora pequeno em relação à população do país, atribuía ao Coronel novos encargos. O Chefe Político herdava as estruturas do mandonismo, mas, com a extensão do voto, era obrigado a submeter-se a poderes superiores ao dele. Subordinava-se aos chefes da política estadual que nem sempre tinham os mesmos interesses do pequeno mandatário. (...) Portanto, o coronelismo não foi apenas uma extensão do poder privado, mas o reconhecimento da força de alguns mandatários pelo beneplácito do poder público”<sup>100</sup>.*

Aparece aqui, na análise de Janotti, a importância do papel eleitoral do coronel como contrapartida do compromisso, tal qual também foi salientado por Victor Nunes Leal, em seu “Coronelismo, enxada e voto”. Conforme Leal assevera, o coronel

---

<sup>98</sup> LEAL, Victor Nunes. *O Coronelismo e o coronelismo de cada um*. In: Revista de Ciências Sociais. Vol. 23, nº1, 1980, Pp.11-14

<sup>99</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O Coronelismo: uma política de Compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.37

<sup>100</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Op. Cit. Pp.39/41-42

*“comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras”<sup>101</sup>.*

Sob esse aspecto, a força eleitoral dos coronéis, Pang assegura que *“(...) o sucesso de um coronel como oligarca local depende de sua habilidade em trocar favores sociais, políticos e econômicos por votos”<sup>102</sup>*. Contudo esse autor não concorda com Leal, quando este considera que a fonte de poder político do Coronel se dá em boa parte pela sua base econômica de dono de terras. Segundo Pang

*“(...) a afirmação de que a propriedade da terra é condição Sine qua non para aquisição e exercício de poder político, constitui-se num exagero. Na realidade, durante a primeira república, a posse de terras e os padrões de distribuições, ou títulos de posse, tiveram pouca influência no florescimento do coronelismo”<sup>103</sup>.*

Em uma análise do coronelismo mais recente, João Morais de Souza vê o poder político dos coronéis como sendo determinado por uma série de elementos que vão se interagir, destacando ele o assistencialismo-paternalista e o clientelismo que se desenvolve na esfera da máquina administrativa local. Portanto conforme a sua perspectiva, um conjunto de elementos ajudam a explicar o poder político dos coronéis,

*“(...) como a política assistencialista-paternalista e clientelista adotada pelos chefes, em suas localidades, patrocinada e assegurada pela máquina administrativa local, bem como pelas relações com as esferas mais amplas onde se incluem as políticas públicas demandadas no município. A concessão dessas políticas quase sempre é atribuída à “bondade”, à “generosidade”, dos chefes, e não à distribuição impessoal de recursos de*

---

<sup>101</sup> LEAL, Victor Nunes. Op. Cit. Coronelismo, enxada ... p.23

<sup>102</sup> PANG, Eul soo . Op. Cit, p.47

<sup>103</sup> Idem, Ibidem

*competência burocrática da máquina administrativa local, estadual e federal*<sup>104</sup>.

O autor acima citado se baseia em Victor Nunes Leal, quando este enumera uma extensa lista (em nota de rodapé) de favores pessoais oferecidos pela liderança municipal à comunidade, na qual o paternalismo do chefe municipal acaba servindo de contra-peso para contra-balancear a violência das relações políticas nas localidades<sup>105</sup>.

A nosso ver, a intersecção entre paternalismo e violência se constitui em um dos pilares das práticas coronelistas em Montes Claros durante a vigência da chamada primeira república. O paternalismo dos chefes locais, de certa forma atenuou um pouco a violência política existente em nossa sociedade, que possuía uma tradição fortemente impregnada pelo mandonismo e o conservadorismo.

Embora as relações políticas locais durante a República Velha (1889-1930) tenham muitas vezes se encaminhado de forma violenta, a existência de períodos de tranqüilidade na política montesclareense evidencia um certo equilíbrio entre o paternalismo dos chefes e o exercício do poder por meio da ação violenta. Convém ressaltar também que o paternalismo e a violência podem muito bem conviver juntos, se encontrando muitas vezes entrelaçados, justapostos. Além disso, a existência de profissionais liberais e bacharéis no comando das duas facções que disputavam o controle da política local – durante grande parte do período – atuaram, de certa forma, como elemento de suavização na política de Montes Claros, embora em alguns

---

<sup>104</sup> SOUZA, João Morais de – *Discussão em torno do conceito de coronelismo. Da propriedade da terra às práticas de manutenção do poder local*. In: Caderno de Estudos Sociais: Recife, Vol.1, n.2, pp 321-335 Jul/Dez, 1995.

<sup>105</sup> LEAL, Victor Nunes. Op. Cit. Coronelismo, enxada..., pp.38-39

momentos os próprios bacharéis e médicos sejam acusados de cometerem os maiores desmandos e violências.

Com relação a esse último aspecto, durante o período compreendido pela primeira República (1889-1930), vários profissionais liberais, principalmente médicos, ocuparam postos de liderança na política local. No capítulo anterior, já fizemos referência a essa tradição na cultura política brasileira, como um fenômeno que remonta à nossa matriz cultural portuguesa. Esse aspecto foi muito presente em nosso meio, desde os primórdios de nossa colonização. Com a independência política do país e a montagem das estruturas administrativas no período monárquico, essa tendência se consolidou em nossa formação sócio-política. E na república não deveria ser diferente, conforme nos assegura Victor Nunes Leal. Para ele os

*“(...) chefes políticos municipais nem sempre são autênticos coronéis. A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilita à chefia. Mas esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos coronéis”<sup>106</sup>.*

Embora a chefia política possa estar em mãos de um médico ou bacharel, a figura do coronel está sempre por perto. Na maioria dos casos esses doutores possuem relações muito estreitas com os grandes chefes locais, tendo em vista que muitos acabam contraindo alianças matrimoniais com pessoas pertencentes às famílias desses mesmos chefes. Em alguns casos, esses doutores são membros da parentela do coronel. E acima de tudo, esses profissionais liberais acabarão por depender em primeira

---

<sup>106</sup> LEAL, Victor Nunes. Op. Cit. Coronelismo, enxada ...,pp. 21-23

instância do prestígio eleitoral dos chefes locais para obterem os votos necessários para se elegerem<sup>107</sup>.

Grande parte das práticas tradicionais dos chefes locais acabaram sendo incorporadas por esses doutores em sua vivência política, como exemplos podemos citar o mandonismo, o paternalismo, o clientelismo e a violência. No caso do paternalismo, isso fica evidenciado principalmente na atuação dos médicos na cidade. Posteriormente, teremos oportunidade de discutir e analisar mais a fundo essa questão. Por enquanto, basta sabermos que essa tradição remonta desde meados do século XIX, quando um médico proveniente de uma das mais tradicionais famílias da cidade, comandou a câmara local por quase duas décadas – e esteve à frente do Partido Conservador até o início do novo regime.

O Doutor Carlos, como era mais conhecido o médico Carlos Versiani, tinha a fama de ser um médico da pobreza, bastante prestativo para a população local. Sua prática médica foi fator de fundamental importância para a manutenção de seu prestígio. Os irmãos Honorato Alves e João Alves serão herdeiros dessa tradição política na cidade e terão uma destacada atuação política conforme poderemos observar mais adiante.

---

<sup>107</sup> Idem, p.23

Maria Isaura Pereira de Queiroz também enfatiza a participação dos bacharéis na vida política brasileira. Ela também afirma que esses “doutores” acabam se acautelando e se acomodando diante dos poderosos chefes locais, uma vez que dependem dos mesmos nas eleições. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política Brasileira e Outros Ensaios*. São Paulo: Alfa Omega, 1976, p.73

## 2.2 – O CORONELISMO LOCAL

Montes Claros, no primeiro período republicano, se consolidou no cenário norte-mineiro, como uma cidade considerada “progressista” pelas elites locais. Contudo, em matéria de política, o conservadorismo deu a tônica nas práticas locais de poder. Durante boa parte desse período dois grupos disputavam o controle da câmara municipal, bem como a preferência do oficialismo estadual. John Wirth traça um painel local em seu estudo acerca da conjuntura mineira do período (na verdade, sua análise se estende até 1937). Em seu pequeno comentário referente às relações políticas locais ele vê na violência um dos aspectos mais característicos da política local. Segundo ele, em trecho já citado, a cidade de Montes Claros

*“(...) durante anos esteve dividida em 2 campos de batalha. Um deles, o ‘Partido do Alto’, situado na praça mais alta da cidade, era liderado pelos irmãos Alves, Honorato (1868-1948) e João José (1876-1935). Era deles a facção conservadora denominada ‘baratas’, herdada pelos irmãos de um médico cuja prática no Norte de Minas e Bahia os Alves continuaram. O outro, o chamado ‘Partido de Baixo’ (por causa de outra praça), estava sob a chefia de Camilo Filinto Prates (1865-1940), professor de escola normal. Seu grupo remontava à velha panelinha liberal conhecida como os ‘molotros’. Cada facção tinha uma banda marcial, um jornal, seus assassinos contratados e aliados nas localidades vizinhas. As crianças cujas famílias pertenciam um partido não ousavam brincar com os filhos de membros de outro. Inevitavelmente, os 2 lados, em suas cores republicanas, receberam novos apelidos: os ‘carecas’ e os ‘metidos’. Em 1915, os primeiros anos de competição não violenta deram lugar à guerra aberta. Montes Claros, uma cidade de estação de ferro e mercado regional de gado, cresceu e prosperou, apesar dos tiroteios de winchester e as explosões de bombas de dinamite”<sup>108</sup>.*

O trecho acima citado expressa muito bem o panorama da cidade no início do século XX, embora o autor tenha dado exagerado destaque a competição

---

<sup>108</sup> WIRTH, John D. Op. Cit, p.224

violenta entre as duas facções locais. Evidentemente, vários acordos foram entabulados pelos grupos ao longo do período, o que demonstra que nem sempre as relações entre eles se deram de forma violenta.

Inicialmente, interessa-nos mais de perto, a verificação das estruturas coronelistas da cidade: as relações dos chefes locais com o executivo estadual, principalmente no tocante à carta-branca recebida pelo coronel no compromisso tradicional do sistema. Essa carta-branca é fundamental para o chefe local projetar o seu prestígio através da execução de uma política paternalista. Nesse caso podemos nos apoiar novamente em Victor Nunes Leal para elucidarmos as disputas locais. Para ele

*“(...) as correntes políticas municipais se digladiam com ódio mortal, mas comumente cada uma delas o que pretende é obter as preferências do governo do Estado; não se batem para derrotar o governo no território do município, a fim de fortalecer a posição de um partido estadual ou nacional não-governista: batem-se para disputar, entre si, o privilégio de apoiar o governo e nele se amparar. Na palavra autorizada de Basílio de Magalhães, quando ‘nos municípios surgem facções, de ordinário em acirrada pugna umas com as outras, todas conclamam desde logo, chocalhantemente, o mais incondicional apoio ao situacionismo estadual’”<sup>109</sup>.*

Em Montes Claros, ambas as facções organizavam seus respectivos diretórios com os seus membros, chefes e suplentes. Ambas as correntes se arrogavam representantes do Partido Republicano Mineiro no município. Por ocasião das eleições para deputado federal, realizadas em 1921, o veículo de imprensa da facção de Camilo Prates questionava aos porta-vozes da outra facção (pró-Honorato Alves) a vitória de seu candidato, comparando a vitória de Honorato Alves a uma “vitória de Pirro”.

---

<sup>109</sup> LEAL, Victor Nunes. Op. Cit. In: Coronelismo, enxada..., pp.48-49

No mesmo artigo, os defensores de Camilo Prates tratavam de tentar justificar o número superior de votos obtidos pelo seu antagonista:

*“(...) O partido, que se ufana dessa Victória é o detentor da Câmara municipal, de todas as autoridades policiaes, de todos os cargos públicos, da maior parte dos funcionários do foro da cidade e dos districtos e de posse de tudo isso que lhe dá uma situação privilegiada. (...) Impossível seria descrever tudo quanto pôz em prática o partido que se ufana de tão grande Victoria, desde a facilidade em alistar eleitores quando aos outros se creava toda sorte de dificuldades, até as ameaças de todo o gênero como mostraremos adeante: desde a retenção de títulos dos eleitores até ao suborno mais indecente; das promessas mais tentadoras como por exemplo: isenção de impostos, às perseguições mais intoleráveis; das trocas de chapas; cabala mais desenfreada, dizendo-se até que o nosso candidato aqui não viera por lhe ter sido isso prohibido pelo Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado”<sup>110</sup>.*

Nesse trecho citado, fica claro que a facção comandada pelo deputado federal Honorato Alves contava com o apoio do oficialismo municipal. Para piorar a situação da facção adversária, o presidente da câmara e agente executivo era o irmão do deputado Honorato, o médico João Alves. Nunes Leal afirma-nos que, os alistamentos eleitorais corriam por conta dos chefes locais. Tal fato facilitava as eleições para as facções que contavam com o apoio do governo do Estado, principalmente por contarem com recursos advindos deste último<sup>111</sup>. Por isso, a imprensa camilista acusava o partido contrário de opor inúmeros obstáculos ao alistamento eleitoral feito pelo seu candidato. No tocante ao alistamento eleitoral ficava realmente mais fácil para o partido honoratista, pois conforme esclarecemos, ele contava com o apoio tanto do oficialismo municipal quanto do Estado.

Além disso, como o grupo adversário não gozava das boas graças do oficialismo estadual (e muito menos do oficialismo municipal), a situação local contava

---

<sup>110</sup> *Gazeta do Norte*. Montes Claros, 26 de fevereiro de 1921, página 01.

<sup>111</sup> LEAL, Victor Nunes. Op. Cit. In: *Coronelismo, enxada...*, p.47

com importantíssimos instrumentos de poder, a chamada “carta-branca”, peça fundamental do compromisso coronelista: na pior das hipóteses, o governo do Estado poderia fazer “vistas grossas” às ameaças e violências, bem como o uso de outros meios ilícitos para prejudicar a corrente adversária<sup>112</sup>.

Um fato interessante, digno de nota, se deu por ocasião da cisão política que originou as duas correntes locais, o “Partido do Alto” e o “Partido de Baixo”. O coronel Celestino Soares da Cruz era o chefe máximo da política local entre o período de 1892 a 1896. Era unido ao Dr. Honorato Alves e a sua família, desde o final da monarquia. A cisão política se processou entre o coronel Celestino e Honorato Alves, por ocasião das divergências entre os dois para a escolha do futuro presidente da câmara em 1897. Venceu o candidato apoiado por Honorato Alves, o Major Simeão Ribeiro. Na gestão de Simeão Ribeiro à frente da câmara, foi construído o Mercado Municipal, cuja polêmica levantada em torno do local da construção aumentou mais ainda a divergência entre os dois grupos<sup>113</sup>.

Os comerciantes da parte baixa da cidade, não se conformavam com a escolha da construção do mercado, na parte alta. Conforme Evelina Antunes demonstrou, o embate em torno dessa questão, durou cerca de vinte anos. Somente no final do século XIX, a câmara municipal decide a construção do edifício do mercado, na parte alta da cidade. Tal fato acirrou as disputas políticas já existentes. Os grupos ligados aos comerciantes da parte alta da cidade declaram apoio a Simeão Ribeiro e Honorato Alves. Já os grupos mais próximos dos comerciantes da parte baixa da cidade (que era a parte mais antiga de Montes Claros), aglutinam-se em torno de Celestino

---

<sup>112</sup> Idem, pp.46-47

<sup>113</sup> PAULA, Hermes de. Op. Cit, p.169

Soares. Não resta dúvidas, quanto a um fato: A construção do prédio do mercado, na parte alta da cidade beneficiaria os comerciantes instalados nessa imediação. O poder – a câmara municipal – reinstrumentalizava o espaço físico, em benefício dos grupos da parte alta da cidade.

Quando da sucessão de Simeão Ribeiro, cada grupo apresentou um candidato. O candidato do coronel Celestino Soares foi derrotado apesar do governo do Estado ter preferido apoiá-lo prestigiando-lhe com polícia, inclusive com o delegado à sua disposição. Segundo consta na crônica dos memorialistas, o coronel Celestino Soares não usou da violência, preferindo perder (como de fato aconteceu), a empregar a força pública para pressionar o eleitorado.<sup>114</sup> O caso Celestino é bastante ilustrativo, para se perceber o quanto à violência possuía força e tradição – e legitimidade –, na cultura política local. Abstendo-se em usar de uma prática corriqueira nos embates políticos, o coronel Celestino abria mão de uma arma importante para a obtenção dos votos e conseqüentemente, para o alcance da vitória no pleito.

Nesse caso, cabe ressaltar que o coronel Celestino não contava com o apoio do oficialismo municipal, mas contava com o apoio franco e declarado do governo do Estado (oficialismo estadual). Esse apoio, principalmente materializado na polícia estadual, pode-se constituir em trunfo decisivo, conforme observou Victor Nunes Leal. De acordo com ele, em *“certas circunstâncias, as ameaças e violências*

---

<sup>114</sup> Conforme Hermes de Paula “O Governo do Estado dava apoio absoluto a Celestino, que dispunha da polícia a seu favor. Dizem até que o delegado ao lhe oferecer os préstimos, dissera “- tenho ordens de lhe dar a vitória de qualquer jeito. Crime é perder a eleição. O Cel. Celestino respondeu convincente: “Posso perder a eleição, mas o sangue dos meus conterrâneos não será derramado. O pleito será livre”. (...) Celestino perdeu a política, mas o exemplo de sua atitude indicará à posteridade o caminho a seguir. In: PAULA, Hermes. Op. Cit, p.157.

*desempenham função primordial, porque semelhantes processos podem, por vezes, garantir o governo municipal à corrente local menos prestigiada”<sup>115</sup>.*

Contudo, vimos que o coronel Celestino Soares mesmo tendo autoridade policial, no caso o delegado, trabalhando a seu favor, se recusou a utilizar de tal artilagem a fim de coagir o eleitorado. Perdeu a eleição e de certa forma boa parte do prestígio político que desfrutava na cidade, embora tenha conseguido se reeleger deputado estadual por mais de uma legislatura (desde 1896 ocupava uma vaga de deputado estadual). Portanto, o coronel Celestino ao perder a eleição estava se descredenciando a receber o apoio do oficialismo estadual, pois as

*“(...) eleições municipais constituem pelezas tão aguerridas em nosso país, justamente porque é pela comprovação de possuir a maioria do eleitorado no município que qualquer facção local mais se credencia às preferências da situação estadual. A esta, (...) o que mais interessa é ter nas eleições estaduais e federais, que se seguirem, maior número de votos, com menor dispêndio de favores e mais moderado emprego da violência. Apoiar a corrente local majoritária é, pois, o meio mais seguro de obter esse resultado, inclusive porque a posse do governo municipal representa, para ela e para o governo estadual, um fator positivo nas eleições, balança em que tanto pesam o dinheiro público e os benefícios de procedência oficial”<sup>116</sup>.*

De fato, Honorato Alves e o seu grupo passam a desfrutar do apoio do governo do Estado e suplantam o antigo chefe Celestino Soares na cidade. Após 1902, Honorato Alves se vincula estreitamente ao PRM, conseguindo se eleger como deputado estadual e de 1906 a 1929, é indicado pela comissão do PRM, para uma vaga de deputado federal pelo distrito eleitoral no qual Montes Claros estava inserido.

---

<sup>115</sup> LEAL, Victor Nunes. Op. Cit. In: *Coronelismo, enxada...*, p.47

<sup>116</sup> Idem, p. 49.

Durante o período em que foi deputado federal, o seu irmão João Alves cuidou da política na cidade em nome da família<sup>117</sup>.

Não podia faltar, na trajetória do coronelismo local, também os famosos acordos patrocinados pelos governos do Estado nos municípios. Embora, as evidências na imprensa local apontem para a existência de mais de dois acordos entre os grupos políticos da cidade, em termos de documentação, podemos com certeza afirmar, que ocorreram dois acordos patrocinados pelos Presidentes do Estado de Minas com as correntes locais, a saber, o grupo honoratista e o grupo camillista. Antes de passarmos ao estudo mais detalhado desses acordos, é necessário salientar que, mesmo partindo muitas vezes do governo estadual para os chefes municipais, os acordos só funcionam quando há a partilha das vantagens, dos cargos, enfim, dos benefícios. E esses intervalos entre os grupos acabam funcionando como uma trégua que pode não passar do intervalo de uma eleição para outra, embora dependendo do caso, a partilha resulte em adesões definitivas<sup>118</sup>.

O primeiro acordo político foi levado a efeito para solucionar o problema da existência de duas câmaras na cidade. Em 1915, as duas correntes locais abandonaram um longo período de tranqüilidade na política municipal. Em torno das eleições municipais de 1915, foi travada uma intensa disputa. Os dois partidos se proclamaram vencedores (na verdade formaram-se duas juntas apuradoras). Duas câmaras começaram então a funcionar na cidade<sup>119</sup>.

---

<sup>117</sup> WIRTH, John D. Op. Cit, p. 225

<sup>118</sup> LEAL, Victor Nunes. Op. Cit. In: *Coronelismo, enxada...*, p. 48

<sup>119</sup> PAULA, Hermes Op. Cit, p.170

Uma das câmaras que se julgava eleita chegou a se reunir para tomar algumas deliberações, o que ficou constado em ata e tudo mais. Na primeira reunião da câmara referida ficou perceptível o estado de confusão e dualidade de legislativos municipais em Montes Claros, com a referida câmara procurando se justificar com ares de legalidade e acusando a câmara antagonista de ser ilegal. Além disso, em torno da sala principal do prédio da câmara municipal era travada pelas duas câmaras, uma intensa disputa, conforme transparece no seguinte trecho de final de ata, onde a tal câmara declara “(...) *que as sessões preparatórias não se realizaram na sala das sessões do Paço municipal, mas sim em uma sala contígua e pública do mesmo prédio, por se achar aquella ocupada pela Camara diplomada pela junta ilegal*” (grifo meu)<sup>120</sup>.

Portanto, a outra câmara era tida como ilegal, pelo fato de não ter sido proclamada pela junta constituída legalmente. Diante disso, seus atos não tinham validade legal. Para o grupo que preencheu a ata acima citada, todos os seus atos eram revestidos de um ar de legalidade, pois se julgavam “diplomados pela junta legal”.

Diante desse impasse, o governo do Estado resolveu interferir forçando um acordo para o preenchimento da câmara do próximo triênio.

Nessa ocasião, ocupava a Presidência do Estado de Minas Gerais, Delfim Moreira, que havia se pronunciado a favor de um acordo entre as facções locais. Ambos os grupos aguardavam a solução do impasse, em meio a boatos diversos que circulavam na cidade. O jornal local “Montes Claros”, em um de seus vários artigos sobre a “dualidade de Câmaras”, assim se expressou:

---

<sup>120</sup> *Documentos da Câmara Municipal*. Caixa 4, livro de atas de 1915

*“Aguarda-se brevemente a decisão do nosso caso de dualidade das Câmaras Municipaes e não obstante não ter ainda se reunido a Comissão de recursos para tomar conhecimento desse facto, já os boateiros falsos, encorajados com alguns goles de aguardente procurarem embahir a opinião publica com fuchicos, conversinhas e mentiras, espalhando aos quattros ventos que o parecer da commissão já esta lavrado contra o partido do dr. Honorato, faltando apenas ser lido, tendo a maioria da junta já se manifestado favoravelmente as pretenções de Cel. Camilo Prates. Não se illudam com essas balelas, pois a commissão de recursos, composta de políticos importantes e de responsabilidades definidas e do procurador geral do Estado, não vae se manifestando assim, não podendo mesmo ser ainda conhecida a sua opinião, porque ela ainda não se reuniu, não está funcionando pois estão ausentes da capital alguns de seus membros”<sup>121</sup>.*

As duas facções, ansiosamente aguardavam um resultado que lhes fosse favorável.

Enfim, o aguardado acordo saiu em outubro do mesmo ano (1916), feito mediante a partilha equilibrada das vagas da câmara municipal. Transcrevemos um pequeno trecho da ata que celebrou o acordo de 1916:

*“Aos dois dias do mez de outubro do anno de mil e novecentos e dezesseis, nesta cidade de Montes Claros, em casa do Advogado Antonio Augusto Spyer, compareceram os srs. Coronéis Francisco Ribeiro dos Santos e José Rodrigues Prates, delegados, respectivamente dos partidos chefiados pelos deputados Dr. Honorato Alves e Camillo Prates, e ahi, presentes, assentaram sobre a formula pratica de realizar e levar a effeito o accordo politico celebrado entre aquelles dous chefes relativo as próximas eleições de cinco vereadores geraes e seus supplentes e de um juiz de paz deste districto, conforme telegrammas trasmitidos do Rio de janeiro, aos dous partidos, pelos respectivos chefes, dos quaes consta haver elles accordado o seguinte: “O partido chefiado pelo dr. Honorato Alves elegerá tres vereadores e o partido chefiado pelo deputado Camillo Prates elegerá dous vereadores e o juiz de paz da cidade; o presidente da câmara, dado empate na votação será designado pela sorte. Como testemunhas assignaram este accordo o Senador Dr. Francisco Sá e Deputados Dr. Afrânio de Mello Franco e Coronel Manuel Fulgencio Alves Pereira(...)”<sup>122</sup>.*

---

<sup>121</sup> Montes Claros. Montes Claros, 20 de julho de 1916.

<sup>122</sup> Ata do acordo político entre os partidos locais, celebrada em 1916 e publicada no jornal “Montes Claros”, no mês de outubro de 1916.

Conforme ficou transcrito acima, dividiram-se as vagas para vereador na câmara municipal entre os dois grupos. Como essas eram, em número de cinco, um partido, no caso o partido camillista, ficou apenas com duas vagas. Porém, a cadeira de Juiz de paz da cidade ficou com esse grupo, para compensar o fato do outro grupo ter ficado com três vereadores. Já a presidência da câmara foi decidida, mediante sorteio a ser realizado, conforme o documento frisou. Venceu o sorteio, o vereador João Alves, membro do grupo de Honorato Alves e irmão desse deputado.

È interessante observar, que tal acordo tornava as eleições municipais uma simples formalidade. No mês seguinte foram realizadas eleições que cumpriram esse papel. Sobre isso, um jornal local se pronunciou, nos seguintes termos:

*“Realisaram-se neste município as eleições para preenchimento das vagas de vereadores da Camara Municipal e de juiz de paz do districto d’esta cidade, no dia 15 do corrente mez, que havia sido designado pelo poder competente. Em consequencia do accordo firmado no Rio de Janeiro, a 30 de setembro ultimo, entre os deputados federais dr. Honorato Alves e Camillo Prates, chefe dos dous grupos políticos existentes neste município, o pleito não foi disputado com o ardor que se esperava, tendo-se feito a eleição em perfeita harmonia”<sup>123</sup>.*

Tendo em vista isso, o pleito não passava de uma encenação, de uma farsa. O curioso é que os cinco vereadores receberam a mesma soma de votos: 570. Isso só vem a corroborar que essas eleições não passaram de uma mera formalidade, indispensável para dar um caráter de lisura e honestidade ao pleito. A eleição passava uma imagem de retidão e encobria a fraude, tornando-a não visível, escondida.

Uma última consideração a respeito dessa questão deve ser feita. Observando-se um simples detalhe: o fato de o tal acordo ter sido encaminhado da capital federal, nos chamou a atenção. Isso se deu, em grande medida, em função das

---

<sup>123</sup> *Montes Claros*. Montes Claros, dia 26 de outubro de 1916.

lideranças das facções serem ambas detentoras de posições importantes na política estadual, e, de certa forma, na política nacional. Ambos os líderes eram deputados federais. Essas lideranças se enquadram naquilo que Nunes Leal chama de liderança municipal absenteísta, ou seja, aquele que atinge uma deputação (federal ou estadual), um emprego, um cargo administrativo e por isso, só retorna ao seu “feudo político” de tempos em tempos. Esse tipo de chefia política conserva uma espécie de “lugar-tenente” no município<sup>124</sup>.

Vimos no documento parcialmente transcrito, que os dois deputados possuíam cada qual o seu lugar-tenente. Camillo Prates tinha o coronel José Rodrigues Prates no comando de sua facção. Já, Honorato Alves possuía outro coronel comandando o seu diretório: o coronel Francisco Ribeiro (além disso, ele podia contar com o seu irmão o Dr. João Alves, que desfrutava de muito prestígio na cidade). Ora, independentemente da liderança, temos nos coronéis locais elementos de fundamental importância.

Ainda sobre a confecção do acordo no Rio de Janeiro, devemos considerar as ligações dos dois deputados locais com elementos que participaram da assinatura do pacto, como testemunhas. De fato, o senador Francisco Sá e o deputado federal Afrânio de Melo Franco testemunharam a assinatura do acordo e em certo sentido serviram como elementos avaliadores do mesmo. O testemunho de dois políticos de maior projeção no âmbito nacional conferia uma maior importância ao pacto.

---

<sup>124</sup> LEAL, Victor Nunes. Op. Cit. In: *Coronelismo, enxada...*, p. 23

Camilo Prates possuía ligações de parentesco com o senador Francisco Sá, conforme já afirmamos no primeiro capítulo. Quanto aos laços que uniam Afrânio de Melo Franco a Honorato Alves, Wirth nos informa que o

*“(...) casamento de Honorato com a filha do Senador Virgílio de Melo Franco ligou-o ao círculo dos fundadores da Escola de Direito de Ouro Preto e aos clãs do Oeste e Norte. Afrânio de Melo Franco era seu cunhado e o jovem Virgílio, sobrinho por parte da mulher”<sup>125</sup>.*

Portanto, os dois líderes estavam integrados através das relações de parentesco, aos políticos que testemunharam o acordo. Esse dado conferia uma projeção maior ao acordo, podendo ser interpretado até como um componente de maior legitimidade do próprio acordo.

Entretanto, o acordo não conseguiu se manter por muito tempo. Sua validade ficou restrita a solução do problema da duplicata da câmara municipal. Resolvida essa questão, logo uma nova contenda explodiu na cidade, tendo como principais agentes envolvidos, elementos partidários dos dois deputados.

No início de 1918, um tiroteio de grandes proporções acabou inaugurando um período de competição violenta, por parte das duas facções. A trégua só funcionou no intervalo eleitoral. Logo após o pleito, que definiu as eleições para deputados federais, ocorreu um embate em Montes Claros, que resultou em vários mortos e feridos. Os “acontecimentos do dia primeiro de março” trouxeram implicações negativas para a imagem da cidade perante o restante do Estado. Sobre esses acontecimentos, que ficaram na memória da cidade como os “acontecimentos do

---

<sup>125</sup> WIRTH, John D. Op. Cit, p.224 – Na página 225, o autor faz referência ao parentesco de Camilo Prates com a mãe do Senador Francisco Sá.

primeiro de março”, a câmara municipal assim se pronunciou através de um de seus vereadores:

*“(...) O Major Honor Sarmiento, pela ordem pediu a palavra e, fazendo um apanhado ligeiro dos barbaros e innomináveis acontecimentos da noite de primeiro de Março, propôs que se consignasse na acta um protexto sublime, enérgico e veemente, da Camara acerca dos referidos acontecimentos, em desafronta a família Montesclarensense e signal de inteira e harmonica solidariedade com os parentes das victimas imbelles. A camara que acompanhou com toda attenção as palavras e atitudes sinceras do digno vereador votou unanemente pelo pedido feito. Em aditamento ao requerimento supra o vereador Doutor Marciano Alves Mauricio requereu que se levasse ao conhecimento do Presidente do Estado, esse protesto da Camara (...)”<sup>126</sup>.*

O que tornou “os acontecimentos da noite de primeiro de março” tão “bárbaros” e “inomináveis” foi a grande violência imprimida ao fato. Não que a violência fosse inteiramente nova na cidade. Entretanto, nas disputas políticas envolvendo os dois grupos, era a primeira vez, que várias pessoas envolvidas perdiam a própria vida.

A repercussão desse fato na imprensa local nos mostra que, mesmo a despeito do frágil acordo entabulado em 1916, os ânimos partidários não se acalmaram. O jornal local “Montes Claros”, partidário de Honorato Alves, publicou logo após o tiroteio um artigo onde o autor procurava mostrar que, o deputado Camilo Prates inventava mentiras para tentar uma justificativa, diante de uma eminente derrota. Vale a pena citar algumas partes do mesmo, pois nele, transparece a versão do grupo que acompanhava o deputado Honorato Alves, para os fatos do “primeiro de março”.

---

<sup>126</sup> Livros de ata da Câmara Municipal. Caixa 004, livro de 1917 a 1918.

*“(...) Vigente a nova lei eleitoral, veio em pessoa o dr. Honorato organizar o seu alistamento encontrando completo apoio em todo município, conseguindo alistar mais de mil e trezentos eleitores e deixando ainda muitos, por falta de tempo, o seu adversário tentando fazer o mesmo e não encontrando apoio, começou a desculpar-se com partidarismo e má vontade de pessoas do foro, queixando-se de preferencia, contra o integro dr. Juiz de direito e o correcto sr. escrivão do alistamento. Por esse meio procurava preparar nos espíritos incautos uma explicação previa para a sua derrota que seria tremenda. O jornal “A Noite” já publicava em 23 de fevereiro a photographia de um grupo de pessoas que se diz serem candidatos a eleitores e que não puderam alistar-se pela degradação de funcionários do foro e sob este titulo – “A justiça de braço dado a politicagem”. (...) As mentiras da imprensa, entretanto, não conseguiram diminuir o estrondo da sua derrota, em 1 de março, na cidade, no municipio, na comarca, no distrito eleitoral (...). Conhecido o resultado do pleito, na cidade, cerca das 23 horas, logo após a apuração que terminou muito tarde, um grupo de eleitores, pessoas do povo, e muitas creanças curiosas sahiram em passeata pelas ruas, como é costume inveterado aqui, a dar vivas aos candidatos vencedores, sem allusão alguma ao vencido, e percorrendo o trajecto natural de todos esses folguedos. Ao penetrarem, porém, os manifestantes na praça Dr. Chaves, praça onde se acha a cadeia publica e forum, a Matriz, o Palacio Episcopal e a residencia do sr. Camillo Prates, desta partiu inesperadamente uma fuzilaria cerrada contra os passeantes, dando em resultado a morte de quatro pessoas, entre as quaes um inocente de doze annos de idade, ferimentos gravissimos em tres individuos e ferimentos leves em seis outros, além do susto e sobressalto em toda a população”<sup>127</sup>.*

Nesse trecho transcrito, transparece claramente um pouco do clima que antecedeu o pleito de 1918. Os honoratistas fizeram várias acusações ao deputado Camilo Prates. Mais um pouco à frente, o autor compara o tiroteio de Montes Claros, aos “gravíssimos crimes de São Francisco” em 1895. Em seguida, no mesmo texto, é publicado um telegrama, onde o candidato apoiado pelo jornal procurava dar a sua versão ao governo e a própria imprensa.

É interessante citar o telegrama, para verificarmos e comprovarmos que a postura do jornal local, o “Montes Claros” é a mesma do deputado Honorato Alves, o que corrobora nossa afirmação, quanto ao fato desse jornal não passar de um

---

<sup>127</sup> *Montes Claros*. Montes Claros, dia 18 de julho de 1918.

mecanismo do grupo honoratista. Em função disso, podemos deduzir de imediato, que as informações divulgadas por esse veículo continham forte tendenciosismo e manipulação. Eis o teor do telegrama, onde Honorato Alves procura resumir a sua versão dos acontecimentos:

*“Hontem, á noite, um grupo de eleitores festejava pacificamente, em despreocupada passeata a minha Victoria eleitoral sobre o partido do deputado Camillo Prates, quando ao passar por casa deste, sem que tivesse havido nenhuma provocação, em resposta a vivas ao dr. Rodrigues Alves, foram disparadas cerradas descargas de carabina sobre as pessoas que iam na frente do grupo. Em consequencia, falleceram quatro, sendo uma creança de doze annos e outras foram feridas gravemente. Por ocasião da ultima eleição municipal, Camillo Prates comprou muitas dezenas de carabinas, armando jagunços, com o fim de dominar pelo terror. Graças a prudencia de meus amigos conseguimos afastar a desgraça, que a furia sanguinaria do referido deputado inesperadamente acaba de provocar, fusilando o povo. Consegui que os meus amigos não tomassem o desforço imediato. Pedimos o apoio da imprensa para que a justiça completa seja feita. Saudações, Deputado Honorato Alves”<sup>128</sup>.*

Nesse telegrama percebe-se claramente que, o deputado Honorato Alves acusava o seu adversário de ser o responsável direto pelos disparos. O fato de o deputado Prates ter comprado várias armas e disponibilizá-las no interior de seu grupo de jagunços, segundo o autor do telegrama, é o mais forte indício de que ele está por trás dos acontecimentos. Em vista disso, podemos afirmar que a versão de Honorato Alves coincidia com a versão do jornal e este realmente não passava de um veículo a disposição do primeiro.

O mesmo artigo continuava o tom acusatório ao candidato rival, afirmando que o mesmo, já tinha despachado um telegrama à imprensa sobre “os acontecimentos do dia primeiro de março”, muito antes do telegrama do dr. Honorato. Em protesto ao que o jornal considerava um despacho cheio de leviandades, o artigo

---

<sup>128</sup> Idem, ibidem.

encerrava depositando a confiança no poder público para que se “(...) apurasse as responsabilidades naquellas ocorrências e pudesse triunphar então a verdade, que só com o conhecimento desta estaríamos plenamente desagradados”<sup>129</sup>.

O despacho leviano, a que se refere o “Montes Claros” é o telegrama, em que, Camilo Prates despachou para a imprensa, procurando dar a sua versão dos acontecimentos. Nesse telegrama, a sua versão dos fatos contrasta grandemente com a versão do jornal e do outro candidato. Vejamos na íntegra esse documento:

*“Logo após a eleição, os partidários do dr. Honorato Alves, em numero superior a duzentos, ébrios, aos gritos de morra Camillo Prates, atacaram a casa de minha residencia, fizeram fogo sobre meu filho Carlos, ameaçando de invadir minha casa. Os amigos que se achavam commigo reagiram, travando tiroteio forte. Consta que morreram alguns dos atacantes. Peço garantias ao governo do Estado e da União, estou sob ameaças de adversários ferozes, tudo isso em consequencia da desenfreada politicagem que infelicita esta terra, há mais de tres annos. Camillo Prates, deputado federal”<sup>130</sup>.*

Segundo esse documento, os partidários de Honorato Alves é que foram os responsáveis pelo tiroteio, pois provocaram o deputado rival atacando a sua casa, e atiraram primeiro em seu filho. Portanto, segundo Camilo Prates, os tiros que partiram de dentro de sua casa foram em sua defesa.

O contraste entre as duas versões é gritante. Cada qual delas procura se inocentar e incriminar os partidários contrários. No último documento citado, o deputado Camilo Prates faz alusão a uma “desenfreada politicagem que infelicita essa terra há mais de três anos”. Essa passagem citada deixa claro que as intrigas existem desde 1915, fato que já foi discutido anteriormente nesse capítulo. Conclui-se que, mesmo a despeito do acordo acertado em 1916, as intrigas não deixaram de existir. Elas

---

<sup>129</sup> Idem, ibidem.

<sup>130</sup> Idem, ibidem.

arrefeceram no período intereleitoral, para retornarem com o mesmo ímpeto – mas com violência muito maior – no período eleitoral seguinte, ou seja, durante o pleito de 1918.

Não nos interessa aqui tentar esclarecer qual das versões seria a mais acertada. Nem tampouco temos a pretensão de identificar culpados e vítimas. Para a nossa análise, o fato é extremamente relevante enquanto elemento revelador da cultura política local no período estudado. Dois aspectos se sobressaem no acontecimento, independentemente da versão: a provocação e a violência.

Os atos de provocação fazem parte tradição do coronelismo e evidenciam uma das faces desse sistema: a face mandonista. Provocar a facção do chefe contrário nos períodos eleitorais é uma das marcas do coronelismo. Nesse caso, a provocação se deu logo após a divulgação do resultado da eleição. Essa estratégia teve como objetivo ofender o chefe contrário em seus brios e sua honra. O momento era oportuno para o grupo honoratista, pois o resultado das eleições para a escolha de deputados federais tinha dado a vantagem ao seu candidato. Desse modo, uma passeata em frente à residência do deputado que foi derrotado aumentaria a sua humilhação e a de seus partidários.

A violência também é um componente característico do coronelismo. A primeira república foi palco de disputas políticas que tiveram na violência o seu aspecto mais brutal. Conforme já afirmamos anteriormente, a violência era um ingrediente constante na trajetória política da cidade. Mencionamos como o processo de ocupação do espaço regional foi violento. Também já dissemos que a elite local, não tinha receio em fazer da violência sua estratégia de ação nos embates entre si e contra o poder público – como na reação dos potentados contra as autoridades metropolitanas no século XVIII.

Maria Isaura Pereira de Queiroz afirma que, a violência junto com a solidariedade e o conflito constituem um dos pilares do coronelismo<sup>131</sup>. Para ela, o coronel geralmente é o chefe de uma parentela. No capítulo anterior já fizemos referência ao conceito de parentela da autora, bem como caracterizamos a parentela quanto a sua estrutura. Conforme a autora salientou, a parentela não pode ser reduzida a apenas elementos de parentesco. Ela também possui elementos políticos e econômicos que estão interligados com o elemento de parentesco.

A disputa entre os dois deputados pode ser entendida como também uma disputa interparentelas. Embora, lideranças coronelísticas do tipo absenteísta, ambos tinham seus parentes no comando das facções locais. O coronel José Rodrigues Prates chefiava o diretório do deputado Camilo Prates. O Doutor João Alves só não era o chefe do diretório do partido de seu irmão, porque era na época o agente executivo municipal – por isso o coronel Francisco Ribeiro estava no comando do diretório. Queiroz chama a atenção para um aspecto importante da estrutura interna da parentela. Para ela, existe sempre a possibilidade de cisão no seio da parentela, devido a conflitos internos. Por isso, a luta entre parentelas constitui fator importante para a manutenção da coesão e da solidariedade interna das parentelas. A existência do “inimigo externo” reforça a parentela, pois o *“conflito entre parentelas surge então como importante fator de continuidade delas; o conflito as perpetua, pela exigência de lealdade e apoio unânime que todos devem a todos em seu interior, tornando-se assim o determinante da continuidade das parentelas no tempo”*<sup>132</sup>.

---

<sup>131</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Coronelismo numa Interpretação Sociológica*. In: FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano. Estruturas de Poder e Economia (1889-1930)*. H. G. C. B. 1 volume – tomo III, São Paulo: Difel, 1975, p. 171

<sup>132</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Op. Cit. In: *O Coronelismo numa...*, pp.169-170

Os irmãos Alves – os médicos Honorato e João Alves – eram os líderes de uma parentela que não se limitava apenas à família Alves. Os Maurício, os Câmaras e os Versiani possuíam fortes ligações com os Alves. Era principalmente através do casamento, que essas famílias estreitavam as suas relações. Além disso, outras famílias tradicionais da região possuíam fortes vínculos com os Alves, como exemplo, podemos citar a família Ribeiro.

O coronel Francisco Ribeiro, latifundiário e industrial, era o chefe do diretório político que obedecia a orientação dos irmãos Alves. Seu pai havia sido presidente da câmara, no final do século anterior, apoiado pelo Dr. Honorato Alves. Os Ribeiro eram tidos como a família mais rica da região.

Tratando-se da parentela liderada pelo deputado Camilo Prates, temos a já citadas famílias Chaves e Sá – essa em seu ramo montesclarenses. Camilo Prates era cunhado de Antonio Gonçalves Chaves Junior. Outras famílias, como os Costa, vieram a se juntar à parentela pela via do casamento. Assim como os Alves, os Prates também possuíam aliados em outras famílias da região, os Souto, por exemplo.

O episódio do primeiro de março deve ser compreendido nessa conjuntura marcada pela disputada da hegemonia política no município. Os Alves e os Prates lideravam cada qual uma facção do partido republicano local. Em uma eleição para deputados federais, era importantíssimo que o partido que estivesse controlando a política municipal conquistasse um maior número de votos que o partido antagonista. Vimos que o acordo de 1916 partilhou as cadeiras do legislativo municipal entre as duas facções. Também já aludimos que a composição do diretório local foi dividida entre os partidários dos dois deputados.

Conforme afirmamos anteriormente, o acordo determinava que a escolha do presidente da câmara se daria mediante sorteio. De fato, houve a realização do sorteio e o candidato sorteado foi o Dr. João Alves. Esse fato desagradou muito aos correligionários do deputado Prates, que chegaram a duvidar da condução do sorteio. Mesmo diante de protestos dos camilistas, o Dr. João Alves assumiu a presidência da câmara e a função de agente executivo municipal<sup>133</sup>.

Na eleição para deputado federal – início de 1918 –, o partido honoratista controlava a câmara local. Com a vitória do chefe do partido na cidade, o grupo dava uma demonstração de força e prestígio eleitoral ao governo do Estado. De certa maneira, os Alves após a vitória eleitoral continuavam credenciados a receber o apoio do oficialismo do Estado.

Já os camilistas, não contavam com o apoio do oficialismo municipal e esperavam obter na eleição, um número maior de votos que seus concorrentes, para demonstrarem sua força eleitoral perante o governo estadual, e, quem sabe, se credenciarem para substituir os Alves no comando da política municipal. É interessante observar, que a eleição para o preenchimento da câmara municipal transcorreria alguns meses mais tarde, ao final do ano de 1918.

Outro detalhe importante a ser observado e que nos chama a atenção: ambos os candidatos foram apresentados pelo diretório estadual do Partido Republicano Mineiro. Em função disso compreende-se que ambos eram considerados candidatos oficiais por parte do governo. Ao que nos consta, ambos foram diplomados pelo partido, tomaram posse de seus assentos no congresso nacional e cumpriram mais um mandato no legislativo federal.

---

<sup>133</sup> PAULA, Hermes de. Op. Cit, pp.158 - 159

Essa não seria a primeira vez que a violência se desenrolaria logo após um ato de provocação. Em 1929 esses dois componentes estariam reunidos novamente na cidade. O palco do acontecimento seria outra praça. O enredo era diferente, embora ao fundo, estivesse presente o mesmo fio condutor e os mesmos atores de 1918. Os “acontecimentos do dia 6 de fevereiro” culminaram em uma nova tragédia, cujas implicações políticas tiveram uma projeção muito maior do que o tiroteio de 1918. Oportunamente voltaremos a esse assunto, para enfocar mais uma disputa entre os coronéis locais.

Não é preciso dizer que, diante de tanta violência, o que restou do acordo de 1916 rapidamente se pulverizou. O clima na cidade, pelo menos nos seis meses seguintes, foi de certa apreensão e medo. Diante da aproximação do pleito municipal, foi publicado um artigo no jornal recém-fundado “A Gazeta do Norte”, onde transparece um pouco do clima que antecedeu as eleições municipais. O autor do referido artigo deixa claro que, diante dos últimos acontecimentos, a atitude mais sensata por parte do governo do Estado seria uma intervenção na política local, para que o município fosse entregue a pessoas

*“(...) de todo alheias a politicagem local e que por isso mesmo, de preferência, investidas do poder, tratassem dos verdadeiros interesses do município. Pensamos que, a vista do Estado em que se encontra o nosso município, a ocasião era a mais oportuna para a criação de uma prefeitura, entregue a quem, estranho de toda a política local, pudesse fazer um governo capaz de realizar os grandes problemas que constituem as nossas mais palpitantes necessidades. (...) O interesse da collectividade, em lugar da política regional, é uma dellas e só poderia ser realizada com a criação de uma prefeitura, a exemplo do que já se tem feito em outros lugares, com os melhores resultados. Na quadra que atravessamos seria essa medida proveitosíssima para aqui, porquanto só assim poderíamos ter um chefe de governo, alheio por completo às lutas partidárias; outra seria a*

*ação administrativa e outras seriam as medidas postas em prática, certamente, para o bem estar geral do nosso município”<sup>134</sup>.*

O autor do citado artigo, senhor José Tomas de Oliveira, era o diretor do novo jornal, conforme já asseveramos. Esse jornal, propugnava-se a defender a causa do progresso do município, mas se tratava na verdade de um veículo que daria respaldo ao deputado Camilo Prates, servindo de contra-peso ao fato do “Montes Claros” ser um jornal honoratista. No mesmo artigo, o autor faz referência ao futuro Presidente do Estado, o sr. Arthur Bernardes, dizendo que existe muita expectativa em torno

*“(...) de S. exa. e no firme propósito de fazer alguma cousa em benefício do Estado. Entre os benefícios que S. exa. pode prestar, acha-se o de por termo a politicagem dos municípios, ordinariamente creada pelo desejo das posições fornecidas pelos cargos de que se compõe o Governo Municipal. (...) Estabeleça S. exa. as prefeituras nos municípios flagellados pela política e estiolados pelas luctas partidárias e terá concorrido de um modo notavel para o engrandecimento e prosperidade deste Estado”<sup>135</sup>.*

A facção camilista, diante da aproximação das eleições municipais de 1918, percebia que, seria praticamente impossível vencer o pleito, pois não contava com o municipalismo oficial e também não tinha o amparo do oficialismo estadual. Por isso, acenava para o futuro Presidente do Estado, na esperança de uma possível intervenção.

A esperada intervenção – aguardada pelos camilistas, é claro – não veio, e o grupo honoratista mais uma vez levou vantagem nas eleições municipais. O vereador João Alves – que era o atual agente executivo municipal – foi o mais votado, recebendo cerca de 243 votos. Outros vereadores do grupo honoratista foram muito bem votados, como o padre Augusto, Honor Sarmiento, Mário Velloso, Ferreira de Oliveira e

---

<sup>134</sup> *Gazeta do Norte*. Montes Claros, 31 de setembro de 1918, página 01.

<sup>135</sup> *Idem*, *ibidem*.

Pedro Velloso. Segundo nota divulgada pela imprensa local, o pleito transcorreu calmo e houve pouca concorrência<sup>136</sup>.

Deve-se ressaltar, que a nova câmara tomou posse no ano seguinte e o dr. João Alves foi escolhido o presidente e conseqüentemente acumulou a função de agente executivo municipal. Portanto, a década de 1910 que se encerrava, mostrava o predomínio indiscutível dos irmãos Alves na política de Montes Claros. Honorato Alves possuía a deputação federal e representava o seu grupo na capital federal. Em Montes Claros seu irmão cuidava da base política e mais uma vez comandaria a edilidade municipal.

### 2.3 - A DÉCADA DE 1920: ENTRE A CONCÓRDIA E A VIOLÊNCIA ARMADA

*“Para nós, montesclarenses, é motivo de orgulho, constatar diariamente o grande incremento que vai tomando, neste município o commercio de gado. Centro exportador de toda esta vasta região, como ponto terminal da linha férrea, estamos diariamente a presenciar o espetáculo das grandes boiadas que chegam para embarque, rumo às grandes xarqueadas de curvello...(...) os que desacreditaram as grandes possibilidades economicas deste norte, por tanto tempo relegado a condição humilhante de abandono, vão tendo, com o movimento excepcional de nossa estação ferroviária a mais exuberante prova de que somos um povo que trabalha e um grande centro exportador”<sup>137</sup>.*

A década de 1920 foi bastante significativa para Montes Claros, pois uma das maiores reivindicações dos grupos que dominavam a política local, foi consumada nesse período, com o advento da ferrovia. A Chegada dos trilhos da linha férrea, vem incrementar o crescimento comercial da cidade e inaugurar a entrada do município, na era do progresso e do desenvolvimento. A Cidade, logo após a entrada em cena da

---

<sup>136</sup> *Gazeta do Norte*. Montes Claros, 02 de novembro de 1918, p. 01.

<sup>137</sup> *Gazeta do Norte*. Montes Claros, 04 de maio de 1929, p. 01.

locomotiva, caminhou rapidamente para se tornar o principal centro de convergência do comércio de produtos agropecuários da imensa porção norte do Estado de Minas Gerais.

Em 1926 foi inaugurada a Estação da Central do Brasil, fato que, para a maioria dos comerciantes e proprietários locais, possibilitaria romper o isolamento econômico da região e o abandono desta, por parte das esferas governamentais. Em função disso, a chegada dos trilhos foi aguardada com muita ansiedade e expectativa.

Diante da aproximação dos trilhos, as duas correntes políticas que se debatiam na cidade iniciaram negociações no sentido de promoverem um acordo, um conagração político. Essas negociações foram iniciadas ao longo do ano de 1922 e culminaram em mais um acordo político, patrocinado pelo executivo estadual. O Alvo principal do acordo se deu na partilha das vagas da composição do novo diretório do PRM local, resultante da fusão das duas facções locais, ou seja, os Camilistas e os Honoratistas.

Em torno da candidatura do coronel Antonio dos Anjos se cristalizaram as aspirações de grande parte dos agentes políticos locais, que viam nele o homem adequado para preparar a cidade para a chegada da ferrovia, além de em torno da união ao seu nome, poder conagraçar os grupos políticos locais.

Penso que, o embrião que acabou germinando no acordo de 1922, pode estar localizado no espírito de conciliação que tomou conta das duas facções locais, por ocasião da candidatura do mineiro Artur Bernardes para a presidência do país, ainda em 1921. O representante do grupo Camilista, cel. João da Silva Maia, em um artigo publicado na “Gazeta do Norte” elogia a postura “conciliadora” do coronel Antonio dos Anjos – pertencente ao grupo que apoiava o deputado Honorato Alves. Conforme o coronel João da Silva Maia, que falava em

*“nome do partido que tenho a honra de representar, cumpre-me em primeiro lugar agradecer ao ilustre amigo Cel. Antonio dos Anjos, o cancellamento que fez da phrase, que, sempre acreditei, ter sido publicada, não com a intenção de offender ao partido, mas como um simples lapsus pence. Estava convicto do seu cavalheirismo, mas esta convicção agora se acentuou de modo evidente com a explicação dada no artigo, cujo titulo encima, estas linhas. Se os nossos adversários pensassem todos como o Cel. Antonio dos Anjos, jamais Montes Claros estaria convulcionada pelas paixões partidárias, que são excitadas pelos attrictos quotidianos das palavras escriptas e falladas com a intenção de offender, de menosprezar, de humilhar. Sempre achei muito sensatas as palavras do ilustre amigo e de pleno acordo esteve sempre e está o partido que tenho a honra de representar, para envidar todos seus esforços em bem dos sagrados interesses do município, acho mesmo que deveríamos imitar (sem quebra de dignidade) o exemplo da Bahia para fazermos triumphar Minas, na actual emergêcia, congregando todos os esforços em beneficio do candidato mineiro, à presidência da Republica”<sup>138</sup>.*

Através do artigo supracitado, podemos perceber que os dois grupos travavam uma disputa recheada de acusações via imprensa, e que, a ideia da conciliação atenderia aos “sagrados interesses” do município. O mesmo artigo – de autoria de um representante do “partido” de Camilo Prates – deixava perceptível, que o nome do cel. Antonio dos Anjos tinha boa acolhida entre o grupo Camilista.

Por isso, quando no início de 1922, o periódico “A Liga” lançou a candidatura do coronel Antonio dos Anjos à presidência da câmara municipal para o próximo quadriênio, surgiu a ideia, de em torno da sua candidatura, efetivar a conciliação entre os dois grupos políticos locais. O coronel Antonio dos Anjos, em uma carta publicada no periódico “A Liga”, tratava-se de justificar a sua candidatura e de certa forma responder a alguns membros do partido de Camilo Prates, que desconfiavam da sua candidatura, e enfatizar o tom conciliador da mesma, afirmando que

---

<sup>138</sup> *Gazeta do Norte*. Montes Claros, 09 de julho de 1921, p. 2. O artigo é intitulado “ainda pela conciliação”.

*“(...) confiança não se impõe por palavras, mas por actos: e creio que todos os meus conterraneos, quer de uma quer de outra parcialidade devem conhecer bem as qualidades e defeitos do meu character; a maneira pela qual tenho intervindo nas nossas luctas locais; qual tem sido a minha actuação no pequeno meio social em que vivemos: enfim, si sou capaz de assumir e desempenhar um compromisso, seja elle de ordem política, moral ou qualquer outra. (...) terminando, repito o que já lhe disse em minha carta de hontem; si a candidatura de conciliação suggerida pelo referido periódico não satisfaz aos dois grupos, é o caso de procurarmos um outro conterrâneo, que tenha a felicidade de reunir os predicados necessários para se impor à confiança geral, acabando-se assim, de vez, com essa velha discórdia, que tem sido a maior infelicidade de nossa terra. (...)”<sup>139</sup>.*

A idéia de um novo acordo vingou e os grupos políticos locais se movimentaram em torno da conciliação. Tanto a imprensa ligada a Honorato Alves – “A Liga” – quanto à imprensa ligada a Camilo Prates abraçaram a bandeira da conciliação. Em meados de 1922, a “Gazeta do Norte” – de propriedade de José Tomaz de Oliveira, importante membro do grupo que dava sustentação ao deputado Camilo Prates – acompanhava com bastante atenção as reuniões que discutiam as bases do novo acordo e informava, aos seus leitores, o andamento das reuniões com notas como a que transcrevemos parcialmente abaixo, intitulada de “Accordo Político”:

*“Parece-nos que, felizmente, vão em ótimo caminho as combinações para um accordo político, há muito desejado, que venha trazer a paz à família Montesclarensense, impulsionando a nosso progresso pelo concurso unanime de todos.(...) sabemos assim que no domingo ultimo, reunido o comité, com a presença dos presidentes dos dois Directorios, ficou resolvido que estes fossem convocados para se resolver sobre as bases que uma commissão de três membros, nomeados por cada um, discutiria em reunião posterior”<sup>140</sup>.*

Em nome da “paz à família montesclarensense”, o porta-voz do jornal Camilista defendia a conciliação, entendida pelos agentes políticos da cidade –

---

<sup>139</sup> A Liga. Montes Claros, dia 23 de março de 1922, p. 1

<sup>140</sup> Gazeta do Norte. Montes Claros, 16 de agosto de 1922, p.1

independentemente do grupo que estavam filiados – como condição indispensável para a arrancada rumo ao progresso da cidade. A reunião noticiada dava conta, da criação de um “comitê para a conciliação”, composto por membros dos dois diretórios. E esse comitê, “em reunião posterior”, deveria deliberar sobre a confecção do tão sonhado acordo político.

As bases desse novo acordo, também foram acertados sob a tutela do governo estadual, na pessoa do presidente do Estado de Minas Gerais, Raul Soares, que expediu o seguinte telegrama à comissão encarregada de patrocinar o tal acordo:

*“(…) No desempenho honrosa incumbência que nos foi confiada, eu, Deputado Honorato Alves e Deputado Camillo Prates, resolvemos o seguinte: Presidente camara será Coronel Antonio dos Anjos, vice-presidente Camara, Dr. José Corrêa Machado, presidente Directorio será um político extranho luctas locaes, residente fora de Montes Claros, com relações ambas partes e que nos tres escolheremos de commum accordo; vice-presidente Directorio será Coronel Francisco Ribeiro, sendo substituído, caso se mude Montes Claros, por Philomeno Ribeiro. Apello para todos amigos afim de que aceitem esta solução como uma forma honesta e sincera de dirimir uma vez as luctas locais e peço acceitar as minhas felicitações com segurança de minha estima e alto preço. Aceite também por sua vez minhas felicitações e abraços. Raul Soares”<sup>141</sup>.*

Portanto, as bases em que se assentaram a conciliação, foram traçadas fora de Montes Claros, como no primeiro acordo – feito em 1916. Mais uma vez, o acordo contou com a efetiva participação do Presidente do Estado, além do entendimento dos dois deputados absentéistas – Camilo Prates e Honorato Alves – que representavam as maiores lideranças políticas da cidade. Conforme foi citado, o nome do coronel Antonio dos Anjos foi escolhido de comum acordo, pelas duas facções políticas, para o cargo de agente executivo e presidente da câmara municipal.

---

<sup>141</sup> Telegrama do Dr. Raul Soares, publicado no jornal local *A Ordem*. Arquivo da Hemeroteca, Belo Horizonte, microfilme de número 47.

Um bacharel, Dr. José Corrêa Machado – ligado ao grupo do deputado Camilo Prates – ocuparia a vice-presidência da câmara, enquanto que o Coronel Francisco Ribeiro ocuparia a vice-presidência do diretório constituído, pela fusão dos dois grupos. Um político “estranho às disputas locais e residente fora de Montes Claros”, preencheria a presidência do diretório local.

Observamos mais uma vez, que, o acordo para ser respeitado pelos dois grupos, deve repartir os cargos e as vantagens. Somente com a partilha dos benefícios, o acordo pode se estender por um período mais longo, talvez dependendo das vantagens partilhadas, de uma eleição à outra.

O Acordo de 1922, não foi diferente quando a partilha das vantagens: a composição do diretório do P.R.M. local atendeu aos interesses dos dois grupos. Cumpria ao recém organizado diretório preencher as outras vagas de vereadores para a câmara municipal. A respeito da partilha dos benefícios, a ata do acordo registrava uma cláusula que não deixava dúvidas quanto a isso, porque no

*“(...) provimento de quaisquer cargos municipaes, estaduais ou federais, cumpre ao directório e ao presidente da camara faze-lo sempre com toda justiça e isenção de animo, distribuindo os empregos com a maior igualdade entre os candidatos dos dois antigos partidos, e provendo-os sempre com pessoas competentes e aptas para o bom desempenho do cargo” (grifos meus)<sup>142</sup>.*

O fragmento da ata transcrito acima, não deixa nenhuma dúvida, quanto à partilha dos benefícios advindos do controle político do município. Empregos, cargos, nomeações e comissões, constituem apenas alguns exemplos, de importantes

---

<sup>142</sup> Ata da quarta e última sessão da comissão mista, incumbida do congraçamento político de Montes Claros. Publicado na *Gazeta do Norte*, Montes Claros, 18 de novembro de 1922, p.02.

instrumentos de poder, que se transformam em capital político e se tornam elementos essenciais na motivação das disputas políticas entre as facções locais.

Ainda a respeito desse acordo, ao que nos parece, nem todos os agentes políticos ficaram satisfeitos com as bases do mesmo. O bacharel José Tomaz de Oliveira foi aliado da composição do novo diretório político – ele que era um dos mais importantes baluartes do grupo que apoiava o deputado Camilo Prates. Mesmo antes da confecção do acordo, já circulavam boatos na imprensa da cidade, dando como certa a exclusão de alguns elementos da política montesclareense. O bacharel José Tomaz expressa todo o seu descontentamento quanto à forma que foi conduzida o tal acordo. Através de seu jornal – ele era o diretor e proprietário da “Gazeta do Norte” –, publica uma série de artigos procurando demonstrar, que foi vítima de perseguição política motivada pelo coronel Francisco Ribeiro, o principal negociador do acordo – depois do Presidente do Estado e dos dois deputados, Honorato Alves e Camilo Prates. Para o bacharel, o coronel Francisco Ribeiro – vice-presidente do recém criado diretório – não

*“(...) poder ser chefe político porque não sabe sopitar rancores e provo com o facto de ser questão capital, por elle imposta , à minha exclusão da política e isso está provado; si eu digo que o motivo desse rancor contra mim tem sua justificação no facto de não ser eu um dos seus bajuladores e ser advogado contra S. S. na celebre divisão da fazenda do Cedro, (...) Nem a “Gazeta”, nem eu, nos insurgimos contra um accordo que tivesse por fim o congraçamento da família montesclareense, pelo qual nos batemos sinceramente, como se poderá verificar pelos inúmeros artigos publicados; nos insurgimos sim; contra as astúcias e Machiavelicas transações orientadas por aquelle que, não abnegadamente como affirmam, mais interesseiramente pretendeu, em seu proveito, a chefia, embora com exclusão de membros dos dous partidos com relevantes serviços aos mesmos” (Grifos meus)<sup>143</sup>.*

---

<sup>143</sup> *Gazeta do Norte*. Montes Claros, 16 de dezembro de 1922, p.02

O advogado, então atribuía a sua exclusão da nova composição do P.R.M. local, a perseguição engendrada pelo coronel Francisco Ribeiro, destacando que o coronel agia por motivos de vingança pessoal e por isso, no seu entender, não deveria exercer a chefia do diretório local. Conforme ele destacou, o “maquiavélico” coronel agia em proveito próprio, tendo interesses que

*“(...) estão patentes; sem a chefia política não lhe seria fácil usufruir um contracto como o que tem com a Camara Municipal e do qual so aufere as vantagens, pois é sabido que apesar de ser raro o mez em que não há falha da luz, uma ou duas noites, nunca sofreu a menor multa”<sup>144</sup>.*

Vingança pessoal e interesses particulares. Eis os argumentos do bacharel para desqualificar o seu adversário Francisco Ribeiro. Porém, o mesmo reconhecia o valor do acordo – mesmo diante de sua “exclusão da política”. Para ele o acordo traria benefícios para toda a família montesclarensense.

Ao que nos parece, a “exclusão da política” não se limitou apenas ao bacharel e diretor da “Gazeta do Norte”. Afasta-se também por um breve momento da política local, o médico e agente executivo, à época da conciliação, João Alves. De fato, não o vemos na política da cidade, até pelo menos o início do ano de 1927 – que é um ano de eleições municipais. Nem no diretório resultante do acordo, figura o seu nome, seja como titular ou suplente. O médico continuou a residir na cidade, contudo se dedicando – durante o intervalo entre 1922-1926 – apenas ao exercício da sua profissão.

Esse ostracismo temporário nos causou certa estranheza, em se tratando do agente político João Alves, pois, o mesmo possuía um indiscutível prestígio político na cidade, além de deter um importante capital político reconvertido – assunto no qual

---

<sup>144</sup> Idem, ibidem.

voltaremos depois a considerar. Temos duas hipóteses que explicam essa ausência – breve, repito – do cenário político.

A primeira, diz respeito a uma decisão sua, livre de qualquer pressão ou influência política, o que explicaria uma ausência apenas temporária, breve, ou seja, um quadriênio. Não podemos desconsiderar que João Alves era o agente executivo e presidente da câmara para o período que se encerrava. Somando-se esse período com o mandato anterior – no qual também comandou a câmara – resultavam cerca de sete anos ininterruptos. Talvez, o médico pensasse em um descanso da política para se concentrar melhor em suas atividades médicas.

A segunda hipótese, a nosso ver, parece-nos um tanto mais plausível. Analisando os artigos da “Gazeta do Norte”, não encontramos nenhuma referência direta, a uma possível exclusão da política local por parte do Dr. João Alves – em período algum da primeira República. No entanto, partindo das considerações do diretor da “Gazeta”, o advogado José Tomaz de Oliveira, percebemos que o tal acordo foi engendrado com a “exclusão de membros dos dois partidos”. Conforme o advogado, foram excluídas pessoas que prestaram “relevantes serviços aos mesmos”. Por isso, acreditamos que o ex-agente executivo possa estar na lista dos “excluídos”.

Com certeza, podemos assegurar que João Alves só retorna a vida política no início de 1927, para a disputa da eleição municipal para o próximo quadriênio, indicado inclusive pelo diretório regional do PRM. Acerca do retorno do médico a vida política, um grupo de mais de 200 pessoas assinaram um documento apelando para que ele se candidatasse a uma cadeira na câmara municipal e no diretório local. O documento assinado por uma extensa lista de pessoas foi publicado no jornal

local e apelava para o “*acendrado patriotismo do Dr. João Alves, apesar de sua insistência em se conservar recolhido à vida privada (...)*”<sup>145</sup>.

O apelo ao clínico é bastante ilustrativo para demonstrar a força e o prestígio que ele desfrutava na cidade naquele momento. Novamente, preferimos acreditar que em virtude da conciliação de 1922, João Alves abandona a política – até o início de 1927.

Uma última consequência ainda do acordo de 22 para a política da cidade: ele tornava as eleições municipais, uma verdadeira farsa. O pleito cumpria apenas uma formalidade, além de fornecer uma imagem de lisura e legalidade ao processo eleitoral. Era o diretório do PRM da cidade que distribuía as vagas para a câmara municipal. A eleição em si não existia. Tratava-se apenas de uma encenação. Às vésperas do pleito municipal de 27, a “Gazeta do Norte” estampava em sua página inicial, um pequeno artigo condenando esse aspecto. Segundo o jornal, a cidade de Montes Claros

*“formou-se, evoluiu, e desenvolveu-se sempre, à sombra de uma política, orientada por partidos que se digladiavam, que se fiscalizavam, que procuravam construir. Agora que não se vota mais, agora que os acordos substituem o voto das urnas, não acreditamos que elle possa desenvolver-se como é de se esperar; estacionará, até que uma nova orientação seja dada a sua política e a sua administração. Oxalá, nos enganemos”*<sup>146</sup>.

Conforme podemos perceber, o diretor do jornal ainda não havia digerido o acordo, e de certa forma, se aproveitava do fato de o voto não decidir praticamente mais nada, para criticar o responsável por isso, que no seu entendimento, eram “os acordos”.

---

<sup>145</sup> *Gazeta do Norte*. Montes Claros, 19 de março de 1927, p.04.

<sup>146</sup> *Gazeta do Norte*. Montes Claros, 16 de abril de 1927, p.01.

Sobre o processo eleitoral, no período republicano compreendido pelo nosso estudo – 1889-1930 – Victor Nunes Leal, considera que a contagem dos votos era feita pelas mesas eleitorais. Tais mesas<sup>147</sup>, atuavam com função de juntas apuradoras e praticavam a chamada “eleição a bico de pena”, que consistia em toda sorte de fraudes: inventavam-se nomes, eram ressuscitados os mortos, os eleitores ausentes compareciam no dia da eleição e votavam, e até analfabetos acabavam votando.

No caso de Montes Claros, para a eleição de 1927, aconteceram fatos e irregularidades dignas de nota. Ao que nos parece, essa eleição assumiria a mesma feição do pleito anterior, ou seja, serviria de encenação para encobrir a partilha das vagas da câmara feita sob o manto do acordo. O diretório do PRM local havia publicado na imprensa, o nome dos candidatos para o preenchimento das vagas. Entretanto, a junta apuradora não declarou eleitos todos os nomes indicados pelo diretório. A fraude aconteceu, mesmo a despeito da eleição ter sido “disputada” sob o clima do acordo de 1922 – ou pelo menos do que restou de tal acordo.

A fraude foi gritante. Vejamos um caso: João Alves, que resolveu “retornar a vida política”, foi indicado pelo diretório do PRM local para uma cadeira de vereador pelo município de Montes Claros. Obteve apenas um voto! Logo ele, que desfrutava de grande prestígio na cidade e contava com a ajuda de sua expressiva parentela – além de importante capital político advindo do exercício da medicina. Não podemos esquecer também que, pouco tempo antes do embate eleitoral, um grupo consideravelmente extenso de pessoas, havia assinado um documento onde transparecia um apelo à volta do médico a vida política do município.

---

<sup>147</sup> LEAL, Victor Nunes. Op. Cit. In: Coronelismo e..., p. 229. Ver também JANOTTI, Maria de Lourdes M. Op. Cit, pp.50-51.

Em função de tais acontecimentos, o clima de conciliação existente na política local se dissipou. Os boatos e as acusações retornaram ao cotidiano político da cidade. Nesse clima de reinício das hostilidades, a nova câmara tomou posse, conforme o telegrama abaixo – enviado ao Presidente do Estado de Minas:

*“Câmara que se compõe onze vereadores, reuniu-se hoje fim posse eleições mesa. Um vereador retirou-se começo trabalhos; um absteve-se de votar; outro votou branco. Fui eleito presidente por sete votos. Dr Pedro Velloso vice por igual número. Dr. Coutinho eleito secretário. Vereadores eleitos julgando impossível atender accordo entabolado ultima hora, assim resolveram. Hypothecando a V. Excia minha solidariedade, cumprirei com prazer suas ordens. Respeitosas saudações. Corrêa Machado”<sup>148</sup>.*

O bacharel José Corrêa Machado, vice-presidente da câmara na legislatura anterior, era agora o atual presidente e agente executivo. Até aqui nada estranho, pois nos reportando ao acordo de 1922, nada mais sensato que para o próximo quadriênio, um político ligado ao deputado Camilo Prates – e que era o vice no arranjo de 1922 – fosse o presidente.

No entanto, conforme foi citado, pelo menos três vereadores tiveram atitudes que demonstraram não estar de pleno acordo com o novo presidente. Também, fica patente na citação que não ocorreu consenso na escolha do novo presidente, mesmo a despeito das tentativas de negociação, o que para nós é indício de que o acordo de 22, já não valia mais nada.

João Alves reassume o comando da facção política que seguia a orientação do seu irmão e deputado federal, Honorato Alves. Logo após a posse da nova câmara

---

<sup>148</sup> *Arquivos da Câmara Municipal – caixa de número 25 – Livro de Correspondências expedidas e recebidas – 1927/1959.*

*“(...) foram interpostos recursos eleitorais contra os Senhores drs. Alfredo Coutinho, José Correa Machado, Marciano Alves Maurício, Pharm. Antonio Augusto Teixeira, Cel. Etelvino Teixeira de Carvalho, Carlos Versiani dos Anjos, Luiz Onofre Lafetá, João Nobre de Oliveira e José Rodrigues Prates Júnior. Esses recursos deram entrada na secretaria do tribunal da relação em 20 do corrente”<sup>149</sup>.*

Praticamente toda a nova câmara era alvo de recursos no tribunal. Grande parte desses recursos procedia do Dr. João Alves, pois fora ele o grande prejudicado no último pleito. Esses recursos constituem também uma amostra de que o clima de conciliação entre os grupos políticos locais, já havia passado. Iniciava-se mais um período de competições e rivalidades no campo político de Montes Claros.

O clima de disputas locais terminaria por desembocar em mais uma grande explosão de violência política: os acontecimentos do “06 de fevereiro de 1930”. Tais acontecimentos culminaram com quatro mortes e alguns feridos, entre eles, pessoas de projeção política nacional.

O pano de fundo de tais acontecimentos deu-se em função das eleições presidenciais de 1930. Mais especificamente, as disputas em torno do nome do candidato pelo PRM à presidência do Estado de Minas Gerais. A elite local cindiu-se em função dessas disputas. O grupo do deputado federal Camilo Prates declarou franco apoio ao vice-presidente Melo Viana, que apoiava Washington Rodrigues e aspirava ao governo de Minas. Os honoratistas permaneceram fiéis ao presidente do Estado de Minas, Antonio Carlos, que, apoiava Getúlio Vargas para a presidência da República e Olegário Maciel para o governo do Estado de Minas Gerais.

Antigos ódios e acusações mútuas foram desenterrados. Velhos ressentimentos voltaram a cena política. A violência estourou em um tiroteio por

---

<sup>149</sup> *Gazeta do Norte*. Montes Claros, 25 de junho de 1927, p.01.

ocasião da vinda do vice-presidente Melo Viana – cuja vinda objetivava inaugurar um “congresso do algodão” na cidade – culminando com quatro mortos e vários feridos, dentre os quais, o próprio Melo Viana, que levou um tiro de raspão<sup>150</sup>.

O envolvimento de um vice-presidente da república no acontecimento conferiu uma grande projeção aos eventos do dia “seis de fevereiro”. De certa forma, implicaram em uma imagem bem negativa da cidade de Montes Claros, que não tinha uma boa reputação, principalmente devido ao fato de ser estigmatizada como uma cidade violenta, inserida em uma região violenta, como o norte de Minas Gerais.

Embora a participação de políticos de significação nacional tenha contribuído para que os eventos do “seis de fevereiro” adquirissem projeção nacional, entendemos que os acontecimentos em si possuíam uma conotação nitidamente local. Tratava-se mesmo de uma disputa de cunho coronelístico, onde elementos como a provocação, seguida de intenso tiroteio entre as facções, já fazia parte da memória política da cidade – me refiro mais especificamente ao tiroteio de março de 1918. O único diferencial dos eventos do início de 1929, em relação aos de 1918, trata-se no fato dos primeiros se situarem dentro de um clima tenso que envolvia os antecedentes das eleições de 1930.

Portanto, a estrutura da política de Montes Claros no período compreendido pela nossa pesquisa – 1889-1930 – se insere dentro de um contexto bem mais amplo, marcado por uma conjuntura política descrita pela historiografia como sendo coronelista. Para a caracterização dessa conjuntura, nos utilizamos quase que exclusivamente do referencial teórico de Victor Nunes Leal.

---

<sup>150</sup> WIRTH, John D. OP. Cit. p. 153 e pp.224-226.

É dentro desse universo marcado pelo coronelismo, que se enquadram às disputas políticas em Montes Claros. As duas facções, ao longo do período pesquisado, envolveram-se freqüentemente em disputas – algumas recheadas de tiroteios violentos. Toda essa hostilidade visava à obtenção da simpatia do governo do Estado, para através disso, receber os benefícios, dentre eles, a chamada “carta-branca”, concedida a corrente majoritária (aquela que fosse credenciada pelo oficialismo estadual).

As duas facções locais eram organizadas em torno de lideranças absenteístas – deputados federais – que contavam com o apoio de inúmeros coronéis em suas bases na cidade. Além disso, essas lideranças encabeçavam verdadeiras parentelas, cada qual estruturada em torno de várias famílias, unidas por vários laços que podiam compreender desde o casamento até a amizade e ou interesses particulares.

Períodos de conciliação e competição não violenta cederam lugar a disputas acirradas e violentas. Acusações de fraudes, provocações e mandonismo foram elementos que delinearam o quadro da cultura política da cidade. Tudo dentro de um conjunto de práticas que moldaram o sistema coronelista. Não faltou nem um caso de duplicata de câmaras, para atestar e ilustrar a força do coronelismo local.

Outro componente interessante da tradição política local por nós observado, se deve ao fato da presença de um grande número de bacharéis e profissionais liberais que vão chegar a câmara municipal da cidade. Essa tradição remonta desde o nosso passado colonial, conforme já tivemos oportunidade de mencionar em nosso primeiro capítulo.

### **CAPÍTULO III – DAS REPRESENTAÇÕES DO PODER.**

A importância do papel da imprensa para o estudo da história política brasileira é bastante significativa<sup>151</sup>. Maria Helena Capelato, em importante estudo sobre a imprensa paulista no período entre 1920 e 1945 refletiu acerca do papel da imprensa como instrumento de manipulação de interesses, portanto, veículo de propagação de determinadas idéias de personagens inseridos em uma dada realidade histórica. Em Montes Claros, a imprensa local teve um papel importante na construção de uma imagem pública dos chefes políticos de projeção municipal – e também aqueles que tinham projeção mais ampla, de relevância estadual ou nacional.

Como o campo político da cidade esteve quase sempre dividido entre as duas facções que se antagonizavam, ambas procuravam estruturar-se com o apoio de jornais que não passavam de instrumentos políticos partidários. Nos momentos em que as disputas se acirravam muito como, por exemplo, entre o período 1918-1922, cada facção possuía o seu jornal. Os partidários dos irmãos Alves possuíam o apoio do “Montes Claros”, fundado em 1916 e dirigido pelo farmacêutico Antonio Ferreira de Oliveira – que era um dos correligionários do Dr. João Alves. A outra facção, os chamados camilistas, possuía o apoio da “Gazeta do Norte”, fundada em meados de 1918 e dirigida pelo bacharel José Tomaz de Oliveira – pertencente ao diretório do partido que seguia a orientação de Camilo Prates. Nota-se que quando as facções se entendiam mediante acordos, como o período verificado após 1922, que correspondeu ao exercício do coronel Antonio dos Anjos à frente da câmara municipal, quase sempre verificamos que a cidade contou apenas com um jornal, nesse caso, a “Gazeta do

---

<sup>151</sup> CAPELATO, Maria Helena. Op. Cit. P.12.

Norte”. Por corresponder a um período de trégua entre os grupos, a ação da Gazeta nesse momento se caracterizava por um certo equilíbrio, quase apartidário.

Ao final da década de vinte, quando a trégua se encerra e os grupos – camilistas e honoratistas – reiniciam as divergências e os ataques, a cidade volta a contar com dois jornais aparecendo a “Folha do Norte”, ligada aos irmãos João Alves e Honorato Alves.

Na construção dessas representações que vão impregnar o imaginário político local, a imprensa teve atuação destacada – conforme já começamos a demonstrar. Em relação ao imaginário é conveniente enfatizar que sua correta manipulação pode acabar beneficiando o poder político. O imaginário canaliza as ações e os comportamentos, ele mobiliza as energias, bem como conduz e canaliza a violência. Bronislaw Baczko chama a atenção para esse importante aspecto da vida social, que é o domínio do imaginário social, pois é *“uma peça efectiva e eficaz do dispositivo de controlo da vida colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder”*<sup>152</sup>.

Acima de tudo, toda sociedade precisa imaginar, inventar a legitimidade para um dado poder. O poder estabelecido protege a sua legitimidade contra aqueles que a atacam, contra aqueles que questionam o poder. Esse poder estabelecido precisa se tornar comunicável através de uma linguagem, a linguagem do discurso. A linguagem do discurso é capaz de tornar o imaginário social inteligível, comunicável<sup>153</sup>. E a imprensa tem um grande papel na difusão desses discursos que vão dotar o imaginário social e suas representações de visibilidade.

---

<sup>152</sup> BACZKO, Bronislaw. Op. Cit, p.310.

<sup>153</sup> Idem, pp.310-311

### 3-1 A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM PÚBLICA: O “APÓSTOLO DA CARIDADE SERTANEJA”.

Para facilitarmos a pesquisa concentramos nossa abordagem, nessa parte do trabalho, na confecção da imagem pública de quatro lideranças políticas provenientes de Montes Claros ou de famílias que se instalaram na cidade e municípios vizinhos. O médico João Alves e o Coronel Antonio dos Anjos constituem expressivas lideranças de projeção municipal. O deputado Camilo Prates era uma importante liderança local, ainda que absenteísta, entretanto, possuía um relativo prestígio no plano estadual. Nossa quarta liderança é constituída pelo Ministro da viação do governo Artur Bernardes, o doutor Francisco Sá, que possuía uma projeção de repercussão nacional, além de possuir relações de parentesco e casamento com oligarquias da Bahia e do Ceará – era casado com um membro da oligarquia Acioly.

O médico João Alves constitui o nosso primeiro exemplo. Era irmão do também médico Honorato Alves. Assim como o irmão, também fez da medicina um verdadeiro trampolim para a sua carreira política. Quando Honorato consegue se eleger deputado federal, João Alves assume a clínica e cuida da política na cidade em nome da família<sup>154</sup>.

Por cerca de três vezes, o Doutor João Alves foi o agente executivo e presidente da câmara local. A sua atuação em Montes Claros, no primeiro período republicano, adquiriu uma feição antológica, quase mitológica, em virtude principalmente de sua atuação como “médico da pobreza” e “benemérito da gripe

---

<sup>154</sup> WIRTH, John D – op. Cit. p.225

espanhola”<sup>155</sup>. Sua ação, durante o episódio da peste de 1918, em muito contribuiu para sua sustentação como chefe político de largo prestígio entre o povo do município. Podemos inclusive assegurar que sua ação na epidemia de 1918 serviu de combustível para fomentar uma imagem de homem público comprometido com a sua comunidade e, sendo assim, aumentar-lhe o prestígio. Então, vejamos como tal fato se deu, tendo em vista a atuação da imprensa local na confecção e divulgação de uma imagem: a imagem do benemérito maior da cidade, o “apóstolo da caridade sertaneja”.

Em fins de 1918, uma praga de *influenza* espanhola assolou o Brasil. Durante a peste – conhecida popularmente pelo nome de gripe espanhola – a cidade de Montes Claros se mobilizou na tentativa de amenizar os efeitos da doença. As divergências políticas foram postas de lado e a atuação do médico João Alves foi destacada até pela imprensa ligada à facção do oposicionismo local, tendo em vista, principalmente, a sua ação e empenho no atendimento da população. Conforme atestou a “Gazeta do Norte” – jornal ligado ao grupo pró Camilo Prates – naquele momento de dificuldades,

*“(...) consola-nos a todos os que temos amor aos nossos semelhantes ver a dedicação suprema, o esforço quase milagroso, a resistência que podemos dizer acima das forças do organismo humano, que tem desenvolvido um médico humanitário, o doutor João Alves, nome que a população sagrou benemérito(...)”*<sup>156</sup>.

Começava a nascer aí, então, o mito do “benemérito da gripe espanhola”, do “médico humanitário”. O mesmo jornal, poucos dias após a publicação do artigo supracitado, volta a enfocar esse aspecto, insistindo na produção de um discurso no qual a imagem de João Alves vem sempre associada ao discurso do “médico humanitário”.

---

<sup>155</sup> SILVEIRA, Geraldo Tito. *Tocaia de bugre*. Montes Claros. Gráfica polígono, 1985, p.14.

<sup>156</sup> *Gazeta do Norte*. Montes Claros, 07 de dezembro de 1918, p.01.

Desta vez, o jornal enfatiza não só o empenho do clínico no combate à peste, mas também reforça o tom humanitário e carinhoso no trato com a população. De acordo com o jornal, tinha sido organizado um hospital na escola normal da cidade para o atendimento aos doentes e o Dr. João Alves, “*médico assistente desse hospital, visitava-o diariamente, sem fadiga e sem excusas, tratando a todos com o seu proverbial carinho e fornecendo dezenas de receitas*”<sup>157</sup>.

É conveniente destacar que a imagem do “benemérito”, do “médico humanitário”, já encontra uma certa ressonância no seio da população local, principalmente devido a uma tradição já existente desde meados do século XIX, que remonta à ação de um outro médico de grande prestígio na região, o Dr. Carlos Versiani – fato já por nos discutido no primeiro capítulo desse trabalho. O Dr. Carlos, membro do Partido Conservador, por mais de cinquenta anos teve uma atuação profissional que lhe valeu um grande prestígio entre a população da região. Prestígio esse, que ele soube muito bem explorar em termos políticos, pois foi por diversas vezes presidente da câmara municipal. De fato, João Alves é herdeiro dessa tradição de médico dos pobres. Um indicativo disso está no fato de que o médico não se limitava apenas ao atendimento desdobrado da população, mas fornecia “dezenas de receitas”.

O nome de João Alves já possuía uma certa projeção política muito antes do advento da epidemia, pois o mesmo já havia sido presidente da câmara municipal alguns anos antes e, no momento da peste, era ele o presidente e agente executivo municipal reeleito para mais um mandato que se iniciaria em 1919. Contudo, a atitude do médico no contexto da doença vai conferir-lhe um prestígio inigualável perante a população da cidade e região. E esse fato foi muito bem explorado pelo grupo político

---

<sup>157</sup> *Gazeta do Norte*. Montes Claros, 21 de dezembro de 1918, p.01.

que lhe garantia sustentação na política montesclarenses, pois a oportunidade era realmente extraordinária para um investimento no domínio da política. Com efeito, a própria imprensa, inclusive a imprensa ligada ao grupo que fazia oposição – os camilistas – se encarrega de contribuir para a difusão do mito em torno do nome de João Alves.

Em decorrência disso, algumas implicações são verificadas, principalmente no terreno do imaginário social coletivo, pois a imagem do político João Alves sempre vem acompanhada pela temática do “benemérito da gripe espanhola”, pelas palavras que o associam ao sentimento de altruísmo e caridade. Politicamente falando, foi construído todo um sistema de representações, carregado de imagens que vão contribuir para legitimar as relações de força e a prática política do Dr. João Alves.

Por isso, a imprensa local contribuiu bastante para a produção de um certo imaginário em torno de João Alves, principalmente a imprensa ligada ao grupo dele, no caso o jornal “Montes Claros”. De propriedade de elementos próximos de João Alves, essa folha se encarregava de produzir uma dada dizibilidade, um discurso que facilitava a identificação do povo da cidade com uma certa imagem do político João Alves, conforme podemos perceber no seguinte trecho de um artigo publicado por esse jornal:

*“(...) E porque João Alves é tudo isto? Porque tem a estima de seus pares, porque sabe amar e é amado pelos filhos e esposa desvelada, a distinta senhora D. Tiburtina Alves, sua inseparável companheira de caridade, tipo de mulher espartana que empunhava as armas e dizia aos filhos: “Parti, ide defender vosso pai, nosso tesouro querido!” Nas manifestações múltiplas recebidas por João Alves, não podemos deixar de destacar as do senhor major Prates Sobrinho, seu adversário político, cujos conceitos foram verdadeiros hinos ao cavalheirismo, ao mérito e ao civismo do ilustre manifestado, e será sem dúvida alguma, o mediador plástico das questões do Norte de Minas. A noite de 6 de abril de 1919 marca, nos fastos efemérides de Montes Claros uma data auspiciosa, por ter o dr. João Alves,*

*com o poder mágico que possui, enlaçado em um amplexo, longo e fraternal, toda a família montesclarenses, sem distinção de classes e partidos”<sup>158</sup>.*

Nesse fragmento citado, fica visível a intenção do autor em forjar uma imagem de João Alves que o identifique com a imagem do homem comprometido com a família, que ama sua esposa e seus filhos e que, por isso é correspondido. Salienta-se também a atitude de sua “companheira de caridade”, Dona Tiburtina, representada aqui pelo ideal da “mulher espartana”, pela sua ação em função do apoio prestado ao marido em todas as situações. Mais ao final do trecho, o discurso revela o paternalismo na cultura política local, pois o autor destaca que João Alves, através do “poder mágico que possui”, é o elemento que abraça “toda a família Montesclarenses”, sem fazer distinção social e partidária.

Isso favorecia em muito a aceitação popular, além de produzir uma dada legitimidade ao poder do grupo que naquele momento controlava a administração local, e era duramente questionado pela facção rival – materializada no grupo de coronéis que estavam ligados ao deputado Camilo Prates. Conforme atestamos no capítulo anterior, o ano de 1918 foi marcado por muita violência e culminou nos “acontecimentos do dia primeiro de março”, quando as duas facções se envolveram em provocações que culminaram com um feroz tiroteio que chegou a vitimar algumas pessoas.

Essa ação da imprensa partidária fica bem mais evidenciada, por ocasião da homenagem prestada ao médico já no ano seguinte, em 1919, quando haviam já transcorrido alguns meses após o advento da epidemia. Na ocasião, elementos do situacionismo local – vale dizer, ligados ao grupo político de João Alves – organizaram uma comissão que se encarregou de angariar fundos para custear as despesas para a

---

<sup>158</sup> *Montes Claros*. Montes Claros, dia 10 de abril de 1919.

confeção de uma cerimônia, na qual seria prestada uma homenagem ao médico. Acerca disso, a “Gazeta do Norte”, assim noticiou:

*“A nossa redação veio uma comissão composta pelos snrs. Capitão Philomeno Ribeiro, Ph. Antonio Versiani dos Anjos e Capitão José Prates Júnior, afim de angariar donativos para uma homenagem que em nome do povo de Montes Claros será feita ao exmo. Snr. Dr. João Alves – humanitário médico que, durante a epidemia que assolou este município, prestou abnegadamente serviços de real valor a todos que foram atacados pela terrível moléstia e muito principalmente a classe pobre”<sup>159</sup>.*

Conforme citamos, até a imprensa partidária do grupo ligado aos Prates confeccionou uma nota comunicando acerca da homenagem a João Alves – compondo a comissão organizadora do evento, estava inclusive um membro da parentela dos Prates. Contudo foi o jornal ligado aos Alves, o “Montes Claros”, que efetuou a cobertura das solenidades que marcaram a projetada homenagem ao clínico, dando exagerado destaque ao evento e impregnando suas páginas com artigos que reproduziam os diversos atributos simbólicos do médico. Não vai faltar nem o recurso ao imaginário religioso, pois a idéia-imagem do “apóstolo do bem” configura uma das representações chaves do referido político.

A presença de uma simbologia religiosa em alguns trechos dos artigos vai revestir as representações em torno de João Alves, de uma certa tonalidade sagrada. Vale dizer que o poder também faz uso da religião e, conseqüentemente, do imaginário religioso para os seus fins. Através desse recurso, fica bem mais fácil justificar ou reforçar a dominação política, pois, por meio desse ardil, nosso personagem vai encarnar todo um conjunto de valores e crenças que estão presentes na tradição local. A título de exemplo inicial, podemos destacar um pequeno trecho de um artigo publicado

---

<sup>159</sup> *Gazeta do Norte*. Montes Claros, 04 de janeiro de 1919, p. 01.

no Montes Claros, onde o autor procura impregnar de adjetivos e expressões religiosas as imagens em torno das representações de João Alves: “(...) *Bendito, bendito aquele que, entre carinhos e bênçãos, faz esquecer dissensões, unindo em aurora de bonanças, irmãos que a política falsa procura separar pólo ódio e pela inveja*”<sup>160</sup>.

Uma última consideração, antes de passarmos para a análise dos artigos que cobriram a referida homenagem, deve ser feita: O grupo que organizou o evento fez questão de enfatizar a conotação popular da manifestação ao médico. A justificativa girava em torno da gratidão expressa pela comunidade aos serviços prestados durante a peste da gripe espanhola pelo “*abnegado apóstolo da caridade sertaneja, que em sua rota pela existência nada mais tem feito senão minorar a dor física, proporcionando a paz de espírito, tão necessária à luta pela existência*”<sup>161</sup>.

Na verdade, conforme já foi dito, tratava-se da expressão de uma parcela do grupo dirigente, formado por um bom número de coronéis e bacharéis e que tinha como liderança o deputado Honorato Alves, irmão do referido clínico.

Na citação acima, o investimento na esfera religiosa para a construção do imaginário ganha visibilidade. A idéia-imagem do “apóstolo da caridade sertaneja” traduz bem outra representação muito difundida acerca do mito João Alves: a representação do médico dos pobres. Aquele que “*não contente dos desvelos e cuidados prestados aos pobres que a ele recorreram, dá-lhes também o necessário para alívio material da dor*”<sup>162</sup>.

Na seqüência, o mesmo artigo segue em tom bem personalista apontando os inumeráveis méritos do homenageado, inclusive políticos. Ele

---

<sup>160</sup> *Montes Claros*. Montes Claros, dia 10 de Abril de 1919.

<sup>161</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>162</sup> Idem, *Ibidem*.

*“(...) é a figura de destaque do Norte de Minas – médico ilustre, político abalisado e dos mais temíveis, porque sabe dominar com rasgos varonis, arrebatando, empolgando, dominando o adversário, é o Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, o pro-homem, o eixo da política da terra que teve a ventura de o criar e que o viu crescer. Ao estudarmos a personalidade política de João Alves, encontramos nele todas as virtudes do ilustre caudilho gaúcho, o eminente político que chamou-se João Gomes Pinheiro Machado. Ninguém resiste à fascinação de João Alves, bom justo, humanitário, ele vence a golpes de modéstia, natural simplicidade de sertanejo culto, e com um sorriso hábil, político, irresistível, que é uma clividade esmagadora, domina, empolaga. Político de descortínio seguro, João Alves tornou-se o árbitro da política local, o seu desejo impera, é lei;(...)”<sup>163</sup>.*

Nesse trecho, João Alves é comparado ao gaúcho Pinheiro Machado, político esse que desfrutava de grande prestígio em função de sua habilidade de composição com as grandes oligarquias que dominavam a política dos Estados. Embora, falecido recentemente, seu nome ainda ecoava na memória política nacional, principalmente devido ao seu papel nas articulações políticas que levaram as candidaturas vitoriosas à presidência da República, de Afonso Pena e Hermes da Fonseca, respectivamente. Tamanha desenvoltura política fazia com que o nome de Pinheiro Machado encontrasse boa ressonância no meio político mineiro e, por conseguinte, montesclarenses, pois *“tal habilidade política, reconhecida “miticamente” como própria aos mineiros, encontrava a sua mais típica manifestação em um estancieiro gaúcho, visto como caudilho, por natureza.”*<sup>164</sup> Assim, ao se comparar João Alves a Pinheiro Machado, procurava-se identificar no chefe local, a encarnação das supremas virtudes políticas atribuídas “miticamente” aos mineiros.

---

<sup>163</sup> Idem, Ibidem.

<sup>164</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Teatro do absurdo: A nova Ordem do Federalismo Oligárquico. Tese de Doutorado, apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, p.144.

Além disso, o discurso do artigo chama a atenção também enquanto discurso de força, de poder e virilidade. O político é destacado em função de seus dotes varonís, com os quais acaba arrebatando e dominando os seus adversários. Ao mesmo tempo, corrobora-se o ar paternal na atuação do político, realçando-lhe a bondade, o seu fascínio, a sua simplicidade e modéstia, e principalmente o seu caráter “humanitário”. Esse último aspecto citado pode ser considerado o principal baluarte da prática política do bacharel.

Político que contava com importante fonte de capital político ao seu alcance – nesse caso, a prática da medicina – não hesitou em procurar tirar o máximo proveito disso, contando para isso com o apoio da imprensa da cidade. Evidentemente, na qualidade de principal clínico da cidade, João Alves dispunha de extensa clientela, que em grande parte, ficava atrelada aos favores disponibilizados por ele.

Tal atrelamento traduzia-se na esfera política por um bom número de votos que estavam à disposição do médico nos embates eleitorais. Também é importante considerar que o bacharel dispunha de uma grande quantidade de votos, sem que para isso fosse necessário lançar mão de recursos mais extremos, como a violência. Aqui mais do que nunca, o paternalismo contrabalançou o aspecto coercitivo nas relações entre o chefe político e o seu eleitorado. Por tudo isso, a imprensa partidária do grupo dos irmãos Alves enfatizava o tom personalista e paternalista, com o artigo continuando a exaltar as qualidades do médico “humanitário”, fazendo inclusive questão de deixar claro que

*“(...) não é de hoje a sua ação enérgica e decisiva na sociedade; não são de ontem os seus rasgos de filantropia perfeita e de apóstolo acabado do bem em todos os sentidos; não são de agora essas demonstrações inequívocas e fulgurantes de seu caráter impoluto, de magnitude de seu coração bem formado, da grandeza de sua alma que sabe cultivar com carinho e desvelo,*

*a dignificante virtude da caridade e amor ao próximo. Datam de longe e têm o seu início no início de sua carreira clínica nesta cidade. Desde aquela época até hoje não teve o dr. João Alves um instante sequer de desfalecimento na trajetória de sua vida médica, nem mesmo em se tratando de adversários seus no terreno político”<sup>165</sup>.*

Ao se enfatizar o passado de dedicação do médico procura-se estabelecer uma certa continuidade com um passado não tão distante. Corroboram-se seus atributos humanitários, juntamente com a sua ação filantrópica, tendo em vista que até os seus adversários políticos foram objeto de sua dedicação. A respeito desses últimos

*“(...) parece que tratou e trata com maior e mais intensa dedicação, se possível é ampliar-se mais a órbita deste seu modo de proceder: dedicação na amizade, dedicação nos serviços médicos, dedicação no desempenho dos cargos eletivos e de confiança que sempre ocupou e ocupa ainda, dedicação, finalmente, em todos os seus ramos de atividade que é permitido a um homem exercer”<sup>166</sup>.*

O tom personalista do artigo do “Montes Claros” comprova a enorme contribuição da imprensa local na construção e difusão de todo um repertório de imagens centradas em torno da figura de João Alves. “Médico humanitário”, “apóstolo do bem” ou “apóstolo da caridade sertaneja” vão se constituir em importantes atributos de João Alves. A idéia-imagem de médico da pobreza vai encontrar aqui terreno fértil para sua disseminação. Essas representações vão se incrustar na memória coletiva local por muito tempo.

---

<sup>165</sup> *Montes Claros*. Montes Claros, dia 10 de abril de 1919.

<sup>166</sup> *Idem*, *Ibidem*.

### 3.2 – AINDA CONSTRUINDO UMA IMAGEM PÚBLICA: O CORONEL ANTONIO DOS ANJOS, O PACIFICADOR.

Outro político local que vai desfrutar de uma representação positiva na memória da população do município – assim como João Alves – vai ser o coronel Antônio dos Anjos. O nome do coronel Antônio dos Anjos vai estar sempre ligado a dois acontecimentos da história da cidade ao longo da década de vinte: A chegada da ferrovia e ao acordo de vinte e dois.

Sua imagem será associada a atributos que facilmente o identificam com esses dois acontecimentos. Primeiramente, sua imagem estará ligada aos elementos do progresso, pois foi em sua gestão à frente da câmara municipal que os preparativos para a chegada da ferrovia aconteceram, juntamente com as solenidades que marcaram as festas por ocasião da inauguração. No entanto, para que pudesse preparar a cidade para os festejos que comemorariam a chegada da locomotiva, teve que administrar o conflito existente na política local. Eis aí, o segundo aspecto a levarmos em consideração na construção da imagem de homem público do coronel Antônio dos Anjos, pela imprensa da cidade. Afinal era preciso que a elite montesclarenses estivesse unida para a celebração desse grande acontecimento. A respeito disso, certa revista escreveu em 1925, época em que o coronel era o então presidente da câmara, que

*“Quando as facções ou grupos políticos disputavam o poder há quatro anos passados, alguns cidadãos, desejosos de dar-nos a tranqüilidade e com ella inaugurar um período de prosperidade, foram buscal-o no remanso de seu lar honrado, onde vivia para a família e na lucta diuturna de seu trabalho. Convenceram-no de que devia sacrificar-se pelo bem público, e eil-o com o applauso de todos a trabalhar incessantemente em prol da grandeza do*

*município, a que tem dado todo o patriótico esforço de sua lúcida inteligência, trabalho incessante e honestidade sem macula*<sup>167</sup>.

No fragmento acima transcrito, fica óbvio o apelo ao coronel Antônio dos Anjos como elemento de concórdia, ponderação e equilíbrio. Nessa perspectiva, a imagem do coronel representa e encarna o homem velho, sábio e experiente. Sua figura simboliza também a tranqüilidade e a estabilidade, elementos que estavam ameaçados pelas disputas políticas locais no início dos anos vinte. Acima de tudo, as lutas políticas locais fracionavam a unidade política municipal. Nesse sentido, a figura do coronel Antônio dos Anjos simboliza também a união das duas facções políticas da cidade. Essa união, em torno do prestígio do coronel Antonio dos Anjos, é tida como condição indispensável para a efetivação do progresso do município.

É interessante observarmos que, nesse momento de conciliação dos interesses locais, a imagem do Coronel Antonio dos Anjos toma a feição do “chefe Salvador”, daquele que se sacrifica em benefício de uma causa pública. Raoul Girardet, em sua obra “Mitos e mitologias políticas”<sup>168</sup>, enfatiza que os momentos de crise, inquietação e insegurança favorecem a proliferação de mitos políticos, pois “*é nos “períodos críticos” que os mitos políticos afirmam-se com mais nitidez, impõem-se com mais intensidade, exercem com mais violência seu poder de atuação*”<sup>169</sup>.

No sistema de representações da cultura política montesclareense, Antônio dos Anjos é retratado como um verdadeiro mito político. Encaixa-se muito bem na classificação de Girardet, como o arquétipo que traduz a imagem do homem velho e

---

<sup>167</sup> *Revista Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1925.

<sup>168</sup> GIRARDET, Raoul. Op. Cit.

<sup>169</sup> Idem p.180.

experiente e que já exerceu grandes cargos políticos, retirando-se depois para um recanto modesto. Sua tarefa é apaziguar, proteger, restaurar.

Esse mito faz alusão a um passado ordeiro e glorioso, resgatado em função de socorrer o presente. Faz parte do discurso que compõe essa representação, o apego a determinados valores que correspondem à permanência, à conservação, à continuidade e à estabilidade. As principais virtudes desse tipo de Salvador devem ser a firmeza na provação, a experiência, a prudência, o sangue-frio, o comedimento e a moderação<sup>170</sup>.

Nosso personagem encarna todo um conjunto de valores e crenças presentes na tradição política local, como o apego à família, ao trabalho e à prosperidade. Em torno de sua personalidade se cristalizam emoções e sentimentos como, por exemplo, o sentimento presente na cidade, acerca de que seu nome à frente da câmara seria responsável por “inaugurar um período de prosperidade”. Girardet, enfatiza também, a presença do Salvador nos sistemas políticos contemporâneos afirmando que *“todo líder, todo chefe de partido, tende mais ou menos a tomar a fisionomia do Salvador”*<sup>171</sup>. Nesse sentido, o autor remete à questão do fenômeno da personalização do poder. O coronel se encaixa perfeitamente nesse quadro, pois sua figura se traduz em estabilidade, permanência, proteção. O coronel é visto como um homem de valor, honesto e trabalhador. Sua atuação assume um ar paternal. É aquele que com o seu prestígio vai preparar a cidade para a chegada da ferrovia. Conforme publicou a “Revista Montes Claros em foco”, durante

*“(…) quase oitenta anos, aquele coração bateu por Montes Claros. Ninguém serviu a sua terra com mais dedicação e ternura do que êle. O seu nome está ligado a tôdas as etapas do progresso de Montes Claros. Sonhou*

---

<sup>170</sup> GIRARDET, Raoul. Op. Cit pp. 73-80.

<sup>171</sup> Idem, p.188.

*com a energia elétrica, com as casas de ensino, com a água, a estrada de ferro. Mas não sonhou, apenas. Foi uma força atuante e decisiva para o êxito das iniciativas em benefício de Montes Claros. Homem de larga influência moral – conquistada através de uma vida de trabalho – ele sabia agir com inteligência e energia. Tinha a alma cheia de entusiasmo – que transmitia a todos. Era assim o Coronel Antonio dos Anjos”<sup>172</sup>.*

Aqui também encontraremos uma imprensa que serviu para produzir uma determinada dizibilidade e visibilidade acerca de um elemento da política local. Essas idéias e imagens serviram para a construção de todo um conjunto de representações em torno do coronel Antonio dos Anjos. Esse imaginário sedimentou-se na tradição política local por um certo tempo. A despeito disso, quase vinte anos após a morte do referido coronel, a imprensa local continuava reproduzindo essa imagem, principalmente no que se refere à ação empreendedora do coronel.

Homem dedicado, trabalhador e progressista constituem alguns dos atributos do coronel que são exaltados pela imprensa da época – é até pela imprensa de algumas décadas após a morte do referido coronel, conforme vimos. Seu nome vai estar ligado a “todas as etapas do progresso de Montes Claros”. Além disso, o nome do mesmo coronel vai estar ligado também à história da própria imprensa local, pois Antônio dos Anjos foi um dos primeiros homens a editar um jornal na cidade, o “Correio do Norte”, primeiro semanário editado regularmente e que circulou entre fevereiro de 1884 a fevereiro de 1891. Esse jornal era porta-voz do Partido Conservador em Montes Claros, e estava ligado aos interesses de indivíduos que apoiavam a parentela formada pelas famílias Veloso e Versiani. Antonio dos Anjos também era um membro da parentela Versiani, fato esse que, por si só, lhe conferia certo capital político advindo da tradição familiar.

---

<sup>172</sup> *Revista Montes Claros em foco*. Montes Claros, número 04, julho de 1957.

Sua base econômica provinha tanto de sua condição de proprietário quanto do seu comércio. Na política, pertencia ao grupo de coronéis que apoiavam os irmãos Alves – o deputado federal Honorato Alves, em Belo Horizonte e o Doutor João Alves na liderança municipal. A Revista de Minas Gerais, em 1925, traçava um breve inventário da vida do coronel, acentuando suas características de homem honesto e trabalhador, principalmente em prol do município. Vale a pena transcrevermos parte desse artigo sobre a vida do Coronel Antônio dos Anjos,

*“(...) filho de paes honrados e trabalhadores, nasceu neste município a 11 de fevereiro de 1861. Tendo feito o curso das aulas de latim e Francez do provector professor Ezequias Teixeira, matriculou-se na Escola Normal desta cidade em 1879, diplomando-se no ano seguinte e exercendo posteriormente o magistério na mesma escola, durante longo tempo. Foi o editor gerente do “Correio do Norte”, primeiro periódico que se editou nesta cidade, sob a redacção do Dr. Antonio Augusto Velloso, de saudosa memória. (...) O commercio por longos annos absorveu sua actividade, deixando-o com a mesma fama de honestidade que há gozado em todos os cargos que tem exercido. Fazendeiro e industrial, a política não o prende nem o seduz. (...) Será sempre o protótipo dos homens honestos, honrados e patriotas, e, como administrador, modelo, a ser imitado, de operosidade e dedicação ao bem público”<sup>173</sup>.*

Conforme já dissemos, ocorre a ênfase do caráter trabalhador do coronel, apelando-se para sua tradição familiar, pois era “filho de pais honrados e trabalhadores”. Professor, editor, comerciante, industrial e fazendeiro! Temos aí um coronel polivalente, modelo de administrador e protótipo de honestidade.

O comércio em si constitui elemento importante para a fundamentação da estrutura do coronelismo, tendo em vista, principalmente, que, via comércio, o coronel poderia manter ou até mesmo ampliar os seus “bens de fortuna”. Maria Isaura Pereira de Queiroz salientou a relevância da posse de bens de fortuna para a ascensão social e

---

<sup>173</sup> Revista Minas Gerais. Belo Horizonte, 1925.

política do coronel. Para ela a fortuna é condição *sine qua non* para que o coronel tenha a possibilidade de fazer favores. O comércio, então, atua nesse sentido como elemento fundamental, pois as “(...) *grandes fortunas rurais de um modo geral se assentaram, também, ou se associaram estreitamente ao exercício das atividades comerciais*”<sup>174</sup>.

A mesma autora insere, nesse contexto de coronéis cuja fortuna provinha de atividades ligadas ao comércio, os coronéis do vale do São Francisco. Ora, podemos perceber que a estrutura sócio-econômica da região de Montes Claros se enquadra dentro desse contexto, embora a estrutura coronelística de Montes Claros guarde algumas peculiaridades em relação ao conturbado vale do São Francisco, principalmente a parte baiana, do início do século XX.

O coronel Antonio dos Anjos, então, se identifica como uma espécie de “coronel comerciante”, ou seja, aquele que possuía “bens de fortuna” adquiridos em grande parte pela via do comércio. Não podemos deixar de considerar, também, a importância da parentela e das qualidades pessoais para o exercício de algum tipo de chefia política. A mesma autora citada anteriormente afirma que

*“(...) o mando político do coronel era resultante de sua posição econômica, em primeiro lugar, que dava ao indivíduo a possibilidade de exercício do poder colocando-o em situação de fazer favores; a existência da parentela era condição importante de apoio para a conservação do poder dentro do conjunto de parentes; mas entre os parentes, o chefe por excelência era aquele que apresentasse as qualidades indispensáveis: o grande coronel era sempre um primus inter pares”*<sup>175</sup>.

Possuidor de fazendas e casas de comércio, amparado pela parentela Versiani, e dotado de algumas qualidades que o credenciavam para o exercício do mando político, o coronel Antonio dos Anjos teve sua imagem projetada, em larga

---

<sup>174</sup> QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. Op Cit, IN: *O Coronelismo Numa . . .*, pp 173-174.

<sup>175</sup> Idem, p.178.

medida, devido à chegada da ferrovia na cidade. Já fizemos referência à ligação do seu nome com elementos relacionados com o progresso de Montes Claros.

Porém, é interessante observarmos que o mesmo já possuía uma reputação de honestidade, trabalho e honra. Muito antes do advento da ferrovia, Antonio dos Anjos já desfrutava de uma imagem carregada de elementos que o identificavam com o progresso do município. Acrescenta-se a isso um outro elemento. Antônio dos Anjos foi o nome escolhido para encabeçar a presidência da câmara municipal no acordo entabulado pelas duas facções políticas locais em 1922. Esse último elemento, por si só, já ilustra a grande projeção do coronel, bem antes da chegada do trem de ferro, em 1926.

Devido a esse último fato, não podemos deixar de mencionar que a imagem do coronel também se revestirá de atributos que o identificam diretamente com as idéias de equilíbrio, ponderação e concórdia. Por ocasião da morte do coronel Antonio dos Anjos, a imprensa local vai destacar e enfatizar esses aspectos, contribuindo assim para a disseminação de sua imagem política de homem pacificador. Conforme a gazeta noticiou, o coronel Antonio dos Anjos como “(...) *político, foi um precioso elemento de equilíbrio e concórdia; um mediador sereno e justo entre as facções que se digladiavam, ocupando por suas atitudes ponderadas e positivas, lugar de destacado prestígio entre adversários e correligionários*”<sup>176</sup>.

Portanto, a imagem do mediador respeitado até pelos seus inimigos políticos por suas atitudes de equilíbrio e ponderação faz parte do acervo das representações em torno do mencionado coronel. Essas representações se tornaram parte do imaginário político montesclareense.

---

<sup>176</sup> *Gazeta do Norte*. Montes Claros, 30 de março de 1940.

Contudo, as representações que povoam o imaginário político local estariam incompletas se não mencionássemos a imagem criada em torno de dois políticos da região e que desfrutaram de uma imagem positiva durante a sua vida política e se tornaram modelos de correção e virtude cívica. Camilo Prates e Francisco Sá, de fato, vão gozar de indiscutível prestígio na tradição política local. O primeiro, através de sua atuação como deputado federal, por mais de duas décadas. O segundo, por uma atuação política, cuja projeção extrapolou as fronteiras do Estado. Primeiramente, vamos observar as representações ligadas à pessoa de Camilo Prates, destacando já a atuação da imprensa, também, na construção das mesmas.

### 3.3 – OUTRA IMAGEM: CAMILO PRATES, O ABSENTEÍSMO CONSTRUTIVO.

Na confecção de uma imagem positiva do deputado Camilo Prates, a ação da imprensa partidária foi de fundamental importância. O deputado contava com o apoio declarado do jornal “Gazeta do Norte”, fundado no início de 1922 pelo bacharel José Tomaz de Oliveira, que era, na época, um dos esteios dos partidários de Camilo Prates, um ex-professor que se enquadrava naquilo que Vitor Nunes chama de liderança absentéista. Atingiu a deputação e só comparecia à cidade de tempos em tempos. Um membro de sua parentela chefiava o seu grupo que constantemente se envolvia em atritos com a facção rival, pela disputa do controle da câmara municipal. Classificamos também o caso de Camilo Prates, naquilo que Eul Soo Pang chama de “coronel-burocrata”, ou seja, como aquele que lidera uma facção do Partido Republicano – nesse

caso, uma facção restrita ao nível local. O coronel-burocrata é um político profissional que obtém favores oficiais<sup>177</sup>.

Com relação ao seu capital político, dois aspectos merecem destaque. Primeiramente, deve-se considerar que se tratava de um político profissional. Havia sido deputado provincial no Império, intendente municipal e finalmente deputado federal por mais de duas décadas. Isso, por si só já representava importante capital político. O segundo aspecto contribuía ainda mais para valorizar o capital político adquirido, e se tratava da tradição de sua poderosa parentela.

O Ex-liberal Camilo Prates era o chefe de sua parentela, cuja composição contava também com a presença da importante família dos Chaves. Além disso, o deputado era ligado via lado materno à família Sá, o que consolidava mais ainda o poder de sua parentela. Tendo em vista isso, desfrutava de bom trânsito junto à pessoa de Francisco Sá. O seu nome também está ligado à imagem do progresso na cidade, principalmente à chegada da ferrovia. Seu nome muitas vezes vem associado, na imprensa, ao nome do ministro da viação Francisco Sá.

Durante os festejos comemorativos do centenário de seu nascimento, a “Gazeta do Norte” publicou um discurso sobre o deputado que reflete boa parte de sua imagem sedimentada e difundida pela imprensa e por seus partidários. Nesse discurso, procura-se enfatizar a ação do deputado em prol do benefício da cidade, vinculando-o ao nome do ex-ministro Francisco Sá, que era tido como o grande responsável pela vinda da ferrovia. Segundo a “Gazeta”

*“(...) Camilo Prates foi, por excelência, político. A política encheu sua vida desde os 20 até os 80 anos. Viveu Intensamente. Na política encontrou seus grandes amigos e experimentou as maiores emoções. Com a política ele*

---

<sup>177</sup> PANG, Eul Soo. Op. Cit, p. 59.

*amou e serviu Montes Claros. E Montes Claros durante 50 anos vibrou em torno de sua figura extraordinária. Liberal de raça, abolicionista, tribuno ardoroso, defensor intransigente da justiça e do direito, Camilo Prates foi o grande líder do Norte de Minas. Ele sentia as reivindicações de sua gente. Seus atos, suas causas traduziam sempre os desejos, as esperanças, os sentimentos e os anseios (sic) daqueles que o apoiavam e que acompanhavam vivamente emocionados, mas absolutamente confiantes a marcha de seus argumentos até o desfecho final sempre vitorioso. Da política, como falei, Camilo Prates tirou quase tudo. Só não tirou dinheiro. Camilo Prates, que ocupou posições as mais destacadas, deputado federal durante vários anos, quase irmão de Francisco Sá – duas vezes ministro da viação – ele teve as melhores oportunidades para exercer funções meramente renumeradas ou conseguir empresas altamente lucrativas. Entretanto sua estatura moral o traço predominante de seu caráter faziam-no voltar as vistas para as causas do povo. Suas atitudes, sempre bem definidas, não constituíam artigos de negócio, pois a riqueza em dinheiro não estava entre os objetivos de sua vida.(...)”<sup>178</sup>.*

O trecho acima destaca a atuação política de Camilo Prates. Observa-se a presença do nome do ex-ministro da viação Francisco Sá, “quase irmão” do deputado. Salientamos, também, que no trecho acima fica bastante visível que Camilo Prates era realmente um político profissional, pois “a política enche sua vida desde os 20 até os 80 anos”. Acima de tudo, procura-se reforçar uma imagem de modelo de honestidade e comprometimento com as causas da população tendo em vista que “o traço predominante de seu caráter faziam-no voltar às vistas para as causas do povo”. Portanto, a tradição e a força de sua parentela, juntamente com o seu habitus adquirido em sua longa vida parlamentar era os ingredientes constitutivos de seu capital político.

Em uma outra ocasião, quando o deputado ainda estava vivo e fazia uma viagem a Montes Claros, o mesmo jornal camilista vai dar exagerado destaque à recepção montada para a chegada do político à cidade. Vai procurar-se dar um tom de manifestação de cunho popular para a recepção ao político através da ênfase do

---

<sup>178</sup> PAULA, Hermes de. IN: *Gazeta do Norte*. Montes Claros, 24 de janeiro de 1960, p. 01.

envolvimento de uma grande quantidade de pessoas e cavaleiros. A entrada do deputado na cidade foi descrita dessa maneira pela imprensa camilista:

*“(...) Às 4 horas da tarde, mais de 500 pessoas inclusive familiares e cidadãos da maior distinção – precedidos da philarmonica “Euterpe Montesclareense” foram, a pé, receber na entrada da cidade o querido representante do povo mineiro. Pelas cinco horas aproximadamente o Snr. Deputado Camilo Prates, acompanhado de cerca de 400 cavaleiros, chegou ao subúrbio da cidade, denominado Rosário, onde o esperava imensa multidão, assim como a referida banda de música. (...) o que então se viu, foi, sem exagero, uma estupenda apotheose. Quase mil pessoas erguiam, ao mesmo tempo, repetidos, calorosos e entusiásticos vivas ao Snr. Deputado (...)”<sup>179</sup>.*

A “gazeta”, que cobriu a entrada do deputado na cidade procura dar uma dimensão popular a manifestação, superdimensionando a participação da população no evento. “Quase mil pessoas” receberam o deputado. Aqui, temos também um discurso pronunciado – e publicado no mesmo artigo supracitado, para saudar a chegada do deputado, em que o orador reforça a participação da população na cerimônia e procura justificar a manifestação, pois o

*“(...) povo de Montes Claros, em sua grande maioria, sente-se jubiloso e freme de alegria ao ver V. Exa. de novo, nesta terra, a que tem servido, com amor e dedicação, em quase 40 anos de vida pública. (...) O município de Montes Claros deve-lhe serviços de suma importância, quer como parlamentar, quer como professor e ainda advogado. (...) O Norte de Minas aclama o seu nome, como o de um verdadeiro benemérito. (...) Foi a recepção mais brilhante que o povo de Montes Claros já levou a efeito. Foi uma glorificação”<sup>180</sup>.*

Um “verdadeiro benemérito”, por isso a manifestação levada a efeito pelo “povo de Montes Claros”, que recebe o seu deputado de forma alegre e jubilosa. Procurava-se passar a imagem de um líder querido e adorado pelo povo. Uma liderança

---

<sup>179</sup> *Gazeta do Norte*. Montes Claros, 09 de outubro de 1920, p.01.

<sup>180</sup> *Idem*, *ibidem*.

que mesmo depois de atingir uma deputação federal continuava comprometido com o progresso do seu município. Procurava-se, acima de tudo construir uma imagem do deputado que reduzisse o impacto de seu absenteísmo e do contexto em que se dava o seu regresso.

Não podemos deixar de fazer alusão ao contexto em que se deu a visita de Camilo Prates ao município. Depois de um interregno de mais de dois anos, após o tiroteio de 1918, e que culminou com algumas mortes e vários feridos, o deputado retornava a cidade. O grupo que lhe garantia sustentação política – os chamados camilistas – procurava dar ao acontecimento uma conotação popular, ou seja, a entrada do deputado se fazia travestida de uma verdadeira aclamação da população. Tal fato, aos olhos dos seus partidários, revestia-se de desagravo devido às circunstâncias que tiveram início logo após os acontecimentos de 1918. Daí a cerimônia de entrada do deputado na cidade expressar um certo ar de desabafo dessa facção política, ao mesmo tempo que conferia a Camilo Prates uma imagem de querido e adorado pela população da cidade.

Camilo Prates era recebido como um verdadeiro benemérito, com direito à festa, manifestação de uma parcela da população e discurso proferido em sua homenagem. Seus partidários, ao longo da década de 1920, vão fazer um esforço para associar o seu nome ao nome de Francisco Sá e ao acontecimento mais aguardado pela comunidade local na época: a chegada da ferrovia. Quanto a esse último aspecto, a ferrovia era, desde o final do século XIX, a maior reivindicação da elite do norte de Minas ao governo federal.

A ferrovia foi inaugurada na cidade, à época em que o ministro da viação era justamente Francisco Sá, que, por dois governos consecutivos, foi o detentor da

pasta, durante o governo do paraibano Epitácio Pessoa e na gestão de Artur Bernardes à frente da presidência da República.

A tradição política local atribui a Francisco Sá a chegada dos trilhos à região. Nesse aspecto, ambas as facções que disputavam o controle da política local vão estar de acordo. Diante dessa unanimidade, o nome de Francisco Sá transitará com relativa facilidade nos discursos dos dois grupos. Expressões como “o grande amigo de Montes Claros”, “o grande filho do Norte Mineiro” e outras vão povoar as páginas da imprensa local produzindo uma dizibilidade e uma visibilidade em torno do nome do ministro. Para corroborar o bom trânsito que Francisco Sá desfrutava no seio da elite local – tanto no meio camilista quanto no meio dos partidários dos irmãos Alves –, não podemos deixar de mencionar a reunião na câmara municipal onde foi sancionada sob a forma de lei municipal, uma homenagem ao “grande amigo de Montes Claros”. A respeito disso assim se pronunciou a imprensa local:

*“A Câmara Municipal desta cidade, votou em dias da semana finda uma lei que merece os mais francos applausos. Trata-se de concorrer para que seja levada a efeito a projetada homenagem ao grande filho do Norte Mineiro, o illustre Dr. Francisco Sá, a qual consistirá, como já se sabe, na ereção de um monumento que perpetuará o nome do preclaro ministro, idealizador da grande longitudinal, já bem adeantada, graças a sua benéfica e enérgica actuação. O Dr, Alfredo Coutinho, actual Presidente da Câmara sancionando essa lei, deve ter sentido o jubilo que enche o coração de todos os Montesclarenses, anciosos par que em frente a estação da Estrada de Ferro Central que elle trouxe a estas plagas, erga-se magestosa a figura sympatica do illustre amigo de Montes Claros” (Grifos meus)<sup>181</sup>.*

O grupo camilista, inclusive, vai tentar tirar proveito do fato de Camilo Prates possuir um parentesco com o ministro da viação. Segundo Simone Narciso Lessa, a chegada da ferrovia na região significou “*em certa medida uma vitória para*

---

<sup>181</sup> *Gazeta do Norte*. Montes Claros, 6 de outubro de 1928, p.01.

*uma facção da elite que estava em constante disputa pelo poder local, representada pelo deputado federal Camilo Prates (...), contra a família Alves, mais poderosa, representada pelo deputado federal Honorato Alves”<sup>182</sup>.*

Sendo assim, nada mais natural do que a facção camilista procurar tirar proveito dessa situação, procurando sempre associar o nome de Camilo Prates à imagem de Francisco Sá. Contudo, a mesma autora está de acordo com o fato de que o nome de Francisco Sá era tido como o grande responsável pela chegada dos trilhos, também pela outra facção que era ligada ao deputado Honorato Alves, conforme tentaremos demonstrar um pouco à frente.

### 3.4 – IMAGENS DO PROGRESSO: FRANCISCO SÁ, TOCADOR DE OBRAS.

Na ocasião da primeira visita do ministro a Montes Claros, quando foi inaugurado o trecho que ia até Bocaiúva, em 1924, foi organizada uma grande festa para a recepção de Francisco Sá e sua comitiva. A imprensa local acompanhou toda a movimentação em torno dos preparativos para a recepção do ministro. Ao observarmos os artigos que efetuaram a cobertura do evento, podemos perceber que a figura de Francisco Sá vai ganhar uma enorme projeção. Nesses discursos, ele sempre aparecerá como o grande responsável pela implantação da ferrovia. Assim sendo, projetar-se-á a representação de Francisco Sá como o “grande vulto do Norte de Minas”. Para Simone Narciso Lessa,

*“Francisco Sá, protagonizaria as festas e cerimônias, como um sacerdote protagoniza um ritual. Na tradição ele aparecerá como único responsável*

---

<sup>182</sup> LESSA, Simone Narciso. Montes Claros – *uma cidade nas principais vias do sertão*, in: Cadernos Caminhos da História. Montes Claros, v4, n°4, p.95, 1999.

*pela implantação da ferrovia. A festa para o ministro foi um marco: “O Grande dia de Montes Claros”. Ela é organizada passo a passo, com antecedência, no espírito do coronelismo da época, para impressioná-lo, enaltecendo-o. A cidade viveu integralmente a festa, antes e depois desta, que foi feita com todos os noeclassimos”<sup>183</sup>.*

Conforme a autora destacou, era fato consensual entre as duas facções – honoratistas e camilistas – que Francisco Sá era tido “como único responsável pela implantação da ferrovia”. Esse aspecto justificava inteiramente a preparação das comemorações que marcaram o evento. A respeito ainda do consenso das facções em torno do fato de ser Francisco Sá, tido como o único responsável pela chegada da ferrovia, a mesma autora não deixa nenhuma dúvida quando enfatiza que, “*nas comemorações a presença de ambas as facções era marcante*”.<sup>184</sup>

Compartilhamos da mesma opinião da autora acerca desse fato. Para corroborar esse argumento – da unanimidade do nome do ministro da viação como o responsável pela chegada da ferrovia – podemos retomar a reunião da câmara municipal, que sancionou a lei que projetava a confecção de um monumento para homenagear Francisco Sá e que foi transcrita anteriormente. Naquela seção tivemos a oportunidade de verificar que o presidente do legislativo, Alfredo Coutinho, juntamente com o restante do legislativo votou de forma favorável a homenagem ao “ilustre amigo de Montes Claros”. Alfredo Coutinho era membro da facção honoratista e esse grupo, detinha a maioria do legislativo na ocasião. Portanto, se os partidários do deputado federal Honorato Alves não tivessem reconhecido Francisco Sá como o “único responsável” pelo advento da ferrovia, provavelmente a lei da referida homenagem ao ex-ministro da viação do governo Bernardes, não teria sido aprovada.

---

<sup>183</sup> LESSA, Simone Narciso. Op. Cit, p.91.

<sup>184</sup> Idem, p.95.

A imprensa local contribui enormemente para a difusão da idéia de que Francisco Sá, através de sua atuação à frente do ministério da viação, foi o único responsável pela implementação da ferrovia. O tom da maior parte dos artigos é impregnado por um verdadeiro culto ao ministro. No imaginário coletivo da cidade, o nome de Francisco Sá sempre estará associado à chegada da ferrovia. Como podemos verificar, a imprensa local vai colocar Francisco Sá em uma posição de grande benemérito, procurando inclusive refutar as acusações de bairrismo atribuídas à atuação do ministro. Conforme a gazeta, a região do Norte de Minas sempre foi alvo do esquecimento dos governos, ficando abandonada

*“(...) a um plano tal que quando apareceu um homem, com prestígio no governo, que se lembrou de fazer algo por essa zona, logo se disse que havia nisso muito de bairrismo, não faltando ainda as inúmeras calúnias, para denegrir o grande esforço, cujos resultados, apesar de patentes, só querem ver aqueles que são de verdade brasileiros patriotas. (...) Quando em Minas se menos presa o trabalho herculeo e patriótico do grande estadista que é Francisco Sá, calcule-se o que se dirá em outras plagas em que se diz que ele, sendo mineiro e filho do Norte de Minas, nada mais fez do que dotar a região em que nasceu de um melhoramento importante, qual a estrada de ferro. (...) Esquecem os detractores do grande ministro que, levando a Central ao Norte Mineiro ele intensificava a ligação de uma ferrovia interestadual e mais a ligação do traçado brasileiro de Norte a Sul.(...) Sem a atuação patriótica e carinhosa do ilustre patricio então ministro da viação, jamais chegaria aqui, a estrada de ferro, pois não foram poucas as vezes, durante as quaes o ilustre mineiro teve que empregar grandes recursos para que os empreiteiros cumprissem os seus compromissos, realizando em tempo suas tarefas”<sup>185</sup>.*

“Grande ministro” e “grande estadista” constituem apenas algumas expressões evocadas pela imprensa local para qualificarem Francisco Sá. Salienta-se sua ação não apenas em prol do Norte do Estado, mas também em prol do “traçado brasileiro de Norte a Sul”, obra de um “trabalho hercúleo e patriótico” do “grande

---

<sup>185</sup> *Gazeta do Norte*. Montes Claros, dia 01 de julho de 1928, p. 01.

estadista”. Ao ressaltar a ação do ministro na ligação ferroviária de Norte a Sul, o artigo procurava atacar os críticos e adversários do ex-ministro – lembrando que o artigo foi escrito por ocasião do segundo aniversário da chegada da ferrovia na cidade –, portanto quando Francisco Sá já havia deixado a pasta da viação.

Em torno da figura do ministro Francisco Sá, consolidava-se também a imagem de um benemérito, não só de um benemérito cuja atuação tenha se limitado à região do norte do Estado, mas também a todo o país, pois todo

*“(...) o seu passado de parlamentar e administrador é uma batalha em prol da nação. (...) Articular o corpo imenso do Brasil, eis todo o seu programma. (...) O problema da unidade nacional está intimamente ligado ao do melhoramento da vida sertaneja. O pensamento primordial da sua administração tem sido o de semear trilhos pelo sertão. Montes claros já está colhendo os grandes fructos dessa prodigiosa sementeira mecânica(...)”<sup>186</sup>.*

Portanto, evocava-se até o passado parlamentar do ministro para enfatizar a sua luta em prol da nação. Ao dotar o sertão de importante melhoramento, consolidava-se a unidade da nação. Diante disso, o esforço do ministro assumia uma conotação patriótica e não bairrista.

No mesmo ano da inauguração dos trilhos em Montes Claros, a elite local resolveu expressar a sua gratidão ao ministro através da construção de um monumento em bronze a Francisco Sá. A imprensa local apoiou entusiasticamente a idéia e tratou de se mobilizar no sentido de justificar a construção do monumento. O diretor da Gazeta estampava na primeira página do seu jornal um artigo louvando as qualidades do ministro. No artigo, procurava-se justificar a necessidade da homenagem para um

---

<sup>186</sup> *Gazeta do Norte*. Montes Claros, dia 11 de julho de 1926, p. 01.

*“(...) nome acatado em todo o Brasil, por ser uma das figuras mais eminentes do governo actual; querido bastante nos dous grandes Estados. Minas ao sul e Ceará ao norte; idolatrado na região mineira que se orgulha de ter sido seu berço.(...) As grandes qualidades que o exornam, quer no carácter de homem público, quer como particular, tem-lhe angariado as sympathias de todos os brasileiros. (...) Ainda há pouco o nosso illustre representante, deputado Camillo Prates escrevia em artigo publicado no “O jornal” brilhante matutino carioca as seguintes palavras: “nada valerá comprar armamentos, adextrar (sic) soldados, preparar enfim a defesa nacional, por mil modos se tudo isso fica sem préstimo, ante a hypothese de se annullarem as relações entre os brasileiros do Sul e os do Norte e Nordeste.”(...) Pois bem: para que esteja o Brasil ligado de Norte a Sul, é necessária essa grande longitudinal. Empreendimento que devemos ao seu alto descortínio e a sua atuação energica e patriótica.(...)Idealizando essa longitudinal, e ainda mais pondo-a em execução, tal como tem feito, sem desfalecimentos, através de todas as dificuldades, o dr. Francisco Sá veio trazer para este Estado e muito principalmente para o norte mineiro uma situação de progresso que se manifestará fatalmente pelo desenvolvimento de suas grandiosas possibilidades economicas.(...) Esse Norte não pode e nem quer ser ingrato e por isso, há dias, em uma grande reunião, onde se encontravam representantes de todas as classes sociais, todos os elementos representativos desta cidade, foi exposta pelo representante de nossa folha, ali presente, e acolhida com entusiasmo a idéia de ser levantado em monumento ao illustre ministro da viação, o qual seria inaugurado por occsião de chegar aqui a estrada de ferro”<sup>187</sup>.*

Mais uma vez é lembrada a ação “enérgica” e “patriótica” do ministro na articulação do Brasil. Apela-se também para as qualidades do ministro, ressaltando o seu carácter de homem público. Também no texto citado é feita a relação entre o norte do Estado e a situação de falta de progresso em que vive. Agora, graças à atuação do ministro, o norte do Estado vai poder contar com a chegada do progresso, pois a vinda da ferrovia era entendida como condição *sine qua non* para isso.

Observando o texto, corrobora-se outra afirmação feita em nossa pesquisa em algumas páginas anteriores: a de que os camilistas vão tentar tirar proveito sempre que puderem relacionar o nome de Camilo Prates ao do ministro. O diretor da Gazeta – que era um dos principais partidários do deputado Camilo Prates, transcreve

---

<sup>187</sup> *Gazeta do Norte*. Montes Claros, dia 13 de janeiro de 1926, p. 01.

um artigo publicado em um jornal carioca, do “ilustre representante”, ou seja, do deputado Prates, onde este enumera razões de ordem estratégica, de “defesa nacional”, para que seja construída a grande longitudinal. Evoca-se inclusive a necessidade urgente de se configurar as relações “entre os brasileiros do Sul e os do Norte e Nordeste”, e, para tal, justifica-se, portanto, a construção da ferrovia.

Diante dos benefícios que o ministro propiciava para a região norte do Estado, seria uma ingratidão se o povo da região não expressasse a sua gratidão através de uma homenagem ao “grande amigo do norte”.

Embora apresentada como produto do desejo da gratidão do povo do norte do Estado – encontravam-se na reunião “representantes de todas as classes sociais –, ficava claro que se tratava de fato da expressão do grupo dirigente composto pela elite de coronéis e bacharéis da cidade de Montes Claros.

O projetado monumento, dentro da tradição política local fortemente impregnada pelo personalismo e pelo paternalismo, cumpriria o discurso reproduzido na imprensa local que enaltecia o “grande filho do norte mineiro”, aquele que com sua “atuação enérgica e patriótica” realizava o tão acalentado sonho da chegada do trem de ferro. O monumento a ser construído emprestaria vida a esse discurso, tornando Francisco Sá visível. Imortalizado no bronze, o ministro se inseria no cenário monumental do espaço urbano de Montes Claros.

O monumento foi oficialmente inaugurado por ocasião da comemoração do centenário da instalação da vila de Montes Claros, em meio a festas e foguetórios. Construído em uma praça, de frente para a estação da central do Brasil, o monumento poderia ser facilmente contemplado por um relativamente grande número de pessoas, pois a Estação passava a se constituir em importante ponto de afluxo popular.

Além de embelezar o espaço público, o monumento também cumpriria objetivos políticos e didáticos. Como monumento, na verdadeira acepção do termo, a estátua buscava perpetuar um personagem: Francisco Sá. Buscava-se associar esse personagem com um acontecimento: a chegada dos trilhos da Central do Brasil. Trazia em si, também, uma significação embutida, cumprindo assim um papel didático. Ao unir personagem e evento, serviria de verdadeiro instrumento de educação política conservadora a serviço dos grupos dominantes locais, principalmente devido à associação simbólica da imagem do ministro, com o ideal do patriotismo – a atuação do ministro representou a consolidação da união dos brasileiros, materializada na ferrovia grande longitudinal que ligaria o Norte/Nordeste ao Sul.

Ao chamar-nos a atenção para essa homenagem que a elite política local projetou para o ministro, nossa abordagem não procurou enfatizar as múltiplas funções simbólicas de um monumento em si. Mas o monumento como lugar de memória e o papel desta como elemento essencial na análise da cultura política local. Sua contribuição para a revelação de uma tradição política conservadora, calcada em elementos como o personalismo e o paternalismo, elementos esses que configuram o coronelismo.

Acima de tudo, ressaltamos o papel da imprensa na cultura política da cidade, fornecendo aos indivíduos e grupos chaves de leituras da realidade social de um determinado universo cultural. Como a cultura política não é uma mensagem unívoca, pois resulta de uma multiplicidade de fatores e influências diversas resultantes dos vários vetores por onde passam a integração da cultura política (família, escola, igreja, partidos e imprensa), cabe, no caso da análise da importância da imprensa como elemento revelador de uma certa cultura política, uma importante consideração: sua

leitura da realidade é passível de um processo de constante reelaboração para a edificação de um universo político-cultural.<sup>188</sup>

A imprensa local, principalmente devido às suas ligações político-partidárias, vai se confrontar em torno da construção de diferentes visões do político. Esses vetores vão procurar lidar, por exemplo, com a questão da violência de forma a minimizar ao máximo a atuação dos seus partidários, enquanto que com relação aos seus adversários procura-se superdimensionar a sua conduta violenta.

Para uma análise melhor desses embates entre a imprensa local – imprensa camilista versus a imprensa partidária dos Alves –, procederemos ao estudo de um acontecimento na cidade que se insere dentro da conjuntura nacional que antecede à chamada Revolução de 1930. Tal conjuntura vai contribuir para o rompimento de uma trégua iniciada em 1922, que, embora já capengava desde o pleito municipal de 1927, tinha arrefecido as lutas entre as facções políticas locais.

Esse acontecimento, na verdade, trata-se de um tiroteio que teve o envolvimento de figuras de destaque no cenário político estadual e nacional. Suas repercussões e implicações contribuíram para tornar o clima político no município e no Estado mais instável, antecedendo de fato, ao movimento que derrubou a República Oligárquica. Tais acontecimentos se tornaram conhecidos no legendário local como os “acontecimentos do 6 de fevereiro de 1930”. Em torno desses acontecimentos, bem como de suas implicações, a imprensa local vai travar uma verdadeira batalha, cada grupo procurando incriminar a facção contrária. Os velhos ressentimentos vão voltar à tona. Antigas querelas serão desenterradas. Uma chuva de acusações vai impregnar as páginas dos noticiários locais.

---

<sup>188</sup> BERSTEIN, Serge. Op. Cit, p. 379.

O clima que antecedeu o tiroteio, o tiroteio e suas versões, assim como as implicações da violência – principalmente as repercussões do fato nos veículos locais – serão objeto de nossa análise no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO IV**

### **AUTORIDADE, REPRESSÃO E PATERNALISMO: COMPONENTES ESSENCIAIS DA CULTURA POLÍTICA MONTESCLARENSE.**

#### **4.1 – O CLIMA QUE ANTECEDE O “DIA SEIS DE FEVEREIRO”.**

Os antecedentes dos eventos que culminaram no tiroteio de fevereiro, na verdade, situam-se bem antes – cerca de pelo menos quinze anos antes – da disputa eleitoral de 1930. Conforme já aludimos, tais antecedentes estão relacionados com as disputas políticas em que se envolveram os dois grupos locais, os camilistas – que seguiam a orientação política do deputado federal Camilo Prates –, e os honoratistas – que seguiam a orientação do deputado federal Honorato Alves e do seu irmão João Alves.

Tivemos a oportunidade de evidenciar alguns aspectos envolvidos nessas disputas, bem como atentar para a existência de momentos em que os grupos procuravam se entender e entabular os acordos. Para essa análise, interessa-nos reportarmos ao acordo de 1922, mais especificamente, o momento em que o acordo começava a ruir e as competições e rivalidades começavam, mais uma vez, a aflorar. Vimos que a nova câmara que tomou posse em 1927, sucedendo ao quadriênio do coronel Antônio dos Anjos, foi alvo de diversos recursos no tribunal. Vimos também que a escolha do novo presidente da câmara não representou consenso entre as duas facções.

Nesse clima de desentendimentos, o acordo começou a dismantelar. O presidente da câmara, o bacharel José Corrêa Machado, não chega a completar um ano à frente do cargo. Ele renuncia e a câmara, mais uma vez, não chega a um entendimento sobre a escolha do novo presidente. Acerca da sessão que tratou da renúncia de José Corrêa Machado, assim noticiou a imprensa local:

*“Na tarde de ante-hontem, reuniu-se a câmara municipal afim de tratar da renúncia do seu presidente o Sr. Corrêa Machado, elegendo o seu substituto.*

*Compareceram a sessão os srs. Vereadores Alfredo Coutinho, Pedro Velloso, Carlos dos Santos, Marciano Alves Mauricio, João Nobre de Oliveira, Etelvino Teixeira de Carvalho e o suplente de vereador sr. Jason Gero.*

*Logo depois que o Sr. Corrêa Machado depoz, nas mãos do vice-presidente Pedro Velloso, o cargo, e que este assumiu a presidência, levantou-se o Dr. Coutinho que falou bastante tempo e teceu muitos elogios ao presidente que deixava o cargo e lastimou que tal se desse, no que foi secundado pelos vereadores Carlos dos Santos e Dr. Marciano Mauricio, que também proferiu bello discurso.*

*Depois de posta em votação a renuncia, foi esta acceita pelos vereadores, em vista das suas razões de ser, unanimemente.*

*Em seguida, quando Já se dispunham a fazer a eleição do novo presidente o Dr. Alfredo Coutinho levantou a preliminar de que o suplente de vereador Jason Gero não podia votar para a eleição do novo dirigente municipal, por motivo de não estar legalmente convocado para aquella sessão. Travaram-se acalorados debates sobre a pendência, entre o vereador Corrêa Machado que defendeu a convocação e Alfredo Coutinho e Marciano Mauricio que a rejeitavam, chegando no ponto do vereador Jason Gero abrir mão de seu voto. Continuaram os debates e então o vereador Alfredo Coutinho propoz ao Snr. Presidente que decidisse a questão que julgava de direito – si devia ou não o Snr. Jason Gero votar – afim de que elle e os seus companheiros tomassem a resolução que melhor lhes conviesse.*

*Decidiu o vice-presidente em exercício que devia o Snr. Jason votar, o Dr. Coutinho declarou que então se retirava do recinto, no que foi imitado pelos Snrs. Carlos dos Anjos, Carlos dos Santos e Dr. Marciano Mauricio, não se fazendo, pois, a eleição do novo presidente e convocando se então outra sessão para a tarde de ontem, na qual não houve número, comparecendo apenas os Snrs. Drs. Pedro Velloso, Dr. Alfredo Coutinho e Cap. Carlos dos Anjos.*

*Dessa forma, está como governador do município, interinamente, o Snr. Dr. Pedro Velloso, vereador especial pelo distrito de Juramento”<sup>189</sup>.*

---

<sup>189</sup> Gazeta do Norte. Montes Claros, 19 de novembro de 1927, p.01.

O trecho citado não esclarece os motivos que levaram Corrêa Machado a renúncia, apenas indica que à renúncia foi aceita “em vista das suas razões de ser, unanimemente”. Tendo em vista isso, seja lá qual for a razão, o pedido de renúncia foi aceito de forma unânime pela câmara. Não conseguimos mais documentos e outros registros que nos ajudassem a esclarecer a natureza dessa atitude do presidente Corrêa Machado. Ao que nos parece, seu procedimento possui relação com os recursos que deram entrada no tribunal de apelação, alegando irregularidades na última eleição municipal.

O trecho citado, porém, não deixou dúvida quanto a um aspecto: o desentendimento dos vereadores em relação à eleição do sucessor do presidente Corrêa Machado. O vice-presidente, Dr. Pedro Velloso, pertencia ao mesmo grupo do ex-presidente, o grupo camilista. Portanto, para o outro grupo, os honoratistas, não seria interessante que ele fosse eleito o presidente. Nesse caso, tratava-se de impedir que o suplente de vereador, Jason Gero, participasse da eleição (tivesse direito de voto) pois, assim, os camilistas não conseguiriam a maioria na câmara, logo, não fariam o presidente.

Já o grupo camilista tinha total interesse em que o suplente votasse, pois assim poderia obter a maioria e eleger o Dr. Pedro Velloso na presidência do legislativo municipal. Conforme vimos, quatro vereadores abandonaram o recinto, sendo todos eles pertencentes ao grupo honoratista, impossibilitando, assim, a eleição do futuro presidente.

Os registros da câmara municipal indicam que o Dr. Pedro Velloso exerceu a presidência da câmara local até meados de 1928, quando a câmara local

sofreu ocupação militar por ordem do presidente estadual, Antonio Carlos. Pouco tempo antes disso, o tribunal de apelação julgou os recursos impetrados contra o reconhecimento dos vereadores eleitos no ano anterior e determinou a anulação da eleição dos seguintes vereadores: Antonio Augusto Teixeira, Etelvino Teixeira de Carvalho, Luiz Onofre Lafeté e João Nobre de Oliveira. Além disso, o desembargador determinou a realização de novas eleições para o preenchimento dessas vagas<sup>190</sup>.

O curioso é que todos os quatro vereadores que tiveram a sua eleição anulada pertenciam ao grupo que apoiava o deputado federal Camilo Prates, eram camilistas. Com base no contexto eleitoral que vai emergir no ano seguinte, acreditamos que a anulação da eleição desses vereadores teve uma forte conotação política. Vejamos como os fatos confirmam essas considerações.

Inicialmente, tivemos a renúncia do presidente da câmara, no ano anterior. Em seguida tivemos a anulação da eleição de quatro vereadores, todos pertencentes, assim como o ex-presidente, ao grupo camilista. Finalmente ocorre o ato final: a intervenção militar na câmara e a deposição do presidente Dr. Pedro Velloso, que também pertencia à facção camilista. Em seguida, dá-se a escolha do Dr. Alfredo Coutinho – mais um bacharel! – que apoiava o grupo ligado aos irmãos Alves. É coincidência demais, a nosso ver. Parece-nos que dois aspectos foram determinantes nessa situação.

Em primeiro lugar, o acordo tinha se exaurido e as facções locais já não mais conseguiam manter qualquer entendimento. O grupo dos irmãos Alves desejava retomar o controle da política municipal, por isso não aceitava o predomínio camilista na câmara. É interessante observar que os recursos impetrados se dirigiam praticamente

---

<sup>190</sup> Processo de número 247 de 27/06/1927 – Montes Claros, arquivo da Unimontes.

contra toda a câmara. No entanto, apenas os camilistas foram punidos com a anulação de suas eleições. Por que será que nenhum vereador ligado ao grupo honoratista teve sua eleição anulada?

Em segundo lugar, ao que tudo indica, não era interessante para o presidente do Estado, Antônio Carlos, que a câmara municipal da cidade estivesse sob o controle do grupo camilista. Antonio Carlos e Artur Bernardes queriam combater a possível influência do vice-presidente da República, Melo Viana. Melo Viana

*“(...) pretendia ser o sucessor de Antonio Carlos na Presidência do estado, apoiado por Washington Luís e por antigos grupos salistas. Contra ele se articulavam as demais facções mineiras, lideradas por Bernardes e Antonio Carlos. Por esta ocasião, Melo Viana havia feito um acordo com o Catete. Em troca de sua adesão à candidatura de Júlio Prestes, o Executivo Federal lhe garantiria o controle político sobre Minas. Em vão, Melo Viana tentou negociar a sua eleição à Presidência do estado pelo PRM, em troca do compromisso do Catete em não interferir sobre a composição da nova bancada mineira nos reconhecimentos. Confiantes em sua força, as facções majoritárias do partido não aceitaram a troca”<sup>191</sup>.*

Alfredo de Sá, vice-presidente do Estado, tinha declarado apoio a Melo Viana. Já esclarecemos anteriormente que a família Prates possuía relações de parentesco com a família Sá – Alfredo de Sá era irmão do ex-ministro Francisco Sá, homem de relações bem estreitas com o deputado Camilo Prates. Por isso, para o grupo que controlava o PRM – Antônio Carlos, Artur Bernardes e outros – não era interessante que a câmara municipal de Montes Claros, cidade que detinha um dos maiores colégios eleitorais do Estado, estivesse controlada por um grupo que daria respaldo à candidatura opositora de Melo Viana.

---

<sup>191</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Teatro do absurdo: a nova ordem do federalismo oligárquico*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro. 1999, p.445.

Retomando Victor Nunes Leal, em trecho já citado anteriormente, quando se aproximam as eleições estaduais ou federais, é de interesse das “situações estaduais” a obtenção do maior número possível de votos, despendendo se possível um menor número de favores e também um menor uso da violência. Para a situação que controla o Estado, conforme assegurou o autor de “Coronelismo, enxada e voto”,

*“apoiar a corrente local majoritária é, pois, o meio mais seguro de obter esse resultado, inclusive porque a posse do governo estadual, um fator positivo nas eleições, balança em que tanto pesam o dinheiro público e os benefícios de procedência oficial”.*<sup>192</sup>

Em Montes Claros, a “corrente majoritária” era formada pelo grupo que apoiava o deputado federal Honorato Alves e o seu irmão, o médico João Alves. Em apenas um pleito para deputado federal, precisamente em 1915, Honorato Alves, que também era médico tinha recebido uma quantidade inferior de votos que o seu rival, Camilo Prates. Além disso, os irmãos Alves eram leais a “Tarrasca” – como era conhecido o PRM – desde, praticamente, o início de sua estruturação no começo do século.

Com o grupo que dava sustentação ao deputado Honorato Alves controlando a câmara local, o apoio eleitoral estaria garantido. Afinal, o deputado Honorato Alves tinha sido fiel ao PRM desde a sua estruturação, na primeira década do século. Somente esse interesse por parte de Antônio Carlos na política montesclarenses pode explicar a intervenção militar na câmara local em 1928, quando o bacharel Pedro Velloso foi afastado da presidência do legislativo da cidade. Vejamos como o

---

<sup>192</sup> LEAL, Victor Nunes. Op. Cit., p.49.

memorialista Hermes de Paula relatou a renúncia de Corrêa Machado em 1927, bem como a intervenção militar no ano seguinte:

*“Em novembro de 1927, o Dr Correia Machado, não tendo dúvidas sobre a má vontade do Governo Estadual contra a sua pessoa, renunciou ao cargo, procedendo-se no dia seguinte à eleição do Dr. Pedro Augusto Veloso, filiado ao partido a que pertencia o Dr. Correia Machado, fato este que causou aborrecimentos ao Dr. João Alves e ao próprio Governo do Estado, o qual sabia perfeitamente não poder contar com o Dr. Pedro Augusto Veloso para as injunções políticas em andamento.*

*Corria suavemente o ano de 1928, quando, um belo dia, 4 de setembro, o Tenente Otávio Dinis, provavelmente com ordens do Governo Estadual, aproveitando a ausência do presidente que se achava em sua fazenda, ocupou militarmente a casa da câmara. Nesse dia o vereador mais votado, Dr. Alfredo Coutinho, Convocou uma sessão extraordinária às 19 horas para a posse dos três vereadores recentemente eleitos. Como não houve o número legal, nova reunião foi convocada para uma hora depois. Desta vez os suplentes foram convocados e também o Dr. Pedro Veloso, que chegara da fazenda. Após a posse dos vereadores acima referidos e baseados na lei Estadual nº 396, art. 3º de 1904, que dispõe sobre a eleição de novo presidente da Câmara assim que se empossar um novo vereador, resultante do recurso de verificação de poderes, procederam à eleição para um novo presidente da Câmara. Feita esta, entre os vereadores, foi eleito o Dr. Alfredo de Sousa Coutinho, que tomou posse imediatamente. Os Vereadores partidários do Dr. Pedro Velloso, assim como este, não compareceram.*

*No dia seguinte, considerando que era aniversário do Presidente do Estado e a primeira sessão com a maioria absoluta favorável ao Governo, resolveram votar uma moção de apoio e solidariedade ao Presidente Antônio Carlos. Nesse mesmo dia o vereador suplente, Magno Câmara, propôs que se mudasse o nome da rua Camilo Prates. Foi rejeitada a proposta. Antônio Carlos respondeu em telegrama prometendo “todo apoio que dependesse de sua pessoa”. Telegrama bonito e político, tão esperançoso que foi transcrito em ata(...)”<sup>193</sup>.*

No caso da renúncia de Corrêa Machado, Hermes de Paula é incisivo: o presidente renunciou porque não contava com o aval do governo do Estado, ou seja, de Antonio Carlos. Para o caso da intervenção militar na câmara, já no ano seguinte, o memorialista também enfatiza o contexto eleitoral – que pode ser tanto o estadual, quanto o nacional – como elemento determinante. Ele também esclarece que o

---

<sup>193</sup> PAULA, Hermes de. Op. Cit, pp. 159-160.

presidente deposto, Pedro Velloso, foi eleito no dia seguinte à renúncia de José Corrêa Machado, pela própria câmara. Não encontramos a ata que procedeu à eleição de Pedro Velloso, em 1927, mas encontramos vários documentos da câmara como, por exemplo, telegramas, onde o Dr. Pedro Velloso assina como o agente executivo e o presidente da câmara, o que por si só atesta a passagem de Hermes de Paula.

Especificamente, o caso da intervenção militar na câmara municipal é revelador da presença marcante da violência na cultura política local, marcada pelo coronelismo de cunho acentuadamente governista. Para os grupos locais, que estavam afinados com as situações que dominavam os Estados, a cultura do favor, via uma série de benefícios que iam desde a nomeação de funcionários estaduais e federais, passando pela concessão de recursos para o provimento de obras e principalmente despesas em épocas de eleição. Para os grupos que não contavam com as simpatias do poder público estadual, apelava-se para a violência principalmente manifestada sob a forma da negação de uma série de benefícios – como a indicação de pessoas para cargos nomeados pelo Estado – e, em casos mais extremos a intervenção militar no município.

Pelo trecho citado, percebe-se também que ocorreram eleições para o preenchimento de três vagas na câmara municipal, em 1928. Ao que nos parece, a partir daí, o grupo honoratista consegue a maioria na câmara e, após a intervenção militar, consegue também a presidência da casa. Além disso, o que percebemos foi que, a partir da intervenção, as disputas e as rivalidades ganharam novamente visibilidade. A própria passagem, citada anteriormente, nos mostrou isso, pois o vereador Magno Câmara, que pertencia à parentela de João Alves, tentou mudar o nome da “rua Camilo Prates”, fato esse que indica que a trégua e o entendimento existente entre os dois grupos já tinham

se exaurido. O final do trecho citado também mostra que o grupo camilista não compareceu à posse do novo presidente eleito, o Dr. Alfredo de Sousa Coutinho.

Vários funcionários da câmara, ligados ao grupo camilista, pedem demissão, logo após a intervenção militar. A respeito disso, noticiou a imprensa local o seguinte pedido de demissão coletiva de alguns funcionários (incluindo o secretário, o fiscal e o contador do município):

*“Ilmo. Snr. Dr. Presidente da Camara. Os abaixo assignados, auxiliares, honrados com a plena e inteira confiança do exmo. Snr. Pedro Augusto Velloso, Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, o qual acaba de deixar o exercício do cargo a que deu tanto de brilho e no qual, como bem poucos promoveu por todos os modos a reintegração do credito e o engrandecimento do nosso Município, com a retirada do preclaro chefe que sempre tiveram no dr. Pedro Augusto Velloso, sentem-se na prazerosa obrigação de vir collectivamente solicitar de V. Ex. a demissão dos cargos que, até agora, ocuparam nesta municipalidade. Montes Claros, 4 de setembro de 1928”<sup>194</sup>.*

Uma verdadeira debandada de elementos que apoiavam o deputado Prates é o que se verificou após a intervenção militar. A câmara ficou à mercê do grupo honoratista e à disposição do presidente Antônio Carlos e a cúpula do PRM. Quando o PRM escolheu os candidatos à sucessão estadual, os honoratistas encastelados no legislativo municipal não pensaram duas vezes: declararam total apoio ao candidato da chapa oficial. Um telegrama da câmara ao presidente do PRM se encarregava de responder ao pedido de apoio e de demonstrar a sua unanimidade em torno do candidato oficial, não deixando nenhuma dúvida a respeito disso. Achamos interessante transcrever o documento na íntegra, pois o mesmo ajuda a esclarecer o contexto político do município às vésperas das eleições de 1930. O telegrama era direcionado ao

---

<sup>194</sup> *Gazeta do Norte*. Montes Claros, 22 de setembro de 1928.

*“Doutor Affonso Penna Junior. Presidente PRM; Bello Horizonte – Camara municipal Montes Claros, reunida em função directorio Político local, afim de tomar conhecimento telegrama V. Excia, mais membros Executiva P.R.M. sobre escolha candidatos, presidencia e vice presidencia Estado, resolveu pela unanimidade seus membros presentes, apoiar escolha eminentes mineiros Drs. Olegário Dias Maciel e Pedro Marques Almeida, para aquelles altos cargos, demonstrando assim, inteira solidariedade com Comissão Executiva P.R.M. e com candidatos, sua sabia escolha aos quaes o situacionismo local, apoiara intransigentemente nas urnas. Pedimos dar conhecimento este despacho demais membros executiva do P.R.M. Saudações – Alfredo Coutinho. Presidente – Dr. Marciano Alves Maurício, vice-presidente”<sup>195</sup>.*

Conforme o que foi transcrito acima, a câmara respondeu, em nome do “diretório político local”, de forma unânime, o que significa que não houve discordância em torno do apoio a Olegário Maciel. Tal fato evidencia que o diretório local era composto apenas pelo grupo honoratista, não havendo mais a divisão do diretório ao meio, conforme dispunha o acordo de 1922. Afirmamos, anteriormente, que o grupo camilista estava apoiando o nome de Melo Viana para o governo estadual. A partir do final de 1929, esse grupo resolve também apoiar a Concentração Conservadora, que patrocinava a candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República. O jornal “Gazeta do Norte” se declarou partidário da Concentração Conservadora e se tornou um importante veículo de apoio da candidatura de Júlio Prestes em Montes Claros. O grupo de Honorato Alves tratou de criar a “Folha do Norte” e patrocinou em Montes Claros a campanha da Aliança Liberal e a candidatura de Olegário Maciel ao governo do Estado.

---

<sup>195</sup> Livros de correspondências expedidas e recebidas, 1927-1959. Arquivo da câmara municipal, caixa 25.

#### 4.2 – O TIROTEIO DO “DIA SEIS DE FEVEREIRO”.

Foi nesse clima de polarização política e intrigas que se deu o famoso tiroteio de seis de fevereiro de 1930. A chegada da caravana política de Carvalho de Brito e do vice-presidente Melo Viana, a pretexto da promoção de um “Congresso de Algodão”, torna-se o pano de fundo ideal para a propaganda em torno da candidatura de Júlio Prestes. Vejamos como se deu o tiroteio, bem como suas implicações e repercussões na imprensa.

*“As notícias que desde o amanhecer de hoje circularam pela cidade sobre gravíssimas ocorrências em Montes Claros, onde, diziam, fora ferido por ocasião do comício realizado em prol das candidaturas dos Snrs. Júlio Prestes e Vital Soares, o Sr. Fernando de Mello Vianna, vice-presidente da República e candidato à sucessão presidencial naquele Estado, levou-nos a procurar em vários pontos officiaes, pormenores sobre o facto. A despeito de todo o sigillo mantido pelos directores das repartições, onde procuramos colher informes, conseguimos saber que, de facto, a lamentável ocorrência se verificara e della saira ferido o Sr. Moacir Dolabella Portella, da firma DOLABELLA PORTELA, desta capital. Segundo o nosso informante, os Srs. Mello Vianna, Carvalho de Britto e outros próceres do prestismo em Minas, haviam partido para Montes Claros, onde iriam tomar parte no Congresso do Algodão e Cereaes. Ali chegando, os referidos políticos resolveram, então, convocar os seus amigos para um comício de propaganda das candidaturas officiaes. (...) Foi nesse ambiente de forte agitação que se originou o grave conflito”<sup>196</sup>.*

A notícia estampada em “O Globo”, jornal de grande circulação da capital do país, apenas um dia após o tiroteio, demonstra que as repercussões desse acontecimento extrapolaram em muito os estreitos limites da política local. Não que a violência em Montes Claros fosse algo inteiramente novo. Já esclarecemos que era a segunda vez que tiroteios eram travados pelos dois grupos rivais – em 1918, cerca de

---

<sup>196</sup> *O Globo*. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 1930.

quatro pessoas morreram no tiroteio. Contudo, desta vez, havia o envolvimento de políticos de projeção nacional, como o vice-presidente da república o Sr. Melo Viana.

A Concentração Conservadora planejava organizar um “Congresso do Algodão” na cidade, porém, antes desse evento, ao que tudo indica, seria realizado um comício em prol da candidatura de Júlio Prestes e Vital Soares, com a presença do vice-presidente Melo Viana. Em meio a aplausos e foguetes, os partidários da Concentração na cidade resolveram, dentro do mais perfeito espírito do coronelismo, provocar o grupo local situacionista, passeando em frente da casa do chefe da situação, o Dr. João Alves. Segundo Wirth, os

*“homens de Brito trouxeram de Belo Horizonte dois vagões cheios de simpatizantes, que se embriagaram, provocaram brigas e circularam com prostitutas antes de marcharem atrás de Brito e do vice-presidente dando vivas, explodindo foguetes e tocando na banda. Depois veio o tiroteio, seguido das notícias de que a guarnição do Exército em Juiz de Fora poderia vir ao Norte para “restaurar a ordem”<sup>197</sup>.*

Além dos simpatizantes que vieram de Belo Horizonte a comitiva do vice-presidente e de Carvalho Brito – coordenador da campanha de Júlio Prestes em Minas Gerais – também fazia parte da mesma um grande número de pessoas ligadas às “Granjas Reunidas” – em sua grande maioria homens que trabalhavam na usina de açúcar de propriedade da família Dolabela Portela, que vieram em vagões especiais da central. A presença desse grande número de pessoas e trabalhadores das granjas contribuiu para deixar a cidade envolta em um clima de tensão, naquela ocasião. A respeito disso, na véspera da chegada da comitiva da Concentração Conservadora na cidade, o grupo situacionista local – a facção de João Alves – distribuiu um boletim prevenindo os seus correligionários quanto ao fato de que deveria

---

<sup>197</sup> WIRTH, John D. Op, Cit, p. 153.

*“chegar a esta cidade e aqui permanecer nos dias 6, 7 e 8 deste mês, uma comitiva de elementos propagandistas das candidaturas do Catete às Presidências da República e do Estado de Minas Gerais, pedimos às pessoas adeptas de nossa política, não tomarem parte em quaisquer atos ou manifestações promovidas pelos partidários da Concentração Conservadora, nem mesmo por curiosidade. Esperamos que os nossos amigos correspondam plenamente ao nosso apelo, que visa não só um fim político, como também uma medida de ordem. Recomendamos a todos os nossos correligionários a máxima tolerância para com os adversários, evitando quaisquer discussões ou atritos e mesmo com participação em reuniões, mas tratando-os com a devida cortesia. Montes Claros, 6 de fevereiro de 1930<sup>198</sup>.”*

No boletim, fica evidente a preocupação com a manutenção da ordem. Os honoratistas tinham receio de que a presença, principalmente dos trabalhadores das “Granjas Reunidas”, pudesse causar algum tipo de problema como brigas, ameaças e provocações. Percebe-se na nota, também, a preocupação em esvaziar ao máximo a recepção à comitiva concentracionista. A estratégia era clara: afastar a maior quantidade possível de pessoas das manifestações em torno da Concentração Conservadora e assim diminuir o impacto da propaganda em torno das candidaturas de Júlio Prestes e de Melo Viana na cidade. Por fim, o boletim era assinado pelo presidente da câmara e por quase todos os vereadores, assim como também pelo Dr. João Alves e pelo diretório que o apoiava.

Sob esse clima de apreensão e receio, desembarcou na cidade, no dia seis de fevereiro, o vice-presidente e sua comitiva, trazendo consigo, Carvalho Brito e um grande número de simpatizantes da Concentração Conservadora. Após o desembarque, Melo Viana realizou um discurso para um grande número de pessoas que compareceram

---

<sup>198</sup> Publicado em SILVEIRA, Geraldo Tito. *Tocaia de Bugres*. Montes Claros: Gráfica Polígono, 1985, p. 29.

a Estação, a despeito da nota publicada pelos honoratistas pedindo que as pessoas que os apoiavam não comparecessem.

A presença, por si só, do vice-presidente da República era elemento de grande curiosidade para a população de uma cidade sertaneja, como Montes Claros do final da década de 1920. Por isso, um grande número de pessoas, movido pela curiosidade para ver o vice-presidente, se dirigiu à estação ferroviária local.

Após o discurso pronunciado por Melo Viana, a caravana, juntamente com um cortejo popular acompanhado por uma banda de música, iniciou um desfile por algumas ruas da cidade e, passando bem de frente a casa do chefe político situacionista João Alves, se desmantelou em função do irrompimento de um tiroteio que vitimou quatro pessoas e deixou várias feridas, entre elas o próprio vice-presidente, Melo Viana. A “Gazeta do Norte”, jornal que apoiava a candidatura de Júlio Prestes, acusava diretamente João Alves, e através de um de seus artigos vai denominar o acontecimento de “tocaia sinistra dos Liberaes”. Conforme o artigo

*“Montes Claros, na data de 6 do corrente, até a hora em que a desgraça desencadeada, sobre ella, sobre o Estado e sobre o Paiz, pelo Sr. João Alves, cuja chronica de sangue humano é, de ha muito tempo, fertil e conhecida nestas paragens nortemineiras, viveu horas de um entusiasmo vibrante e de um contentamento contagiante.*

*Apezar do celebre boletim que procurava, por todos os meios, até a ameaça, impedir a affluencia á recepção dos eminentes conterraneos Mello Vianna e Carvalho Britto, foi formidavel a massa popular que accorreu a estação da Central para acolher os grandes amigos da nossa terra, recebidos com tanta ferocidade e crueldade pelos seus adversários simplesmente políticos, pouco depois.*

*Quando chegaram os distinctos hospedes e a sua recepção era a realidade de um acolhimento estrondoso, uma família que se julgava e era julgada por certos elementos – rainha da terra, não se conteve e poz em pratica um plano tenebroso de extermínio, adrede preparado para o caso do brilho da recepção dos seus hospedes offuscar, como affuscou, o seu reinado, conseguindo a troco de villanias, opprobios e crimes de toda a sorte.*

*E os braços dos jagunços a soldo, manobraram as armas homicidas, sacrificando – já que por sorte, se livraram os principaes visados – senhoras e creanças e companheiros que rodeavam os eminentes chefes.*

*A premeditação do horrível, innominavel atentado não deixa duvidas em nenhum espírito desapaixonado.*

*O snr. Dr. João Jose Alves tinha a casa, desde á tarde, hora marcada, primeiramente, para a chegada dos illustres hospedes, cheia de conhecidos desordeiros.*

*Não houve provocação alguma. Não houve “morras” nem “abaixo”. Assim apanharam Mello Vianna e Carvalho Britto de costas, os trabucos vomitaram kilos de balas e a chacina se deu, inexoravelmente. (...)”<sup>199</sup>.*

O artigo da “Gazeta” não poupa palavras para acusar João Alves e sua família, “uma família que se julgava (...) rainha da terra”, em pôr em prática “um plano tenebroso de extermínio”, ou seja, como o título do artigo sugere, uma “tocaia sinistra”. Ary de Oliveira, que estava na direção do jornal, além de ser um dos mais fervorosos defensores da Concentração Conservadora, tinha outro motivo para iniciar uma campanha de acusações contra João Alves: sua irmã, a senhora Iracy de Oliveira, foi uma das vítimas fatais do tiroteio.

O artigo insistia no caráter de premeditação do crime. Argumentava que, no interior da residência do médico, havia braços “dos jagunços a soldo”, prontos para manobrar as “armas homicidas”. O texto também negava que a comitiva da Concentração tivesse provocado o outro lado.

Não transcrevemos todo o artigo pelo fato de sua grande extensão, mas o texto continuava descrevendo a chegada da comitiva, bem como a passeata seguida do tiroteio e a enorme confusão pós tiroteio. Finalmente, enumerava a lista das pessoas mortas e feridas no acontecimento.

Não é objetivo de nossa pesquisa esclarecer se esses eventos foram objeto de premeditação ou não. Também não temos interesse em esclarecer as responsabilidades das pessoas envolvidas no mesmo. Tal qual o tiroteio de 1918, esse

---

<sup>199</sup> *Gazeta do Norte*. Montes Claros, 13 de Fevereiro, de 1930. p. 01

último revela elementos da cultura política local na primeira república, como a provocação de um grupo seguida de uma resposta violenta por parte da outra facção.

Em 1918, tivemos os partidários do deputado federal Honorato Alves promovendo uma manifestação estrondosa, para comemorar o desempenho de seu chefe nas eleições daquele corrente ano. Os honoratistas desfilaram pela praça principal da cidade – na parte baixa –, local onde a concentração dos partidários do deputado Camilo Prates era grande. Essa atitude dos honoratistas foi interpretada como uma provocação, e o desfecho disso foi um tiroteio que desmantelou a manifestação e deixou um saldo de algumas pessoas mortas e várias feridas. Em 1929, repete-se a cena, contudo, desta vez, invertem-se os papéis: agora é o grupo camilista que desfila com a comitiva do vice-presidente, de forma a provocar os rivais. A consequência imediata de tal ato é a mesma do evento anterior, ou seja, os manifestantes são dispersos à bala pelo pessoal de João Alves.

O grupo camilista estava marginalizado do poder político local, desde meados do ano anterior, quando a intervenção na câmara lhe retirou a presidência. A eleição para preenchimento de três vagas, ao que tudo indica, não lhe foi favorável, muito pelo contrário, consolidou o grupo honoratista, pois lhe possibilitou eleger o novo presidente – na figura do bacharel Alfredo Coutinho. Seguiu-se uma debandada de elementos camilistas que pediram demissão de cargos que ocupavam na câmara.

As injunções eleitorais do período contribuíram mais ainda para a separação das duas facções. Os honoratistas fiéis ao presidente de Minas Antônio Carlos, enquanto que os camilistas declaravam apoio à Concentração Conservadora e a Melo Viana. Para esse último grupo, a vinda de Melo Viana, a pretexto de abrir um Congresso do Algodão na cidade, constituía uma excelente oportunidade para a

propaganda em torno da candidatura oficial de Júlio Prestes e, também, uma demonstração de seu prestígio, afinal era o vice-presidente da República que vinha à cidade, fato inédito até então. Em função da vinda do vice-presidente, o momento também era oportuno para um desfile pelas ruas da cidade, principalmente nas ruas onde residiam elementos da cúpula do situacionismo local, como, por exemplo, o próprio chefe local Dr. João Alves.

A enorme violência que se seguiu a isso pode ter sido desencadeada como uma resposta pelo chefe situacionista, que se sentiu ofendido diante de tamanha ousadia, ou mesmo em função do clima de tensão existente na cidade, desde a chegada dos especiais que traziam o pessoal das Granjas Reunidas – boatos se espalharam pela cidade, momentos antes do tiroteio, dando conta de que a casa do Dr. João Alves poderia ser invadida.

Entretanto, para fruto de nossa pesquisa, interessa-nos agora discutirmos a batalha travada nos mecanismos de imprensa de Montes Claros, onde cada jornal procurava acusar a facção adversária, trazendo à tona antigos conflitos e ódios, remoendo velhas rivalidades e acusações. Nesse aspecto, a atuação dos dois jornais existentes no período vai se revestir de fundamental importância para nosso trabalho. A “Gazeta do Norte” ligada ao grupo que apoiava o deputado Camilo Prates e, portanto, à Concentração Conservadora, e a “Folha do Norte” ligada à família Alves e que respaldava a Aliança Liberal.

Cada um desses jornais citados vai procurar fornecer aos indivíduos e grupos uma determinada leitura acerca da realidade. Muitas vezes, esses importantes vetores de integração da cultura política local vão produzir representações antagônicas referentes ao político local.

### 4.3 – A BATALHA DAS REPRESENTAÇÕES.

Essa batalha das representações em torno dos grupos políticos locais, na verdade, é contemporânea a praticamente durante quase toda a existência das facções. Desde fins da década anterior, que ambos os grupos se esforçaram para a manutenção de jornais, cujo fim quase sempre era político-partidário. Quando irrompeu a trégua de 1922, apenas a “Gazeta”, sobreviveu, graças, em grande parte, ao clima de conagraçamento que vigorava.

No momento em que a trégua se foi, no final da década de vinte, os honoratistas conseguiram estruturar a “Folha do Norte” para contrabalançar a adesão da “Gazeta” à Concentração Conservadora.

Logo após os acontecimentos do dia seis de fevereiro, intensificaram-se os bombardeios de acusações entre as duas folhas. Em torno do tiroteio, principalmente, se davam os embates. Cada passo do processo constituído em cima desse acontecimento era acompanhado atenciosamente pelos dois lados e respectivamente pelos dois jornais.

A “Gazeta do Norte” procurava atacar principalmente a família Alves, na pessoa de um dos irmãos Alves, Honorato ou João Alves, ou até outros membros da família, como a esposa de João Alves, Dona Tiburtina, que foi acusada pela gazeta de ser cúmplice do marido no tiroteio do dia seis de fevereiro. A respeito do mandonismo da família Alves, o jornal asseverava que

*“Entre os mais votados do setimo districto, occupa primeiro logar o Snr. Honorato Alves.*

*Esse cavalheiro, sempre foi uma das figuras mais apagadas da bancada mineira.*

*A sua notoriedade é recente.*

*Conquistou-a elle com a chacina de Montes Claros. É irmão do Snr. João Alves e cunhado da exma. Snra. Tiburtina, mandantes do morticínio que tanto enxovalhou a civilização mineira.*

*Chefe político situacionista de Montes Claros, onde sempre apoiou as truculências de seus parentes e tendo agora o seu nome envolvido nos acontecimentos ultimos, é fora de duvida que o eleitorado do sétimo districto lhe não daria seus votos, pois que os mineiros, a despeito da influencia nociva do Snr. Antonio Carlos, ainda conservam suas virtudes e character.*

*Entretanto, o palácio da liberdade, querendo demonstrar mais uma vez sua solidariedade com os criminosos de M. Claros, colloca o Snr. Honorato em 2º lugar em sua lista de deputados eleitos. Tranqüilizem-se, porém, os mineiros. O candidato dos jagunços não será deputado desta vez. De “A Noticia”<sup>200</sup>.*

“Candidato dos jagunços”. Essa era a forma como o jornal oposicionista passou a se referir ao deputado federal Honorato Alves. Destacavam-se as suas ligações de parentesco com as pessoas que o jornal acusava serem os mandantes do tiroteio do seis de fevereiro. Quanto aos mandantes do tiroteio, o jornal atribuía tal fato diretamente ao irmão do deputado, o médico João Alves e sua esposa, Dona Tiburtina.

O jornal também salientava as ligações da família Alves com o presidente mineiro Antônio Carlos, porém, assegurava que, mesmo a despeito disso, “o candidato dos jagunços” não seria deputado desta vez. Evidentemente, essa última consideração do jornal era uma referência óbvia à degola iminente dos aliados do mineiro Antônio Carlos na câmara federal.

---

<sup>200</sup> *Gazeta do Norte*. Montes Claros, 15 de Março de 1930, p. 01.

Esse mesmo jornal acusava também de mandonismo o presidente da câmara, Alfredo Coutinho, destacando principalmente as suas perseguições a pessoas ligadas a elementos que apoiavam a Concentração Conservadora. A “Gazeta” afirmava que

*“Quando no principio do actual quadriênio municipal, o sr. Honorato Alves, para afastar o dr. Corrêa Machado da presidência da camara de Montes Claros, offereceu ao Sr. Antonio Carlos, sob o título de neutro, o bacharel Alfredo Coutinho, para aquelle logar, fez o sr. Honorato ao Presidente de Minas o seu melhor presente. Ignorante, obscuro e humilde, o ex-juiz municipal de Tremedal vivia nesta cidade, inspirando a todos esse sentimento de piedade que despertam os indivíduos inofensivos e apagados. Mas a ascensão do bacharel Coutinho a presidencia da camara de Montes Claros coincidio com o delírio político do sr. Antonio Carlos, e o discípulo quis exceder o mestre. Dahi, a transformação do doce bacharel de outrora no tirannete de hoje.*

*A natureza, sabia sempre em seus caprichos, confeccionou o physico do bacharel Coutinho em justa harmonia com sua mentalidade. Elle não tem o desempenho, o aprumo dos homens leaes e altivos; sua espinha vertebral não é uma columna é uma curva forte que o declina para a terra: seu olhar não divisa o horizonte longiquo, cujos fimbrios azulados parecem symbolizar o ideal dos moços – sua visão só alcança os interesses rasteiros que lhe ficam em torno.*

*O ódio é o pão do espírito desse pobre moço; a vingança é a expansão da mentalidade retrogada.*

*Indicado e eleito vereador pelos senhores Antonio Teixeira e Corrêa Machado, o sr. Coutinho tornou-se logo o mais odiento adversário desses moços. Levado a presidência da camara por empenhos do sr. Honorato Alves, o bacharel Coutinho tornou-se logo o mais perigoso inimigo desse político e de seus parentes, a quem move uma campanha surda, desleal e ingrata.*

*Assim, curvado, olhos baixos, o bacharel Coutinho vae vivendo, ruminando ódios, espalhando vinganças. Já é longa a lista d’aquelles cujos destinos os collocaram ao alcance de suas mãos malfasejas. Ressaltam, porém, dentre todos, os casos das professoras Dalva de Oliveira e Iracema Moreira. E esses casos tomam alto relevo porque se prendem a uma causa sagrada – a instrução da creança, que devia pairar n’uma altitude elevada, donde nunca se approximassem os measmas da politicalha.*

*Há dois mezes, ou pouco menos, o “Minas Geraes” publicou a exoneração de Dalva de oliveira, do cargo de professora estagiaria do grupo escolar desta cidade(...)<sup>201</sup>.*

---

<sup>201</sup> *Gazeta do Norte*. Montes Claros, dia 17 de maio de 1930, p. 01.

Conforme foi citado, Alfredo Coutinho era comparado a um “tiranete”, desleal e vingativo e de “mentalidade retrógrada”. Era representado como um homem “curvado” e de “olhos baixos”, que ruminava ódios e que vivia “espalhando vinganças”. Possuidor de uma “mentalidade retrógrada”, não era homem capaz de divisar o “horizonte longínquo”, tendo, então que se contentar em alcançar “os interesses rasteiros que lhe ficam em torno”. Sua trajetória era representada inicialmente pela obscuridade e humildade, posteriormente sua ascensão política pelas mãos de Honorato Alves e Antônio Carlos o havia transformado em um indivíduo mesquinho – o título do artigo da “Gazeta”, fala em mesquinhas perseguições do presidente da câmara de Montes Claros.

O trecho citado faz menção às perseguições praticadas pelo presidente da câmara a duas professoras. A menção à professora Dalva de Oliveira, que foi exonerada do cargo, é particularmente ilustrativa do clima tenso que envolveu o ano de 1930. Essa professora era irmã do diretor do jornal, que apoiava a chapa que era combatida pelo presidente mineiro Antônio Carlos. Parece claro que sua exoneração tinha um fundo político. Por isso o jornal enfatizava as relações entre o Andrada e o bacharel Alfredo Coutinho.

O trecho também é esclarecedor em relação à saída de Corrêa Machado da presidência do legislativo local, porque faz alusão ao seguinte fato: a atuação do deputado Honorato Alves junto ao presidente do Estado, no sentido de afastar Corrêa Machado da presidência da câmara. O trecho, inclusive, mostra que o deputado patrocinou o nome de Alfredo Coutinho para substituir a vaga.

Ao que nos consta, Corrêa Machado realmente encontrou dificuldades para a manutenção do acordo na câmara local. Anteriormente, já mencionamos a sua

renúncia ao cargo. Percebemos, também, que o substituto Pedro Veloso continuou tendo problemas para manter um certo entendimento no legislativo municipal. E, finalmente, vimos que a intervenção que derrubou Pedro Veloso foi efetivada com o aval de Antonio Carlos, o que nos leva, de certa forma, a levar em consideração as acusações do jornal.

A respeito das acusações de mandonismo atribuídas a elementos da situação política municipal, o mesmo jornal citado fez um levantamento acerca da saída de várias autoridades na cidade, recuando no tempo à época em que remontavam o início das divergências entre os honoratistas e camilistas, ou seja, por volta de 1918. A lista é bastante longa e enumera, caso por caso, os motivos que levaram a sair da cidade juízes, promotores e delegados, além de oito telegrafistas. Mais uma vez, o jornal imputava a responsabilidade de tais atos ao Dr. João Alves e a outros membros de sua família. Segundo a “Gazeta”

*“Vinte e quatro juizes, promotores e delegados e oito telegraphistas que o sr. João Alves e os seus obrigaram a deixar os cargos, em dois quatriennios, em Montes Claros.*

*Desses, quatro foram victimas por submissão!*

*Cantaram-se loas pelo motivo de haver conseguido o desgoverno de Minas collocar, ao mesmo tempo, nesta cidade, um Promotor de justiça e um Juiz municipal.*

*Esses dois moços, que ahi actuam, são para nós, parece-nos, dois magistrados dignos e correctos, como muitos outros que aqui tem vindo.*

*São bons, para nós, como tem sido todos os outros, para nós que nunca lhe pedimos favores e, por isso, nunca tivemos occasião de ser, por nenhum delles, desattendidos.*

*Não sabemos si, d’aqui ha dois mezes, d’aqui ha um mez, uma semana, uma semana talvez, o reinado dessa dynastia sem coroa, que infelicita Montes Claros e de que os elogiadores dagora são meros portavozes, consideral-os-há da mesma forma.*

*Essas nossas considerações vem a calhar, porque, num retrospecto de memória, lobrigamos o batalhão de autoridades estadoaes que não tem podido exercer as suas funções nesta terra – moços dignos e honrados – exclusivamente devido a intolerância e ao mandonismo do chefe político desta terra, snr. João José Alves e sua gente.*

*Nesse retrospecto vemos vinte e quatro Juizes, Promotores e Delegados que, em dois quadriênios, 1918-1922 e 1926-1930, excluindo o período do seu ostracismo 1922-1926, dessa diynastia sem sangue azul, demittiu, removeu ou obrigou a pedir demissão, em vista de se não submetterem aos seus caprichos. Juntem-se a esses vinte e quatro funcionários estadoaes mais alguns federaes – oito encarregados da estação telegraphica local. Muita eloqüência já teria, apenas, a citação desse numero enorme, para períodos de chefia política tão curtos. Mas, não. Vamos concretizar o relato. Vamos dizer quaes os nomes daquelles funcionários e quaes os pomos de discórdia que os incompatibilisou com a família real Montesclarenses. (...)*<sup>202</sup>.

A família Alves, aqui é representada como “dinastia sem coroa” e “sem sangue azul” ou “família real Montesclarenses”. Seu principal representante na cidade é visto como um chefe político mandonista e intolerante, e que tenta submeter as autoridades nomeadas – estaduais e federais – aos seus caprichos durante um período de dois quadriênios. A respeito do mandonismo dos chefes municipais durante a primeira república, Victor Nunes Leal assegura ser este uma das faces do filhotismo, componente característico do coronelismo. Para ele, o mandonismo se manifesta através da perseguição aos adversários gerando um clima de hostilidade entre os grupos, traduzindo-se na

*Ausência de relações sociais (clubes e cafés separados); em gestos de acinte ou picardia (festas comemorativas, foguetes de vaia, mudança dos nomes de logradouros e de obras ou estabelecimentos públicos); em atos de provocação (incumbidos freqüentemente a capangas ou pessoas pouco qualificadas); em preterições nos serviços públicos (demissão de funcionários, falta de calçamento ou de limpeza da via pública junto à casa do adversário); no rigor fiscal (lançamentos exagerados em comparação com os dos amigos, multas, execuções e penhoras apressadas); na severidade policial (apreensão de armas, pressão nos inquéritos); em atos de sabotagem (sedução ou compressão da clientela de comerciantes e profissionais liberais); e por muitas outras formas, chegando mesmo à*

---

<sup>202</sup> *Gazeta do Norte*, Montes Claros, dia 19 de abril de 1930, p. 01.

*violência física e crimes mais graves, raramente na pessoa dos chefes contrários, mas freqüentemente na de seus aderentes mais modestos.*<sup>203</sup>

O trecho do artigo citado anteriormente, também faz menção a um período de ostracismo político de João Alves, entre 1922 e 1926. Tal ostracismo se reporta ao acordo de 1922, quando João Alves se retirou momentaneamente do cenário político local – época em que a câmara municipal da cidade foi presidida pelo coronel Antônio dos Anjos.

O artigo da “Gazeta” segue enumerando as várias autoridades que teriam colidido com João Alves e, conseqüentemente, teriam pedido demissão ou teriam sido removidas a pedido desse chefe político. Devido à grande extensão do artigo, não faremos sua citação na íntegra, mas apenas de alguns trechos que, por sinal, achamos bastante elucidativos. O desfile de autoridades que se afastam ou são afastadas, segundo o jornal, começa com o Dr. José Tomás de Oliveira, bacharel que fundou a “Gazeta”, em 1918, e que era o pai do atual diretor do mesmo periódico. Conforme o jornal, os Dr. José Tomás, delegado municipal teria pedido demissão porque João Alves

*“(...) queria obriga-lo a fazer novo inquérito dos celebres acontecimentos de 1º de Março, afim de ser mandado para Bello Horizonte, antes que ali chegasse o que tinha sido terminado pelo delegado auxiliar dr. Ferreira Braga, vindo a Montes Claros, exclusivamente comissionado pelo governo do Estado. Logo depois deste facto, o mesmo bacharel proibiu a entrada de pessoas armadas no Mercado Público, tendo o mesmo chefe para vingar-se, intentado desmoralizar, pessoalmente a ordem dada”*<sup>204</sup>.

Nesse trecho, vê-se a referência aos “acontecimentos de 1º de Março”, ou seja, ao tiroteio do início de 1918, que envolveu camilistas e honoratistas e culminou com algumas mortes e várias pessoas feridas. O bacharel José Tomás, na época, era o

---

<sup>203</sup> LEAL, Victor Nunes. Op. Cit. Pp. 39-40.

<sup>204</sup> Idem.

delegado municipal e se desentendeu com João Alves. O artigo da “Gazeta” prossegue enumerando outros delegados removidos – ou que pediram remoção – como o tenente Pio de Miranda, que foi removido

*“(...) por ter um seu filho de nome Américo ameaçado de sopapos, a um de D. Tiburtina, enteado do sr. João Alves. Este delegado foi intimado a dar satisfações à casa dos chefes e como não fosse, depois de outras exigências, teve immediata remoção. Américo Miranda trabalha, hoje, no grande Hotel, em Bello Horizonte.(...)”*

*(...) Dr. Tavares de Almeida – Delegado municipal que sahiu de Montes Claros, em poucas horas em virtude de haver chamado à delegacia, para explicações, o Sr. Magno Câmara que perturbara o socego público nocturno. A parte havia sido dada pela senhora do então telegraphista Hermógenes Brandão que é hoje, do districto telegraphico da capital paulista e foi naquella occasião removido, tmbém pelo mesmo motivo.*

*(...) Tenente Joaquim Marcellino – Delegado de capturas do Estado, andou prendendo vários criminosos pronunciados nesta comarca e colheu também alguns jagunços de João Alves, um de nome Gregório Peixoto, o celebre matador de Bella Vista e outros e não querendo também reiniciar a série de espancamentos e prisões que custou a vida do malogrado Burlamaqui, teve contra si uma campanha terrível. De inteira confiança de Bias Fortes, Joaquim Marcellino não teve a sua remoção arranjada logo. Foi preciso que o Sr. Afrânio de Mello Franco viesse especialmente para Bello Horizonte para consegui-la, impondo-a o Sr. Antonio Carlos ao seu chefe de polícia.(...)”*

*(...) Dr. Marcello Burlamaqui – Delegado regional que aqui chegou doente. O Snr. João Alves tratou-o e arranjou quem lhe metesse na cabeça que lhe havia salvo a vida (seu systema de fazer correligionários). Ahí o rapaz andou dizendo que “faria tudo que o seu Salvador” quizesse. Disso se aproveitou sua senhora para uma vingança: Seu futuro Genro João Pedreira havia insultado o Snr. Honor Sarmiento e como esse era amicíssimo de Chico de Dominginhos, este applicou um correctivo ao insultador, quebrando-lhe o chapéu de palha e os óculos e tomando-lhe o revolver. Sabendo a boa vontade do regional, encarregando-lhe de tirar a vingança, a que outros delegados anteriores se haviam recusado. Chico Dominginhos apanhou muito na prisão, assignou um termo de bem viver sem as formalidades jurídicas, e solto, tirou terrível vingança do delegado, matando-o. Entre os delegados que se recusaram a isto contam-se Octavio Diniz e Jader Ferreira Ramos.(...)”<sup>205</sup>.*

---

<sup>205</sup> Idem, ibidem.

Segundo o jornal, os dois primeiros delegados foram removidos em função de desentendimentos com João Alves, provocados por dois enteados do chefe político. Ao que afirma a “Gazeta”, Magno Câmara, filho mais velho de D. Tiburtina – aquele mesmo que queria mudar uma rua cujo nome homenageava o deputado Camilo Prates – foi chamado pelo segundo delegado, Dr. Tavares de Almeida, à delegacia, para dar explicações em virtude de denúncia de perturbação do sossego público noturno. Tanto o delegado como o denunciante teriam sido removidos da cidade, após esse episódio. É bem provável que o denunciado estivesse efetuando alguma provocação a elementos ligados a oposição municipal.

O tenente Joaquim Marcellino, conforme o jornal, era homem de confiança de Bias Fortes, e sua remoção só teria sido possível, depois que Afrânio de Mello Franco – cunhado do deputado federal Honorato Alves – interferisse junto ao presidente mineiro. O artigo alegava que sua remoção também era objeto da vontade de João Alves, principalmente devido a uma série de prisões de supostos “criminosos pronunciados” na comarca de Montes Claros. Ainda a respeito dessa autoridade, o artigo afirma que o delegado teria efetuado a prisão de “jaguços de João Alves”, tendo sido citado, inclusive, um conhecido como “o celebre matador de Bella Vista”. Mais uma vez, a “Gazeta” procurava representar a família Alves como uma família truculenta, comandada por um chefe capaz de cometer os piores desmandos e que para isso, contava com homens armados prontos, para agirem de acordo com a vontade do seu chefe.

Finalmente, a última autoridade mencionada no artigo, o Dr. Marcello Burlamaqui, autoridade que foi vítima de um assassinato na cidade. Segundo a nota, esse delegado “aqui chegou doente”. Tratado por João Alves, envolveu-se em uma

perseguição e prisão de um indivíduo, que era um desafeto da esposa do médico, D. Tiburtina. Conforme o jornal, o delegado teria sido assassinado por motivo de vingança. A nota traz uma certa ironia, quando afirma que o delegado doente, tratado pelo médico João Alves, “arranjou quem lhe metesse na cabeça” que ele – Dr. João Alves – havia lhe salvado a vida e que esse era “seu sistema de fazer correligionários”.

Anteriormente, já mencionamos a importância da medicina para a ascensão política no período em questão. Além disso, também mostramos como a medicina contribuiu para a que “o médico da pobreza” angariasse um maior prestígio político, dando continuidade a uma tradição que, em Montes Claros, remontava ao Império, na pessoa do médico e político Carlos Versiani.

Em suma, o que a “Gazeta”, estampava em suas páginas fazia parte de um dos pilares da prática política coronelista, estampada na famosa “carta-branca” do sistema. Conforme analisou Victor Nunes Leal, a nomeação de delegados indicados pelos chefes locais é um dos pressupostos do compromisso coronelista<sup>206</sup>.

Enquanto o jornal oposicionista enfatizava a truculência e o mandonismo do grupo da situação, a “Folha do Norte”, jornal honoratista, procurava rebater as acusações e, no caso da remoção das autoridades, procurava responder a cada caso. Segundo a “Folha”, a Gazeta publicou

*“em sua edição de sábbado uma relação dos juizes, promotores, delegados e não sabemos que mais, obrigados a deixar os seus cargos por imposição do dr. João José Alves, prestigiosa figura em nosso meio. O dito jornal, na sua incongruência, positivamente não sabe o que diz: ora, esse grande chefe não tem prestígio nenhum, ora tem-no dictatorial. Nesse caminho a folha prestista acaba não se fazendo entender, e não entendendo a si própria. Porque, ou bem uma cousa, ou bem outra; ou o dr. J. Alves não tem prestígio e, nesse caso, não podia fazer com que essas auctoridades*

---

<sup>206</sup> Vitor Nunes leal. Op. Cit. Pp.216-217.

*perdessem consecutivamente os seus cargos, ou então tem, e grande, cabendo a Gazeta reconhecê-lo e metter a sua viola no sacco.*

*A ultima investida põe a gente nesta dúvida:*

*- tem ou não tem?*

*Tem, mas o dr. Alves nunca usou delle para taes perseguições, nem quando a utilidade publica assim exigia. No caso dos 24 juizes, promotores, delegados et caterva, há muito dente de coelho, sendo este o principal, o maior dentre todos elles: a própria Gazeta, mentirosa por excellencia, campeã do assumpto, invencioneira, cumulou a sua escala mentirologica, assafadou-se mais um ponto, com a sua ultima exploração em torno daquelle nome superior.*

*O Dr. Alves, porém, não descera tão baixo, indo responder a individuos que, dominados por um horrível despeito, procuram morder-lhe os calcanhares, embora nem isso consigam tão pouco.*

*Responder para que? O povo sabe o que isso é: mastin uivando á lua; e como esta se digna virar-lhe os seus raios, blasphema, julgando o astro morto...*

*Vamos porém desmentir a Gazeta, por esta vez. A questão foi individualizada e não faz mal que a viremos de catrambias... E' só pegal-a por uma perna e viral-a lá. Desconjunta-se. Lá vae, pois: (...)"<sup>207</sup>.*

A imprensa situacionista procurava descaracterizar a sua antagonista, acusando-a de incongruente, “mentirosa por excelência” e “invencioneira”. Vê-se também que a “Folha” procurava resguardar o chefe situacionista, João Alves, das acusações de chefe perseguidor de autoridades, afirmando que João Alves nunca usou de tal ardil, “nem quando a utilidade pública assim exigia”. O artigo continua individualizando as autoridades removidas ou que pediram remoção, tentando sempre justificar a saída das autoridades de forma diversa da apresentada pela “Gazeta”. Restringir-nos emos à apenas três casos: O Dr. José Tomás do Oliveira, o Dr. Tavares de Almeida e o tenente Joaquim Marcellino. Em relação à esses três funcionários estaduais, a imprensa honoratista assegurava que o

*“Dr. José Th. De Oliveira. Demettio-se do cargo de Delegado de Policia, porque, por ocasião dos sucessos de 1º de março de 1918, deixou de cumprir o seu dever não tomando as providencias que o caso exigia. O Directório político, do qual fazia parte um seu cunhado, mandou-lhe exigir*

---

<sup>207</sup> *Folha do Norte*. Montes Claros, 27 de abril de 1930, p.01.

*a renuncia do cargo, sob pena della ser pedida ao governo. Presidia o directorio o cel. Ribeiro, alta figura do nosso meio.(...).*  
*Dr. Tavares de Almeida. Um maluco. Sendo o cargo de delegado de muita responsabilidade, foi pedida sua substituição. (...).*  
*Tenente Joaquim Marcellino. Acertaram. Essa autoridade mancomunou-se com o Juiz Municipjal em exercício, adversário do dr. Alves, e começou a perseguir elementos deste, enquanto criminosos do seu partido andavam em plena liberdade, pelas ruas. Um simples telegramma affastou-o. (...)*<sup>208</sup>.

O primeiro delegado, conforme o texto, pediu demissão por não ter cumprido o seu dever, na ocasião do tiroteio de 1918. Ainda segundo o texto, naquela época o diretório político local exigiu a renúncia do bacharel. Quem presidia o diretório era o coronel Francisco Ribeiro. Agora, entendemos por que José Tomás de Oliveira – que, naquele ano, vai fundar a “Gazeta do Norte” – vai mover uma campanha em 1922, por ocasião do acordo, contra o fato de esse mesmo coronel ser indicado, mais uma vez, à presidência do diretório recém constituído. Francisco Ribeiro e José Tomás serão adversários políticos irreconciliáveis.

No caso da segunda autoridade citada pela “Folha do Norte”, a alegação de sua substituição carece de fundamento. O jornal caracterizou o delegado como “maluco”.

Com relação ao último delegado, o tenente Joaquim Marcellino, a “Folha do Norte” vai assumir que a responsabilidade de sua remoção foi realmente por ordem de João Alves. Contudo, vai tentar justificar essa remoção, alegando que o tenente movia uma perseguição intensa aos partidários da facção honoratista, chegando a mancomunar-se com uma outra autoridade – o juiz municipal –, que era adversária do chefe situacionista. Além disso, o jornal assevera que o tenente não perseguia os elementos da facção camilista chegando a ponto de afirmar que “criminosos” pertencentes a esse partido não eram incomodados.

---

<sup>208</sup> Idem, ibidem.

Evidentemente, a facção honoratista, liderada no município pelo médico João Alves, não iria permitir que o tenente, sendo uma autoridade nomeada pelo governo estadual, perseguisse elementos que apoiavam o seu grupo político. Tal grupo, estando no poder no município e gozando de boas relações com o oficialismo estadual, não abriria mão de pedir a indicação de delegados sintonizados com seus interesses. Mais uma vez, recorrendo a Nunes Leal, lembramos que a indicação de determinados funcionários estaduais no município, dependia dos chefes locais. No caso dos delegados, principalmente, sua subordinação às situações nos municípios trazia a vantagem de se moverem perseguições, especialmente nos períodos de eleição, a elementos que apoiavam o grupo oposicionista e fazer vistas grossas a truculência de elementos ligados à situação.

Em se tratando dos “acontecimentos do dia seis de fevereiro”, a Folha do Norte procurava rebater o discurso da imprensa de oposição, principalmente devido à péssima repercussão do nome da família Alves após o tiroteio. Procurava-se concentrar o conteúdo dos artigos, em torno da imagem de João Alves como um bom político, um médico humanitário, portanto incapaz de cometer tais atrocidades a que se referiam seus inimigos políticos. Esse jornal publicou um artigo, no qual estava estampado um abaixo assinado, onde um expressivo número de pessoas condenava os detratores do médico. Tal artigo, se intitulava de “Protesto de consciências”, e os abaixo assinados se arvoravam como representantes de toda a sociedade de Montes Claros. Conforme o artigo

*O conflicto de 6 de fevereiro, onde vidas preciosas foram ceifadas, mereceu a reprovação de todos nos, pela brutalidade do seu desfecho. Os innocentes alli sacrificados foram credores das nossas lágrimas; mas a deshumanidade dos adversários veio amargal-o ainda mais, com a indigna campanha de injurias e de baixezas perpetradas à guisa de condenação, contra o homem impolluto que não o provocou, que*

*por elle não é responsável, que pela educação, pelos sentimentos christãos e pela sua índole humanitária, preferiria a morte antes de mandar fuzilar creanças, senhoras e amigos, na massa inermes.*

*Mas a degradação dos seus inimigos e detractores, a perversidade delles, a ponto de tripudiar sobre os cadáveres ainda quentes das infelizes victimas para disso tirar partido, desceu à ignomínia de estender as suas infames calumnias à virtuosa esposa do dr. João Alves, essa senhora que é o prototypo da mulher brasileira, modelo de heroína do lar, cujo crime nessa emergência é o de irmanar-se ai seu esposo nesses momentos de provação, indo até ao sacrificio na defesa da sua família sempre honrada. A investida dos chacaes contra a conducta e a personalidade dessa senhora, ao contrario do que podiam esperar, vem fortalecel-a mais, eleva-a ainda alguns graos se é possível, no respeito e admiração de todos que a conhecem.*

*Deixamos, pois, aqui o protesto das nossas consciências, a nossa formal e vehemente condemnação aos detractores dessas duas figuras que merecem o respeito publico.*<sup>209</sup>

Mais uma vez, apelava-se para o carácter humanitário de João Alves na defesa contra seus inimigos. Reconhecia-se a gravidade dos conflitos do dia seis de fevereiro, mas procurava-se inocentar o chefe situacionista. Seus inimigos eram acusados da tentativa de tirar partido dos acontecimentos, através de suas “infames calúnias” dirigidas contra sua pessoa e também a sua esposa. Com relação á última, o artigo tratava de aproximá-la do modelo de esposa da boa família brasileira, verdadeira “heroína do lar”, portanto, “protótipo da mulher brasileira”. O artigo encerrava com uma lista bem expressiva de nomes de pessoas, provenientes de diversas ocupações que iam desde comerciantes e fazendeiros até operários e lavradores.

O conflito no seio da imprensa da cidade traduzia o clima tenso existente na política local, e, de certa forma, nacional e estadual. Em Montes Claros, esse conflito terá nos “acontecimentos do dia seis de fevereiro” o seu principal eixo condutor. Até a eclosão do movimento de 1930, as duas facções continuaram a se acusar mutuamente. Somente após a vitória de Vargas, com a chamada Revolução de Trinta e a

---

<sup>209</sup> *Folha do Norte*. Montes Claros, dia 15 de junho de 1930, p. 02.

intervenção do governo provisório nos estados e municípios é que os grupos locais vão se desarticular para, depois de um certo período, se articularem em torno de outras lideranças do município. Logo após a emergência de Vargas como presidente provisório, o congresso federal é dissolvido e Camilo Prates, bem como Honorato Alves vão perder seus mandatos. Ambos os deputados encerram suas atividades parlamentares definitivamente. João Alves ainda participa da Assembléia Nacional Constituinte, que prepara a carta magna de 1934, porém falece antes da promulgação da mesma.

Os eventos do dia seis de fevereiro em Montes Claros constituem um importante marco temporal, a nosso ver. Coincidem com o final de um período, a primeira república. Na política local apontam para o encerramento de uma época e da atuação de importantes lideranças, juntamente com a decadência de determinadas práticas. Ao mesmo tempo, o contexto em que se deram tais acontecimentos, prenuncia a inauguração de uma nova época marcada por um conjunto de práticas políticas, como a emergência da política pública.

Montes Claros, naquele dia seis de fevereiro seria palco da realização de um comício, e mesmo a despeito do boletim que o grupo situacionista dos honoratistas distribuiu para os seus seguidores, conclamando-os a não comparecerem a recepção da comitiva de Melo Viana, a presença de um número bem expressivo de pessoas na manifestação dos visitantes constitui um bom indício de uma prática política que, pelo menos, leva as massas em consideração.

A própria prática política da liderança local mais popular, o médico João Alves, tido como humanitário e “pai dos pobres” aponta para esse aspecto. Ele não era um simples intermediário entre o povo e as lideranças estaduais. Sua prática política demonstra que ele possuía uma grande capacidade para realizar favores. Seu capital

político, em grande parte, provinha de sua medicina. Seu *habitus* encontrava respaldo no meio popular devido a uma tradição já consolidada, no século passado, pelo médico e político, Carlos Versiani, o Doutor Carlos, como era popularmente conhecido. Esse tipo de *habitus*, cuja lógica se relaciona diretamente com a estrutura do campo político local, a meu ver foi o fator determinante do prestígio daquele que foi indiscutivelmente o chefe político de maior projeção na cidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Procuramos, neste trabalho, fazer um estudo das práticas políticas vigentes na cidade de Montes Claros, durante a chamada “República Velha”, com o intuito de compreendermos o funcionamento da cultura política local, no mesmo período.

Verificamos como se deu o processo de construção do campo político da cidade e como que esse mesmo processo foi moldado em um contexto de povoamento marcado pela expansão violenta dos bandeirantes e estruturação de latifúndios que tinham na criação de gado, o sustentáculo de suas economias. Podemos perceber nessa trajetória, que o “relativo isolamento” por que passou a região, já a partir da primeira metade do século XVIII, colaborou para aumentar ainda mais o hipertrofiado poder dos potentados locais. Além disso, após o esgotamento da mineração de aluvião em fins do mesmo século, corrobora-se mais ainda esse “relativo isolamento”.

Ainda se tratando da estruturação do campo político local, procuramos mostrar como se processou a passagem da povoação de Montes Claros das Formigas ao estatus de vila, já na época das regências. Constatamos os primeiros embates em torno da disputa do legislativo municipal, bem como percebemos a violência presente nesses embates. Vimos também o crescimento da importância política local materializada principalmente na elevação da vila à condição de cidade. Além disso, verificamos as principais redes de poder no século XIX, e podemos constatar que giravam em torno de duas grandes parentelas, que tinham como núcleo central às famílias Chaves/Prates e Veloso/Versiani, respectivamente.

Analizamos também, como que os grupos locais se posicionaram diante da nova ordem inaugurada após o advento do regime republicano. A respeito disso, pudemos constatar que os antigos liberais, se inseriram no cenário republicano com uma boa margem de vantagem em relação aos outros grupos, graças as conexões entre Camilo Prates e seu cunhado Antonio Gonçalves Chaves, que contava com muito prestígio no grupo de Cesário Alvim – que nesse momento detinha o poder da máquina estadual.

Já no regime republicano, o campo político local se polarizou em torno de duas facções que disputavam o controle político da câmara municipal, bem como as preferências da situação estadual. Falseamento das eleições, acordos patrocinados pelo governo do Estado, práticas de mandonismo – como os pedidos de demissão e remoção de funcionários públicos estaduais – e até um caso de duplicata do legislativo da cidade deram a tônica do coronelismo local. Contudo, constatamos também que, grande parte dos chefes políticos locais eram bacharéis, principalmente médicos.

A força e o prestígio dos médicos na política da cidade fazia parte da cultura política local desde o período imperial, quando o Dr. Carlos Versiani deixou uma tradição de “médico da pobreza” em cerca de meio século de atuação profissional. Ao mesmo tempo, ele consolidava o seu prestígio político na região tendo ocupado a presidência da câmara por quase vinte anos. De fato, conforme observamos, João Alves herdou essa tradição política. Incorporou esse *habitus* de pai da pobreza e também vai fazer da prática da medicina o principal impulsionador de sua carreira política.

Durante a epidemia de 1918, João Alves se destaca no atendimento a população e se consolida efetivamente como um grande benemérito da população do município. Nessa oportunidade, seu capital político é renovado e de certa forma,

ampliado. Sua atuação na época da epidemia, conferi-lhe a alcunha de “médico da pobreza”, pois atendia a população carente da cidade e ainda “fornecia dezenas de receitas”.

A prática política de João Alves desenvolvida ao longo de seu contato com o campo político local é um elemento revelador de uma feição nitidamente paternalista da cultura política da cidade. Cultura política essa, conforme já aludimos, que se enquadra dentro de um contexto político mais amplo, consagrado pela historiografia como coronelismo.

Tal paternalismo revelado por alguns agentes políticos locais – onde o médico João Alves, a nosso ver constitui o melhor exemplo – atuou como elemento que contrabalançou, de certa forma, a violência, a exclusão política e o autoritarismo. Determinadas práticas, como o atendimento de algumas demandas de saúde da população pobre da cidade, congregaram em torno dos chefes políticos um número relativamente considerável de pessoas. O caso João Alves, mais uma vez é importante revelador disso.

No início de 1927, quando a política da cidade começava a se movimentar para a disputa das eleições municipais, aparece na imprensa local um pedido, espécie de abaixo assinado, onde os assinantes expressavam o desejo da volta do médico a cena política – lembrando que o mesmo havia se retirado do cenário político em função do acordo entabulado pelas duas correntes em 1922. Naquela ocasião, o documento foi assinado por uma quantidade considerável de pessoas provenientes dos mais diversos grupos sociais que tinham como objetivo exortar o clínico a disputar uma cadeira no legislativo municipal.

Esse fato, por si só evidencie dois aspectos importantes na cultura política local. Primeiro, o grande prestígio dessa liderança no município. Em seguida, a existência de fortes vínculos que ligavam João Alves a esse eleitorado, na medida em que sua prática política – seu *habitus* – havia lhe disponibilizado uma considerável clientela. Uma boa parte desse eleitorado fiel, não podia dispensar os favores oferecidos pelo médico. Por isso sua reputação no campo político tendia sempre a se conservar. Ao mesmo tempo em que o campo político condicionava o *habitus*, esse tendia a modelar o campo. Aqui se observa uma relação de duplo efeito.

A lógica do campo favoreceu a emergência de elementos da cultura política que configuraram determinados tipos de *habitus*. A nosso ver as precariedades das condições de saúde, miséria e exclusão, em uma pequena cidade do sertão, podem ser entendidas como um elemento favorecedor da proliferação desse tipo de capital político. Ao mesmo tempo, uma grande parte da população resulta permanecer em uma condição de verdadeira clientela daqueles que conseguem preencher, de forma parcial, algumas demandas.

A atuação do deputado federal Camilo Prates, também constitui importante elemento revelador das práticas paternalistas na cultura política da cidade. Político absenteísta que liderava uma facção do PRM na cidade, através de suas relações de parentesco com o ministro da viação Francisco Sá, conseguiu associar seu nome a luta pela chegada da ferrovia na cidade, aparecendo como um grande benemérito e incansável defensor do progresso municipal. Sempre contou com o amparo de uma parte da imprensa local, já que a Gazeta do Norte, desde o início de sua existência, lhe foi leal. Seu capital político era constantemente renovado em função de sua longa

tradição como parlamentar, e também, em função do amparo de sua extensa e poderosa parentela na cidade e região.

A respeito da existência de grandes parentelas na conservação do capital político, temos, também, o caso do pacificador Antônio dos Anjos. Sua parentela era estruturada em torno das famílias Veloso/Versiani – os Versiani já habitavam a região desde meados do século XVIII. Embora esse coronel não fosse verdadeiramente um profissional da política, possuía um grande prestígio que acabou se consolidando na tradição política da cidade. Seu nome também está relacionado com o advento da ferrovia, assim como com outros momentos significantes do progresso local. Foi o político escolhido pelas duas correntes para ocupar o cargo maior do legislativo municipal, na ocasião do acordo patrocinado por Raul Soares. Seu espírito conciliador apaziguou o conflito da política montesclareense na ocasião dos festejos de comemoração da inauguração da estrada de ferro. O coronel preparou a cidade para as duas visitas do ministro da viação, tido pelos grupos honoratistas e camilistas, como o grande responsável pela vinda da ferrovia.

Francisco Sá realizou os anseios dos grupos locais ao colocar a cidade no itinerário da ferrovia projetada para ligar o sudeste ao nordeste. Em função disso, foi tido como o maior benemérito da cidade e região. Apenas duas visitas de Francisco Sá a cidade foram suficientes para que fosse chamado na imprensa local de “o grande vulto do Norte de Minas”. Parece que foi a única unanimidade no seio das correntes políticas de Montes Claros. Camilistas e honoratistas celebraram o “grande benemérito” com uma homenagem em bronze e mármore, perpetuando assim no espaço urbano local uma parcela da memória política da cidade impregnada pelas características que marcaram a cultura política da velha república no município.

Neste trabalho, também procuramos ressaltar o papel da imprensa na cultura política da cidade, enquanto importante vetor de (re)transmissão da mesma. Como o campo político de Montes Claros quase sempre esteve polarizado em torno dos honoratistas e camilistas, cada um desses grupos vai procurar estruturar jornais que, em grande medida, defendeu interesses político-partidários, embora, principalmente no caso da imprensa camilista – a Gazeta do Norte – isso tenha sido feito revestido do discurso em prol da defesa do progresso municipal.

Ainda a respeito da atuação da imprensa na política local, percebemos que mesmo com todo o seu partidarismo e sectarismo, ela, de certa forma, se fortaleceu no município. Pudemos constatar que denúncias de empreguismo, mandonismo e outras formas de filhotismo foram constantes nesses jornais, principalmente a Gazeta do Norte”, devido em grande parte ao seu extenso período de atuação – atuou de forma regular e sem interrupções por todo o período entre 1918 e 1930.

Constatamos também, que ao longo do período pesquisado, as “massas locais” já iniciam uma tímida aparição no cenário político, através principalmente de sua presença, relativamente expressiva, em algumas manifestações políticas na cidade. Vejamos de forma sucinta alguns exemplos.

No início de 1919, logo depois que havia passado a epidemia da gripe espanhola – que atingiu a cidade em fins do ano anterior – ocorreu uma grande manifestação, organizada por setores da elite política local, que homenageou o médico João Alves. Nessa manifestação, o comparecimento da população foi bastante significativo.

Também no retorno do deputado federal Camilo Prates à cidade, após uma ausência de mais de dois anos, se verificou um grande número de pessoas que compareceram na recepção do mesmo.

Podemos incluir também, as duas visitas que Francisco Sá fez a cidade na década de vinte – a primeira para inaugurar um trecho de ferrovia que se estendia de Buenópolis até Bocaiúva e a segunda para inaugurar a chegada do trecho até Montes Claros. Nessas ocasiões, o poder público da cidade, apoiado pelas duas facções se encarregou de organizar as solenidades festivas, que contaram com a presença de grande número de pessoas.

Finalmente, podemos também incluir nesta lista de eventos políticos que contaram com a presença popular, a recepção a comitiva de Melo Viana, e principalmente o abaixo assinado de 1927 que foi publicado na imprensa, cujo conteúdo praticamente implorava para que João Alves retornasse a câmara municipal.

Os exemplos acima citados demonstram já um relativo comparecimento popular nos eventos políticos da cidade. Tal aspecto já prenunciava a emergência de uma nova conjuntura política, cujas práticas não poderiam desconsiderar esse fato. Contudo, nossa pesquisa não priorizou esse aspecto, cujo objeto entendemos que possa a ser alvo da atenção de outros pesquisadores do campo político local.

Também não enfatizamos com a atenção merecida, outros aspectos do período da chamada primeira república, como, a título de exemplo, as práticas eleitorais juntamente com as fraudes e os alistamentos. Na estruturação do campo político da cidade, ao longo do período imperial, também não foi dado destaque para as práticas políticas do período. Entendemos que esse objeto – a política de Montes Claros durante o período monárquico – merece uma análise muito mais detalhada do que foi possível

fazermos. Em função da prioridade que demos em nosso recorte, a política local no império recebeu um tratamento apenas superficial de nossa parte.

Embora consideramos o tiroteio de 1930 um importante divisor de águas no campo político municipal, por principalmente apontar par o encerramento de um período na cidade marcado pela disputa entre camilistas e honoratistas, não tivemos a pretensão de afirmar que as práticas políticas do período anterior tenham se encerrado. A emergência de outras lideranças políticas na cidade, ao longo do século XX, que tinham na prática do paternalismo, principalmente, um importante fator de aquisição e manutenção do capital político, é um fato esclarecedor da permanência desse tipo de prática no seio da cultura política.

Além disso, as mesmas famílias que orbitavam em torno das parentelas Alves e Prates, vão se revezar no comando da política montesclareense. Tais grupos – Veloso, Versiani, Souto, Ribeiro, Quadros e Atayde entre outros – acabaram incorporando boa parte da tradição política dos Alves e Prates. Essa herança histórica ou habitus, constituiu-se em capital político incorporado na cultura política de Montes Claros. Quanto a esse último aspecto, acreditamos que possa constituir objeto de pesquisa de historiadores que se interessarem pelo estudo da política local no período pós 1930.

## **FONTES**

### **Jornais:**

- Correio do Norte – Centro de documentação da Unimontes.
- Gazeta do Norte – Conservatório Lorenzo Fernandes – Montes Claros.
- Montes Claros – Coleção Particular.
- A Liga – Arquivo Público Mineiro – Belo Horizonte.
- A Ordem – Arquivo Público Mineiro – Belo Horizonte.
- A Folha do Norte – Centro de Documentação da Unimontes – Montes Claros.
- O Globo – Américo Martins – Montes Claros.

### **Revistas:**

- Revista Minas Gerais (1925) – Belo Horizonte MG.
- Revista Montes Claros em Foco – Montes Claros.
- Revista do Arquivo Público Mineiro, 1893, Ano II.

### **Memorialistas:**

VIANNA, Nelson. **Efemérides Montesclarenses**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores 1964.

VIANA, Urbino de Souza. Monografia de Montes Claros: **Breves Apontamentos Históricos, Geográficos e Descritivos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Montes Claros, 1916.

PAULA, Hermes de. **Montes Claros, sua gente, seus costumes**. Montes Claros, 1979.

SILVEIRA, Geraldo Tito. **Tocaia de bugres**. Montes Claros: Gráfica Polígono, 1985.

### **Outros Documentos:**

- Documentos da Câmara Municipal – Arquivo Público Mineiro – Caixa 143.
- Processo de Nº 29, arquivado no Centro de Documentação da Unimontes.
- Processo de Nº 247, arquivado no Centro de Documentação da Unimontes.
- Livros de atas da câmara municipal. Arquivos da câmara municipal de Montes Claros.
- Livros de correspondências expedidas e recebidas – 1927/1959. Arquivos da câmara municipal de Montes Claros.

## ANEXO 1

**Documento publicado na Gazeta do Norte, no dia 19 de março de 1927, apelando para que o Dr. João Alves retornasse a vida política.**

Ao Dr. João José Alves.

Um appello de seus amigos e concidadãos.

Nós abaixo assignados, representantes das classes conservadoras deste município – operários, lavradores, industriaes e comerciantes – que reconhecemos na pessoa do Dr. João José Alves: o filho illustre, deste logar, querido e apreciado de todos em geral; o médico hábil e proficiente, agindo sempre levado pelos nobres e altruísticos sentimentos de legitima caridade; o verdadeiro apóstolo do bem, que se sente orgulhoso e satisfeito, abraçando e amparando os pequeninos e humildes; o amigo sincero e dedicado do povo, que por elle sente verdadeira idolatria; o cidadão benemérito e benfeitor emérito desta terra, que lhe deve reaes e valiosos serviços; não podíamos nesse momento exepcional porque passa o nosso município; em que predomina um indiferentismo completo pelas cousas que mais de perto nos dizem respeito; em que os nossos mais palpitantes interesses estão entregues a um quase completo abandono, com o maior descaso pelos sagrados direitos do povo, não podíamos, repetimos, fazendo um forte appello ao acendrado patriotismo do Dr. João José Alves, apesar de sua insistência em se conservar recolhido a vida privada, deixar de vir lhe dizer que é elle, no próximo pleito eleitoral, o nosso candidato legitimo, o escolhido espontâneo do coração do povo, como o expoente máximo de sua inteira confiança, não só para um dos logares de vereador geral deste município, como também para um dos logares de membro do Directorio político da cidade. Apresentando a indicação do nome do Dr. João Alves para esses dois logares, como nosso representante directo, nutrimos a mais inteira confiança de que ella será expontaneamente abraçada e defendida por todos, sem distinção de classe, de posições sociaes, de cores partidárias, que felizmente não existem.

Concidadãos, o dia das eleições de abril, aproxima-se; sagremos, pois, com entusiasmo, nas urnas, o nome do grande amigo do povo, e do progresso desta cidade e de seu município, o Dr. João José Alves.

Montes Claros, 9 de Março de 1927.

Segue uma extensa lista de pessoas que assinam o pedido.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos e Rebeldes: Violência Coletiva nas Minas na Primeira Metade do Século XVIII**. Belo Horizonte: editora com Arte, 1998.

\_\_\_\_\_. **A Sedição de 1736: Estudo Comparativo entre a Zona Dinâmica da Mineração e a Zona Marginal do Sertão Agro-Pastoril do São Francisco**. Belo Horizonte: Departamento de Ciências Políticas, 1993 (Teste de Mestrado).

ARRUDA, Maria A.do Nascimento. **Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: 1971.

BASZKO, Bronislaw. **Imaginário Social. Enciclopédia Einaudi Antrophos-Homem**. Lisboa: Casa da Moeda, 1985.

BERSTEIN, Serge. La culture politique. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (orgs). **Pour une histoire culturelle**. Paris: Éditions Du Seuil, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 7ª edição. Brasília:Ed. UNB, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Edição 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BURSZTYN, Marcel. **O Poder dos Donos – Planejamento e Clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes, 1985.

CAMMACK, Paul. **O “coronelismo” e o “compromisso coronelista”**: uma crítica. Cadernos do Departamento de Ciência Política, B.H., nº 5, p.1-20, 1979.

CAPELATO, Maria Helena. **Os Arautos do Liberalismo**. Imprensa Paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto-Edusp, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados, escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre Práticas e Representações**. Lisboa:Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHAUL, Nasr Fayad (Cord.) **Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias.** Goiânia, mestrado em História/UFG, 1998.

DANTAS, Ibaré. **Coronelismo e Dominação.** Universidade Federal de Sergipe, PROEX/CECAL/Programa Editorial, 1987.

DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional.** São Paulo: nacional, 1930.

FALCON, Francisco J. Calazans IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. **Representações: Contribuição a um Debate Transdisciplinar.** Campinas: Papirus Editora, 2000, pp 41-79.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** Vol.1/10 ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000 - (grandes nomes pensamento Brasileiro).

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo à simulacro do poder local.** Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2000.

FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata.** São Paulo: UNESP, 1997.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas.** São Paulo: Cia das letras, 1987.

GUALBERTO, João. **A Invenção do Coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro.** Vitória: Ed. UFES, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 26ª Edição, 1995.

HORTA, Cid Rebelo. **Famílias governamentais de Minas Gerais.** II Sem. De Estudos Mineiros, 1975.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O Coronelismo: uma política de compromissos.** São Paulo: Brasilense, 1981.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** Rio de Janeiro: Alfa Omega, 1978.

\_\_\_\_\_. **O Coronelismo e o coronelismo de cada um.** In: **Revista de Ciências Sociais.** Vol. 23 nº 1, 1980

LE GOFF, Jacques. "Prefácio", IN: **O Imaginário Medieval.** Lisboa: Estampa, 1989.

LESSA, Simone Narciso. **Montes Claros – uma cidade nas principais vias do sertão**, IN: Cadernos Caminhos da História. Montes Claros, V.4, nº 4, 1999.

MACHADO, Bernardo Mata. **História do Sertão Noroeste - 1690-1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de, RODRIGUES, Luciene. **Formação Social e Econômica Do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed.Unimontes, 2000.

OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes de. **Nova Cidade, Velha Política: Um estudo de poder sobre Montes Claros – MG**. Dissertação de Mestrado, Recife: Fevereiro de 1994: Universidade Federal de Pernambuco.

\_\_\_\_\_. **Nova Cidade, Velha Política. Poder Local e Desenvolvimento na Área Mineira do Nordeste**. Maceió: EDUFAL, 2000.

PANG, Eul Soo. **Coronelismo e oligarquias**. 1889-1943 - A Bahia na 1ª República Brasileira. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1978.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **O Mandonismo Local na vida Política Brasileira e Outros Ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

\_\_\_\_\_. **O Coronelismo numa interpretação sociológica**. In: FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano. Estruturas de Poder e Economia (1889 - 1930)**. H.G.C.B. 1 Volume - tomo III, São Paulo: Difel, 1975.

REZENDE, Maria Efigênia Lage. **Formação da Estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-906)**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

SAINT HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

SCHARTZMAN, Simon. **Representação e Cooptação Política no Brasil**. Revista Dados, Nº 7, p.9-41, 1970.

SOUZA, João Morais de. **Discussão em torno do conceito de coronelismo. da Propriedade da terra às práticas de manutenção do poder local**. In: **Caderno Sociais**: Recife, Vol.1, n.2 Jul/Dez 1995.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Teatro do absurdo: A Nova Ordem do Federalismo Oligárquico**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ, 1999.

WIRTH, John D. **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro; *Paz e terra*, 1982.